

Carlos José Furtado Ferreira

**Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto – proposta de
exposição e roteiro**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património – Mediação
Patrimonial, orientado pela Professora Doutora Inês Amorim
e coorientado pela Professora Doutora Paula Menino Homem, pela FLUP, e Dr. Paulo
Amaral, pela Direção Regional de Cultura do Norte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Setembro de 2015

Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto – proposta de exposição e roteiro

Carlos José Furtado Ferreira

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património –
Mediação Patrimonial, orientado pela Professora Doutora Inês Amorim e coorientado
pela Professora Doutora Paula Menino Homem, pela FLUP, e Dr. Paulo Amaral, pela
Direção Regional de Cultura do Norte

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor António Manuel Ponte
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: ... Valores

Sumário

Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Introdução.....	9
Metodologia.....	12
Fontes e Bibliografia	15
Estrutura do Relatório.....	19
1. Capítulo 1 – Estágio	21
1.1 Instituição de acolhimento. Direção Regional de Cultura do Norte: espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar.....	21
1.2 Integração nas atividades e funções da instituição de acolhimento.....	23
1.3 Objetivos propostos, aprendizagens e dificuldades	28
2. Capítulo 2 – D. Pedro IV e o Cerco do Porto: História e Património	31
2.1 História: Antecedentes e Conjuntura	31
2.1.1 A propagação do Liberalismo pela Europa.....	31
2.1.2 O início do século XIX em Portugal	32
2.1.3 D. Pedro IV e a Carta Constitucional.....	35
2.1.4 “Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar”	38
2.1.5 O fim da Guerra Civil e a morte de D. Pedro IV	43
2.2 Património e Memória: a Cidade Liberal	46
2.2.1 Património, Memória e Identidade.....	47
2.2.2 O Liberalismo.....	49
2.2.3 D. Pedro IV e o Cerco	51
3. Capítulo 3 – Projeto: roteiro/exposição “D. Pedro IV e o Cerco do Porto”	58
3.1 Roteiro/exposição: conceito e objetivos	58
3.1.1 Roteiro/exposição: 1ªfase	59
3.1.2 Roteiro/exposição: 2ªfase	62
3.2 Os locais.....	64
3.3 As vantagens de se assinalarem datas históricas	66

3.4 Viabilidade na continuidade do projeto	67
Considerações finais	71
Fontes	74
Bibliografia.....	75
Recursos Eletrônicos	79
Legislação	80
Anexos.....	81
Anexo 1.....	82
Anexo 2.....	85
Anexo 3.....	86
Anexo 4.....	87
Anexo 5.....	88
Anexo 6.....	89
Anexo 7.....	90
Anexo 8.....	91
Anexo 9.....	92
Anexo 10.....	93
Anexo 11.....	94
Anexo 12.....	96
Anexo 13.....	98
Anexo 14.....	99
Anexo 15.....	103

Agradecimentos

À minha família, em especial aos meus pais e irmãos, pelo apoio sempre dado e por terem acreditado sempre que valia a pena chegar até aqui.

Aos colegas, hoje amigos, que me acompanharam neste percurso que agora finda, pelo apoio e vivências que me proporcionaram, desde 2009 e até hoje, desejando que assim permaneça.

Um agradecimento muito especial à minha Madrinha de Curso, a Mestre Cátia Melo, pelos conselhos e incentivos dados ao longo deste percurso.

Não poderia deixar de mencionar dois nomes que me acompanharam em todo este percurso, o João Marques, o amigo que foi durante estes anos, pelo que é e será, e o Ricardo Lopes, pela amizade e pelo colega que foi em todas as circunstâncias do meu percurso académico.

Um agradecimento ao Dr. Paulo Amaral, pela orientação dada no estágio, pelo empenho e disponibilidade demonstrados. Não posso deixar de endereçar ainda um agradecimento também a toda a equipa do espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, que me acolheu com grande simpatia e disponibilidade.

Queria agradecer ainda a disponibilidade e contributo dados pelos diferentes espaços durante o desenvolvimento deste projeto, de um modo especial à Dra. Alexandra Anjos, à Dra. Maria Lobato Guimarães, à Dra. Manuela Rebelo, à Dra. Paula Cunha, ao Dr. Manuel Graça e a tantas outras pessoas que de alguma forma se cruzaram comigo no desenvolvimento deste projeto e com as quais muito aprendi.

Como não poderia deixar de ser dirijo um agradecimento muito especial às orientadoras Professoras Doutoradas Inês Amorim e Paula Menino Homem pela orientação, incentivo, contributo, disponibilidade e interesse demonstrados ao longo deste projeto e estágio.

Resumo

O presente Relatório é o resultado do trabalho realizado no estágio, desenvolvido no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, no âmbito do Mestrado em História e Património – ramo de especialização em Mediação Patrimonial, assim como da investigação que suportou as exposições organizadas ao longo do ano e a proposta de um roteiro.

O projeto nele desenvolvido tem como título Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto, proposta de exposição e roteiro, pressupondo uma recriação da memória, no ano em que se assinalam 180 anos desde a entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto (1835-2015).

Este projeto pretende, deste modo, contribuir para a gestão do património, no sentido de valorizar, ao interpretar, os traços materiais e imateriais contemplados pela Memória. A História contextualiza, e escava mais fundo, a divulgação aproxima os públicos e acrescenta conhecimento.

A propósito do referido episódio e da ligação de D. Pedro à cidade do Porto que dele resultou, procurou-se envolver várias entidades, o espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, o Museu Militar do Porto, o Museu Nacional de Soares dos Reis, a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa e a Câmara Municipal do Porto, e mediar vontades, no sentido de valorizar o espólio que se encontra sob a sua tutela e as ligações históricas que os mesmos têm entre si, encontrando aqui objetivos e interesses comuns.

Neste sentido, em duas fases e partindo sempre do local de estágio, o Mosteiro da Serra do Pilar, o visitante será convidado a “revisitar o Porto”, visitando vários locais que aderiram a este projeto. Esta visita fez-se ora pela via de organização de exposições, sob uma narrativa concertada, ora pela proposta de roteiros que interpretam o espaço atual, cruzando-o com o Porto de D. Pedro e do Cerco

Palavras-chave: Mediação, Exposição, Roteiro, D. Pedro IV, Cerco do Porto.

Abstract

This report is the result of the work developed in the internship, which was took place in Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, for the masters degree in História e Património – specialization in Mediação Patrimonial, as well as the research which supported the exhibits made throughout the year as well as a tour itinerary.

The project aforementioned is titled Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto, suggesting the recreation of the memories, in the year in which we commemorate 180 years since the delivery of D.Pedro's heart to the city of Porto (1835-2015).

This assignment aims to contribute to the management of heritage, seeking to value by interpreting the material and immaterial traces contemplated by Memory. History contextualizes and digs deeper, and the diffusion approximates the public and adds knowledge.

Regarding the previously cited episode and the connection of D.Pedro to the city of Porto that resulted of it, we aimed to involve various entities such as: place Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, the Museu Militar do Porto, the Museu Nacional de Soares dos Reis, the Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa and the Câmara Municipal do Porto, by mediating their aspirations, in order to value the assests under their tutelage and the historical connections they share, thereby finding similar purposes and interests.

In this sense, in two phases and always from the place of internship, Mosteiro Serra do Pilar, the visitor will be invited to revisit Porto, by visiting the various locations that joined this project. This tour was conducted either by the organization of exhibitions, under a narrative, or by suggesting tours which interpret the current space, intersecting it with the period of Porto's Siege.

Keywords: Mediation, Exhibition, Tour, D. Pedro IV, Siege of Porto.

Introdução

O presente Relatório de Estágio é resultado do projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ramo de Mediação Patrimonial. O estágio, integrado no plano curricular do referido Mestrado, foi realizado no espaço da Direção Regional de Cultura do Norte, Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar.

O tema do projeto escolhido, em torno das marcas patrimoniais do Cerco do Porto, encontrou, no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, um local de cruzamento com os objetivos do projeto de estágio, pelas razões que apontaremos. Ao longo de 400 horas, entre janeiro e abril de 2015, aquela instituição foi a base de trabalho de contacto com um ambiente profissional e de oportunidade de investigação em mediação patrimonial.

“Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto” foi o título escolhido para o projeto desenvolvido, por significar uma reflexão, uma comemoração, ou seja, uma recriação da memória, no ano em que se assinalam 180 anos desde a entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto (1835-2015). É, ainda, uma proposta que pretende contribuir para a gestão do património, através da organização de exposições e roteiros que promovam e traduzam um processo de interação institucional, no sentido da fruição e comunicação entre as marcas da história, o seu conhecimento, a sua preservação e a valorização do que ontem tinha um significado que se descodifica no presente para o futuro – este é o sentido do património, esta é uma das funções dos gestores do património.

Este projeto pretendeu, assim e a propósito daquele episódio, envolver várias entidades, mediar vontades, no sentido de valorizarem espólio que se encontra sob a sua tutela, expondo evidências materiais que ganhariam uma interpretação se inseridas numa exposição e num roteiro temático.

De início, o Projeto de Estágio consistia, muito concretamente, na elaboração de um roteiro intitulado de “D. Pedro IV e o Cerco do Porto”, sendo composto pelos principais locais durante o Cerco (1832-33), quer a nível de combate e defesa, quer ao nível simbólico, quer no que ao quotidiano de D. Pedro diz respeito. Visto que no ano de 2015 se comemoram 180 anos da transladação do coração de D. Pedro para a cidade do Porto este roteiro integrar-se-ia nas comemorações do mesmo, daí o facto de pretender dar destaque aos locais que se tornaram mais importantes na estadia de D. Pedro na cidade. Contudo, na preparação do roteiro começou a

desenhar-se a possibilidade de organizar uma rede de exposições temáticas (da vida e dos lugares percorridos por D. Pedro) e o simbolismo inicial ganhou outra escala, como se verá.

Os fatores para uma boa receptividade, residem, em grande medida, na existência de várias marcas por toda a cidade que perpetuam a memória do cerco e de D. Pedro pela cidade, desde a toponímia, às estátuas ou às marcas deixadas na história dos diferentes edifícios. Além do mais, as várias iniciativas que já foram levadas a cabo no passado como forma de assinalar datas relativas a este tema, como é o exemplo dos 150 anos do Cerco do Porto¹ ou ainda o bicentenário do nascimento de D. Pedro², podem ser entendidas, também, como uma prova de que este tema é capaz de despertar interesse e tem boa receptividade. Ou seja, existem instituições que deram provas de se organizarem de modo a responder a públicos interessados na História do Porto, e presume-se que a crescente entrada e presença de turistas do Brasil³, no Norte do País e naturalmente no Porto, veja nestas iniciativas culturais, uma forma de conhecer as diferentes faces do Imperador do Brasil e rei de Portugal.

A instituição onde se procurou desenvolver o projeto de estágio foi “Património a Norte - Mosteiro da Serra do Pilar”, por ser um dos locais que tem que constar, obrigatoriamente, no roteiro sobre o Cerco do Porto e também porque este espaço da DRCN tem como objetivo divulgar o património classificado a norte, onde se inclui, naturalmente, o da cidade do Porto. Torna-se interessante criar um roteiro numa data com significado simbólico e que seria realizado a partir do Mosteiro da Serra do Pilar, local de elevada importância aquando do Cerco do Porto, servindo também de local privilegiado para observar a paisagem da cidade do Porto e de entrada na cidade, estando abrangido pelo Centro Histórico do Porto inscrito na Lista do Património Mundial pela UNESCO. Por estes motivos a realização deste projeto de estágio naquele local ganha redobrado sentido e interesse, pelo duplo significado que o local assume nesta temática.

Sendo todo o complexo de estruturas que compõem o Mosteiro da Serra do Pilar propriedade do Estado Português, o mesmo está integrado nos bens que estão sob tutela do Exército Português, que é como quem diz, do Ministério da Defesa, estando neste mesmo local instalado o Quartel da Serra do Pilar. Todo o mosteiro, à exceção do Claustro Redondo, da

¹ *O Cerco do Porto: Exposição Comemorativa do 150º Aniversário*. Porto: Casa do Infante. 1982.

² *A cidade do Porto a D. Pedro IV : comemorações do bicentenário do nascimento de D. Pedro IV : 12 de Outubro de 1998*. Porto: Câmara Municipal, 1998. P04/94"18"(19).

³ *Anuário das Estatísticas do Turismo 2013*. Turismo de Portugal, Direção de Planeamento Estratégico, março de 2015, p.37.

igreja, do zimbório do mosteiro e algumas outras dependências, está ocupado pelo Exército Português.

A Direção Regional de Cultura do Norte tem, desde dezembro de 2012, o espaço aberto ao público, com o objetivo da divulgação do património da região Norte e o fomento do turismo cultural. Ganha significativa importância por ser um monumento inscrito pela UNESCO na Lista do Património Mundial, outrora vedado ao público e à sua fruição, e por ser um local onde é possível obter informação qualificada sobre o Património de toda a região norte, assumindo o papel de divulgador, de promotor de visita a Património em locais mais remotos e a contribuir, assim, para a sua potencial sustentabilidade. Dá especial destaque aos quatro contextos regionais inscritos na Lista do Património Mundial (Porto, Guimarães, Douro e Vale do Côa), mas também aos diversos monumentos classificados com outras categorias, de toda a região Norte de Portugal.

O espaço surge ainda como um forte exemplo de gestão patrimonial, de partilha de responsabilidades, entre o Exército e a Direção Regional de Cultura do Norte, no que respeita à sua comunicação e divulgação, permitindo, num local estratégico, que se divulgue o património, sendo o espaço uma porta de entrada no conjunto do património localizado a norte do país, aspeto que se desenvolverá mais à frente.

A planificação do projeto incluía três vertentes: (i) a investigação contextual, de modo a acrescentar informação ao que já se sabia acerca da história do período em causa; (ii) preparar um roteiro por lugares emblemáticos; e (iii) organizar exposições em vários pontos da cidade que, por alguma razão, eram depositárias de património que mereceria uma (re)leitura expositiva. A ligação entre História e Património far-se-ia de forma harmoniosa e frutuosa.

Assim, do ponto de vista das exposições, elas corresponderam a duas fases, resultando a segunda fase da muito boa receptividade da primeira. Assim sendo, a primeira consistiu na exposição de objetos relativos a D. Pedro IV e ao Cerco do Porto, entre 3 de março e 12 de abril de 2015, em quatro locais de forte significado, no que aos temas respeita. O Mosteiro da Serra do Pilar, importante reduto liberal do Cerco, era o ponto de partida para um pequeno roteiro de mais três locais que assinalaram, entre as suas exposições permanentes, esta data: o Museu Militar do Porto, junto ao local da importante batalha de 29 de setembro de 1832; o Museu Nacional de Soares dos Reis, Palácio dos Morais e Castro, onde habitou D. Pedro, e ainda a Igreja da Lapa, onde se encontra, até hoje, depositado o coração de D. Pedro.

A segunda fase, entre 18 de maio e 30 de junho, consistiu, uma vez mais, na exposição de objetos relativos a D. Pedro e ao Cerco do Porto em espaços sob tutela da Câmara Municipal do

Porto, guardião da chave da urna que guarda o coração do Duque de Bragança e a quem foi entregue o coração a 7 de fevereiro de 1835. Espaços estes que foram selecionados segundo os objetos que possuíam entre as suas coleções, relativos ao tema. Mantendo-se como ponto de partida o Mosteiro da Serra do Pilar, seguindo-se o Arquivo Histórico e Municipal do Porto – Casa do Infante, com importantes documentos sobre o tema, o Gabinete de Numismática, com uma significativa coleção de medalhística e numismática, e o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha, com acervo do século XIX, incluído num ambiente romântico.

Os sete diferentes locais referidos formaram, no seu conjunto, a exposição D. Pedro IV e o Cerco do Porto, reunida no catálogo da mesma⁴, e organizadas em duas pequenas propostas de roteiros sobre D. Pedro e o Cerco, partindo do local de acolhimento do estágio. No entanto, muitos outros locais poderiam ter integrado este projeto. Este facto, a juntar à boa receptividade demonstrada, vem comprovar que este projeto, e temas afins, são viáveis e com possibilidade de se realizarem mais iniciativas desta natureza.

Neste documento pretende-se, após um enquadramento histórico e patrimonial no que aos temas respeita, expor o estágio e projeto desenvolvido no âmbito do mesmo, assim como os resultados obtidos, comprovando a ligação da História com o Património, no que à divulgação e valorização do Património diz respeito.

Metodologia

Depois de definido o tema para o projeto a desenvolver, seguiu-se a pesquisa bibliográfica acerca do mesmo.

A metodologia de pesquisa centrava-se em três grandes tópicos: D. Pedro IV, Cerco do Porto e Guerra Civil Portuguesa. Esta pesquisa era, essencialmente, focada no período compreendido entre julho de 1832 e agosto de 1833, período correspondente ao Cerco do Porto. O restante período em que durou a Guerra Civil, e mesmo antes da mesma, com os seus antecedentes e tentativas de implantação do liberalismo em Portugal, e depois, com o final da Guerra e com a morte de D. Pedro, serve para a realização de contextos, para os quais foram utilizadas, ainda, obras gerais de História de Portugal ou da História da cidade do Porto.

No que à metodologia de tratamento da informação diz respeito, da análise das obras sobre os três temas acima referidos, eram retirados locais, sítios ou edifícios, assim como os

⁴ Anexo 15.

respetivos contextos, do espaço ocupado pelos liberais, quer utilizados para fins militares, remetendo-nos para o grande tema “Cerco do Porto”, quer relacionados com D. Pedro, remetendo-nos para a figura de D. Pedro IV, igualmente tema do projeto.

Juntamente com a pesquisa bibliográfica surgem os vários testemunhos escritos na época, importantes fontes deste projeto, que fazem uma descrição, em muitos casos pormenorizada, da sucessão de acontecimentos no Cerco do Porto, dando o devido destaque à figura de D. Pedro.

Os mapas da época⁵, especialmente os de origem militar, permitiam também a identificação de locais e o contexto do meio em que se integravam.

A consulta de bibliografia respeitante ao tema Património, Memória e História, com a finalidade de encontrar pontos de ligação entre elas revelou-se essencial no desenvolvimento deste projeto.

Ao mesmo tempo que era levada a cabo a pesquisa a fim de recolher locais e edifícios relacionados com o tema do projeto, ficou patente que vários locais possuíam também variados objetos que importava possibilitar o seu acesso ao(s) público(s) interessado(s) no tema. Alguns objetos foram descobertos a partir da bibliografia utilizada, como é o caso dos expostos na Igreja da Lapa, a probabilidade de existirem era vista como uma possibilidade e foi confirmada através de um artigo sobre D. Pedro e a Irmandade da mesma igreja⁶. Outros, foram-no através do catálogo existente sobre o Cerco do Porto⁷. A partir daqui, foi possível fazer a conjugação destes dois aspetos e, assim, chegar aquilo que foi a primeira fase do roteiro/exposição.

Tendo em conta os aspetos anteriormente referidos, a conjugação do significado dos locais/edifícios e do que estes albergavam sobre o tema para divulgar, assim como o que os espaços representam para a cidade, o que neles funciona/como funcionam atualmente, procedeu-se à seleção dos mesmos. Para a primeira fase foram escolhidos então os quatro locais já mencionados: o Mosteiro da Serra do Pilar, o Museu Militar do Porto, o Museu Nacional de Soares dos Reis e a Igreja da Lapa⁸.

Depois de uma pesquisa mais aprofundada ao nível dos *sites* e redes sociais, a fim de perceber o modo atual de funcionamento dos espaços e as atividades neles desenvolvidas e a desenvolver, procedeu-se ao primeiro contacto, já em tempo de estágio, no sentido de verificar a

⁵ COELHO, Sérgio Veludo – *As fortificações do Cerco do Porto, 1832-1833: seminário de licenciatura em Património Construído*. Porto: Universidade Portucalense, 1994.

⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

⁷ *O Cerco do Porto: Exposição Comemorativa do 150º Aniversário*. Porto: Casa do Infante. 1982.

⁸ Anexo 5; Anexo 6.

disponibilidade para fazerem a exposição de um pequeno número de objetos, tendo em conta a sua disponibilidade, recursos e programa de atividades previamente estabelecido.

Depois de assegurada a disponibilidade, seguiu-se a preparação da exposição, no que respeita à pesquisa mais profunda relativamente ao acervo a expor, às condições de gestão de risco e sua preservação, à articulação entre os diferentes contextos institucionais e às questões de organização, calendarização, comunicação e mediação, como os pormenores do cartaz, o texto comum nos quatro espaços e, ainda, o panfleto disponibilizado.

O cartaz necessitava de uma imagem forte, que marcasse o tema e fosse facilmente reconhecida, e tendo esta iniciativa como objetivo assinalar os 180 anos da entrega do seu coração uma imagem⁹ dele seria a mais apropriada para o cartaz. Outro aspeto contido no cartaz era o mapa com a indicação dos locais que compunham o roteiro/exposição, isto para além dos aspetos que um cartaz exige. Já o texto,¹⁰ que acompanhava as exposições, pretendeu apresentar o tema e a natureza da iniciativa, não muito longo e de forma clara e simples, focando pontos que se consideraram essenciais. Quanto ao panfleto, fornecia informações complementares aos anteriores, um contexto histórico do tema, um breve texto de apresentação dos diferentes núcleos expositivos e ainda informações sobre cada espaço¹¹. Depois de definidos estes aspetos o trabalho foi entregue a um *designer*.

A par das tarefas anteriormente referidas, o acompanhamento era feito, também, nos diferentes espaços, no que respeita à seleção de objetos e preparativos da exposição, respeitando o modo de trabalhar de cada instituição e as suas próprias metodologias de gestão da sua preservação.

No que respeita à segunda fase da exposição¹², partiu de uma diferente metodologia. Os locais escolhidos foram o Mosteiro da Serra do Pilar, que se manteve como ponto de partida da exposição, o Arquivo Histórico e Municipal do Porto – Casa do Infante, o Gabinete de Numismática e, ainda, o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha¹³. Neste caso, o ponto de partida para a seleção dos locais foi o facto de, aquando da preparação da primeira fase da exposição, se ter verificado, em especial no catálogo de uma anterior exposição da Casa do Infante¹⁴, que a Câmara Municipal do Porto possuía um considerável conjunto de objetos nas coleções dos seus museus e documentos no seu Arquivo acerca do tema do projeto, e que

⁹ Retrato de D. Pedro IV. Jonh Simpson (1782 – 1847). Óleo s/tela. 594 A Pin MNSR.

¹⁰ Anexo 7.

¹¹ Anexo 8.

¹² Anexo 10.

¹³ Anexo 5.

¹⁴ *O Cerco do Porto: Exposição Comemorativa do 150º Aniversário*. Porto: Casa do Infante. 1982.

importava serem dados a conhecer, aliando o facto de ser a responsável por guardar a chave da urna do coração de D. Pedro, a quem foi entregue a 7 de fevereiro de 1835. Seleccionados os locais, assumiu-se metodologia de trabalho semelhante à da primeira fase da exposição, excetuando algumas alterações. O grafismo do texto que acompanhava a exposição foi alterado, sem recorrer a um *designer*, tornando-o mais simples e utilizando uma imagem de um objeto patente nesta fase da exposição¹⁵. Já no que respeita ao panfleto, este foi substituído por uma folha de sala, nela constando aspetos comuns aos quatro espaços e outros específicos, como informações acerca dos objetos expostos¹⁶.

Finda a segunda fase da exposição procedeu-se à realização do respetivo catálogo. Depois da apresentação do tema do projeto e respetivos contextos, procedeu-se à apresentação das diferentes fases e diferentes espaços do projeto, acompanhando as listagens de objetos e documentos expostos nos diferentes locais, tendo em conta as informações fornecidas pelos diferentes espaços acerca das mesmas.

Fontes e Bibliografia

A pesquisa, quer ao nível da bibliografia quer ao nível das fontes, foi realizada tendo como temas principais a figura de D. Pedro e a Guerra Civil, em especial o período compreendido em que durou o Cerco do Porto, ou seja focou obras de História geral, quer de Portugal quer da cidade do Porto, e também obras específicas, principalmente no que respeita ao Cerco do Porto e à figura de D. Pedro. Também se revelou essencial a consulta de obras respeitantes a questões de Património e Memória, a fim de consolidar o projeto.

Assim, no que à bibliografia respeitante a D. Pedro IV diz respeito, precisava-se de obter dados acerca do período em que este habitou na cidade do Porto e a forma como agia e liderava a resistência ao Cerco, imposto pelas tropas de seu irmão, D. Miguel. Importava aqui, como referido, retirar locais, e dois deles saltavam à vista, o Palácio dos Morais e Castro, atual Museu Nacional de Soares dos Reis, e a Igreja da Lapa. Num deles habitou num período inicial do Cerco, o outro era a igreja que frequentava, sendo o templo mais referido pela bibliografia e fontes. No que a D. Pedro IV diz respeito foram, sobretudo, duas as obras mais consultadas, *D. Pedro IV: liberdade, paixões, honra*¹⁷ e *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um*

¹⁵ Anexo 11.

¹⁶ Anexo 13; Anexo 14.

¹⁷ SANTOS, Eugénio dos – *D. Pedro IV: liberdade, paixões, honra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

*Príncipe*¹⁸. Sendo na primeira o lado mais pessoal destacado e na segunda enquanto príncipe herdeiro, imperador e rei, assim como depois regente de Portugal. Estas obras, para este projeto, completam-se, pois importam ambas as perspetivas do monarca, a pessoal e a pública, enquanto figura de Estado.

Foram ainda consultados, no que a D. Pedro diz respeito, alguns artigos, nomeadamente os que resultaram do Congresso Internacional D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal do Absolutismo ao Liberalismo¹⁹, principalmente o artigo de Francisco Ribeiro da Silva, *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*²⁰, que fornece importantes dados acerca da ligação de D. Pedro à igreja da Lapa, que resultou na escolha, por parte da rainha D. Maria II, deste local para depositar o coração, assim como vários aspetos relacionados com o coração, como a entrega deste e permanência neste local.

Quanto ao Cerco do Porto destacam-se duas obras que se revelaram essenciais ao estudo do Cerco do Porto, com particular incidência em locais e marcas que permaneceram na cidade até aos nossos dias. Aqui *O Cerco do Porto. A Cidade Invicta*²¹ de David Martelo e *As fortificações do Cerco do Porto, 1832-1833*²² de Sérgio Veludo Coelho são importantes contributos neste sentido. A obra de David Martelo, de uma forma bastante sintetizada, aborda questões respeitantes ao Cerco do Porto com destaque dado essencialmente aos aspetos mais militares, como é o caso das localizações, táticas, principais batalhas e armamento, importantes no que ao projeto diz respeito, especialmente no que respeita aos dois locais mais relacionados aos aspetos militares da primeira fase do projeto, o Mosteiro da Serra do Pilar e o Museu Militar do Porto. Aborda também o papel dos vários protagonistas do conflito e marcas ou mudanças deixadas na cidade por este conflito e pelo reconhecimento de D. Pedro ao Porto e aos portuenses. Quanto à obra de Sérgio Veludo Coelho, a par dos relevantes contextos políticos, sociais e militares, traz-nos um importante inventário de todas as fortificações, baterias e redutos do Cerco do Porto, revelando, sempre que possível, as suas localizações exatas e as marcas que ficaram até aos nossos dias, fornecendo-nos, deste modo os limites das linhas de

¹⁸ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

¹⁹ *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal do Absolutismo ao Liberalismo*. Porto: Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

²⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 254-281.

²¹ MARTELO, David – *O Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001.

²² COELHO, Sérgio Veludo – *As fortificações do Cerco do Porto, 1832-1833: seminário de licenciatura em Património Construído*. Porto: Universidade Portucalense, 1994.

defesa e ataque e localizações das batalhas. Aqui, como na primeira obra, importa o relativo às localizações, ao armamento, às batalhas e a outros aspetos militares expostos nesta obra.

Tanto no que diz respeito a D. Pedro como ao Cerco do Porto, o contributo dos testemunhos deixados por figuras como Hugh Owen, Luz Soriano, Charles Napier (cujo perfil se verá à frente) e anónimos revelam-se essenciais no que a factos respeitantes a D. Pedro e ao Cerco dizem respeito, sendo importantes memórias dos mesmos. Estas fontes são escritas por autores que vivenciaram este período da História da cidade do Porto e, por isso, nos anos seguintes ao Cerco e ainda na segunda metade do século XIX, relatando o Cerco do Porto do interior da cidade do Porto cercada, assumindo, deste modo, um papel muito relevante neste projeto: os sitiados e a figura de D. Pedro, igualmente sitiado. Contudo, é preciso ter em conta que todos estes autores são liberais, do lado vencedor da guerra. Sendo liberais e acérrimos defensores da causa liberal é natural perceber-se uma tendência em defender a causa liberal, o que não lhes retira importância como fontes históricas, antes requer algum cuidado, não devendo o leitor, como refere Francisco Ribeiro da Silva na introdução de um desses livros, “perder o espírito crítico”²³ quando lê ou trabalha com estas obras como fontes para um determinado trabalho.

Embora todos liberais, importa salientar que eram figuras de diferentes origens e meios profissionais. Assim sendo, Hugh Owen era coronel e Charles Napier era almirante, ambos ingleses integrantes dos exércitos liberais à época do Cerco do Porto, Simão José da Luz Soriano era médico de formação, mas também político, jornalista e dedicado à História, escrevendo algumas obras, embora ingressasse nas fileiras liberais como militar, e o autor da terceira obra referida é um anónimo portuense, embora também os dados que fornece ao nível militar indiquem que possa ser também um militar, o que era natural, face ao recrutamento feito na cidade aquando do episódio de guerra vivido.

Estas fontes oferecem importantes contributos numa investigação histórica acerca de D. Pedro IV, nomeadamente no que respeita ao quotidiano do mesmo no Porto, à sua personalidade e à sua liderança, sempre tendo em conta a parcialidade dos autores já anteriormente referida, e o mesmo acontece no que respeita, por exemplo, a resultados e baixas, numa determinada batalha, que requer algum cuidado, pela tendência liberal dos autores e consequente tendência em heroizar as ações liberais. Contudo, sobretudo ao nível descritivo, e no que respeita a

²³ SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010.

descrição do espaço, técnicas militares e até descrição social da época do Cerco, importantes factos se podem retirar destes testemunhos.

A tese de mestrado de Paulo Moreira, *A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo): um processo memorialista e de valorização patrimonial*²⁴, traz consigo um forte contributo no que aos processos de construção memorialista do episódio bélico diz respeito, estando nestes processos incluídos os testemunhos anteriormente referidos.

De modo a realizar contextos, por exemplo no que respeita a propagação e implantação dos ideais liberais em Portugal procedeu-se à consulta de obras de História gerais. No que à História de Portugal diz respeito destaco duas obras entre as consultadas, a *Nova História de Portugal*²⁵, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, em particular o volume IX *Portugal e a Instauração do Liberalismo*²⁶. Fornecendo a conjuntura da época, tanto internacional como interna, e, ainda, a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, em especial o quinto volume²⁷ da mesma, que aborda toda a questão do Liberalismo e implantação do mesmo em Portugal.

Sendo a cidade do Porto central no desenvolvimento deste projeto, importa dar especial atenção à cidade do Porto e à sua História. De entre a bibliografia a este respeito, algumas das mais consultadas foram a *História do Porto*, em particular os volumes de Jorge Alves²⁸ e Gaspar Martins Pereira e Maria do Carmo Serén²⁹. No primeiro, *A Cidade Liberal* acaba por ser revelador da identidade liberal que o Porto foi intensificando ao longo dos anos, e aqui o Cerco do Porto merece o devido destaque. Já no segundo, é todo o Porto do século XIX que merece o destaque, oferecendo-nos assim uma revisão de *O Porto Oitocentista*, de implantação do liberalismo e a Guerra Civil, onde a cidade é palco de grande parte desse conflito, o Cerco.

Sendo que numa Guerra Civil existem dois polos antagónicos, importa estudar, também, o outro lado das lutas, neste caso o lado absolutista, de D. Miguel. A obra *D. Miguel*, de Maria

²⁴ MOREIRA, Paulo – *A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo): um processo memorialista e de valorização patrimonial*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

²⁵ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal. Vol. IX. Lisboa: Presença, 2001.

²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Conjuntura* in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal, Vol. IX, Lisboa: Presença, 2001.

²⁷ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo* in MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

²⁸ ALVES, Jorge Fernandes – *A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime* in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

²⁹ PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – *O Porto Oitocentista* in “História do Porto”. Porto: Porto Editora, 1994.

Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira³⁰, definem a figura deste príncipe e monarca absoluto, especialmente no período que respeita ao seu governo e sua ação, sendo que o tema militar é abordado na generalidade das restantes obras.

No que às questões relacionadas com o Património diz respeito entre as obras consultadas encontram-se *Alegoria do Património*³¹, de Françoise Choay, e *A Política do Património*, de Marc Guillaume³². Na primeira importa a relação entre História e Património, assim como a relação de Património com a Memória, bem como as diferentes noções, sendo este projeto exemplo prático disso mesmo. A segunda obra também evidencia a relação entre os objetos e a memória, assim como o caso das marcas, memórias, heranças do passado e as formas de o gerir, as políticas que o tutelam, formal e informalmente.

A obra *Como as Sociedades Recordam*³³, de Paul Connerton, revelou-se de bastante utilidade no que respeita a testemunhos, que são utilizados como fontes neste projeto, e às questões respeitantes à memória social, a diferença entre o que é memória social e o que é reconstituição histórica, bem como o trabalho do historiador perante uma fonte que consiste num testemunho – a noção de que as sociedades esquecem e recordam, é um processo seletivos, frequentemente ativado, e muito inventado. A História terá que avaliar estes movimentos seculares e averiguar as invenções de cada sociedade, em cada tempo.

Estrutura do Relatório

O presente relatório divide-se em três capítulos que são resultado do projeto desenvolvido, a fim de responder os objetivos a que este projeto se propôs, os quais já foram enumerados nesta primeira parte do relatório.

No primeiro capítulo deste relatório de estágio é abordado o estágio desenvolvido no âmbito deste projeto, desde a instituição de acolhimento, ao porquê da escolha da mesma para o desenvolvimento do projeto, ao trabalho desenvolvido neste espaço, tendo em conta os objetivos propostos e conseguidos, e às aprendizagens que dele resultaram. Este capítulo fornece o enquadramento acerca do meio em que o projeto é desenvolvido e como é desenvolvido.

³⁰ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

³¹ CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2010.

³² GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003.

³³ CONNERTON, Paul – *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

No segundo capítulo é feito um contexto ao nível histórico e patrimonial no que a D. Pedro e ao Cerco do Porto e restante processo de implantação do liberalismo em Portugal diz respeito, sendo dado bastante destaque, à cidade do Porto. Este segundo capítulo resulta da consulta feita à bibliografia e às fontes já mencionadas para a elaboração deste projeto. Face ao tema do projeto e objetivos do mesmo, importa enquadrar o tema do projeto, tanto ao nível histórico como patrimonial. Importa ainda demonstrar as marcas que o Cerco do Porto e D. Pedro deixaram na cidade, o quanto se mantem na memória da cidade e o quanto fazem parte da identidade da cidade.

Por fim, o terceiro e último capítulo diz respeito ao projeto em si, a ideia, os objetivos, as instituições envolvidas, o modo como se desenvolveu, completando-se com os anexos deste relatório, e o resultado final, assim como as dificuldades encontradas e as perspetivas de continuidade, principalmente no que respeita à viabilidade deste tema e relação do mesmo com a cidade do Porto e V. N. de Gaia, em torno do Mosteiro da Serra do Pilar.

Capítulo 1 – Estágio

No âmbito do Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, optou-se por realizar um estágio, integrado no segundo ano do Mestrado. Acolheu-nos a Direção Regional de Cultura do Norte, no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, tendo sido assinado um protocolo entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Direção Regional de Cultura do Norte.

O protocolo previa a realização de um estágio de 400 horas no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, sob orientação profissional do Dr. Paulo Amaral (DRCN)³⁴, e foi desenvolvido entre os dias 7 de janeiro e 30 de abril de 2015, seguindo a normal dinâmica do espaço, desempenhando funções como qualquer outro funcionário daquele espaço, respeitando os horários estabelecidos, e realizando, ao mesmo tempo, o projeto proposto.

1.1. Instituição de acolhimento. Direção Regional de Cultura do Norte: espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar

A Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) é um organismo da Secretaria de Estado da Cultura, dividido em várias unidades³⁵, criado em 2006³⁶, atuando na região norte do país.

Cabe, deste modo, à DRCN criar condições para o “acesso aos bens culturais”, fazendo o “acompanhamento das atividades” e levando a cabo a “fiscalização das estruturas de produção artística” financiadas pela Secretaria de Estado. À DRCN compete, ainda, “o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico”, assim como o apoio aos museus³⁷, no Norte do país.

Este organismo acaba por ter um importante papel no que compete à valorização e preservação do património cultural do norte de Portugal, no qual se insere a cidade do Porto, no caso dos monumentos sob tutela do organismo, e o Mosteiro da Serra do Pilar, onde funciona o

³⁴ Profissional da Direção Regional de Cultura do Norte e responsável pelo espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar.

³⁵ DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE. Vila Real: at. 14 de agosto de 2015.. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/> [consultado a 17 de agosto de 2015].

³⁶ Decreto-Lei nº205/2006

³⁷ DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE. Vila Real: at. 14 de agosto de 2015.. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/> [consultado a 17 de agosto de 2015].

espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, local da realização do estágio e respetivo projeto.

O espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar funciona num edifício que é propriedade do Estado Português, desde a nacionalização dos mosteiros e conventos, logo em 1833, onde todos os “conventos, hospícios e mosteiros abandonados por religiosos ou religiosas na cidade e seus bens” foram “incorporados nos Bens Nacionais”³⁸, embora já com as Invasões Francesas tenha servido para aquartelamento de tropas, pela sua importância estratégica no que refere ao território portuense.

Sendo todo o complexo de estruturas que compõem o mosteiro da Serra do Pilar propriedade do Estado Português, o mesmo está integrado nos bens que estão sob tutela do Exército Português, que é como quem diz, do Ministério da Defesa, estando nele instalado o Quartel da Serra do Pilar. Todo o mosteiro está, à exceção do Claustro Redondo, da igreja, do zimbório e algumas outras dependências, ocupado pelo Exército Português.

A DRCN tem, desde o final do ano de 2012, uma parceria com o Exército que permite manter os espaços não ocupados para fins militares abertos ao público, disponíveis, assim, para visitas. Foi então aberto ao público o espaço da DRCN que, além de permitir a visita a algumas das dependências do antigo mosteiro, tem como objetivo a divulgação do património da região norte, sob sua tutela, e o fomento do turismo cultural. Neste local pode ser obtida informação qualificada sobre o “Património a Norte” de Portugal. Dá especial destaque aos quatro Patrimónios da Mundiais da região (Porto, Guimarães, Douro e Vale do Côa), mas também aos diversos monumentos classificados de toda a região Norte de Portugal, sendo, deste modo, um divulgador de todo o património sob tutela da Direção Regional de Cultura do Norte.

O Exército Português tem, também, algumas dependências cedidas à Comunidade Cristã da Serra do Pilar, como é o caso da igreja, da sacristia e outras dependências, que resultam na cedência de espaços comuns à Comunidade Cristã e à DRCN, como a igreja, obrigando a que as visitas sejam conciliadas, por exemplo, no que respeita a horários de celebrações.

Este Mosteiro está inscrito na Lista do Património Mundial pela UNESCO desde 1996³⁹, ganhando aqui um motivo acrescido para a sua abertura ao público e consequente divulgação e valorização. Fundado em meados do século XVI, resulta da transferência de uma comunidade da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho para junto da cidade do Porto, estrategicamente junto à principal travessia do rio Douro, por decisão de D. João III e de Frei

³⁸ ALVES, Jorge Fernandes – *A Cidade Liberal. Da revolução à estabilização do regime*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 65.

³⁹ ABREU, Susana – *Mosteiro da Serra do Pilar*. Direção Regional de Cultura do Norte, 2014, p.1.

Brás Barros, que trabalhavam na reforma da Ordem. É um dos raros exemplares renascentistas em Portugal e dos raros, se não único, exemplo da aplicação de modelos de construção civil do teórico e arquiteto italiano Francesco di Giorgio em edifícios monásticos⁴⁰.

Já em 1809 o mosteiro foi ocupado pelas tropas de Wellington, com o objetivo de atacar a cidade do Porto, então ocupada pelas tropas de Napoleão. Alguns anos mais tarde volta a ser ocupado, no contexto da Guerra Civil portuguesa, entre liberais e absolutistas. No dia seguinte à sua chegada à cidade do Porto o exército liberal ataca a margem de Gaia e conquista a Serra do Pilar, aquartelando no mosteiro tropas, por se considerar ser um local estratégico, ao nível militar, de relevante importância⁴¹. No período entendido entre julho de 1832 e agosto de 1833, que ficou conhecido por Cerco do Porto, o aquartelamento de tropas foi constante, assim como os ataques ao mesmo, o que deixou o mosteiro em ruínas.

Depois de um longo período de abandono, em 1925, com a criação do Grupo de Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar, iniciaram-se as obras de recuperação do mosteiro, isto no que respeita às dependências que não eram ocupadas para fins militares.

O restante mosteiro ficou, desde cedo, ocupado para fins militares, e logo em 1834 a Serra do Pilar é tornada, por decreto da rainha D. Maria II, fortaleza e, em 1835, praça de guerra de 1ª classe, igualmente por decreto, sendo a partir daqui utilizada como Unidade Militar⁴².

Tendo em conta os aspetos anteriormente referidos, quer no que respeita às funções atuais do espaço quer no que à sua história diz respeito, o espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar justifica a escolha para o desenvolvimento do projeto de estágio, por reunir as condições históricas e técnicas para a sua concretização. Assim, os objetivos do projeto cruzam-se com os objetivos da instituição, principalmente no que respeita à divulgação e valorização do património, isto para além de todo o simbolismo do local em que este espaço se encontra.

1.2. Integração nas atividades e funções da instituição de acolhimento

Durante as 400 horas de estágio, distribuídas por quatro meses de terça a sexta, para além do desenvolvimento do projeto de estágio ficou clara a necessidade de integração no funcionamento do espaço, assim como na sua equipa de trabalho.

Procurando ser um membro da equipa igual aos restantes, e capaz de levar a cabo as mesmas funções, pude cumprir um dos objetivos do estágio, o de me integrar numa estrutura de

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.12.

⁴¹ MARTELO, David – *O Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p.14.

⁴² ABREU, Susana – *Mosteiro da Serra do Pilar*. Direção Regional de Cultura do Norte, 2014, p. 2.

trabalho na área profissional, experiência que me dará a preparação técnica necessária para lá da conclusão do Mestrado.

Após alguns dias acompanhando os restantes colaboradores do espaço, as duas principais tarefas nele desenvolvidas começaram a ser, também, da minha competência. Tratava-se de visitas guiadas, realizadas hora a hora, e da receção aos visitantes e respetivo atendimento, intercalados com os trabalhos respeitantes ao projeto de estágio. Assim se pautou o estágio ao longo do referido período.

Começando pelo atendimento, este assume um papel preponderante na receção dos visitantes. A comunicação, divulgação do espaço então realizada, assim como a atenção às condições de acesso, são muitas vezes o primeiro contacto com a realidade do espaço, pois os canais de divulgação podem não ter chegado ao visitante e vice-versa. Sendo, por isso, muitas vezes o primeiro contacto do espaço com o visitante, procurei ter redobrada atenção a uma correta apresentação do mesmo, através de um acolhimento de simpatia, disponibilidade e rigor nas informações prestadas. Esta postura é tanto mais necessária quanto verifiquei que muitas vezes os visitantes não tinham nenhum conhecimento do que se oferecia, consequência de uma possível escassa divulgação do espaço e das suas funções, esclarecimento que abriria o interesse em relação a outros monumentos e regiões do norte do país mencionados aos visitantes. A ideia de rede informativa era o objetivo a concretizar: o espaço era a base que projetaria outras saídas pelo Norte Cultural do País.

Aqui tornou-se essencial saber responder às várias questões que pudessem surgir nesse âmbito, nomeadamente, em termos de localização, horários, e um básico enquadramento histórico. Para responder a esta que considero ser uma exigência, e face ao grande número de locais nele divulgados, que resulta num natural desconhecimento pelo menos no que respeita a alguns deles, procurei aprofundar conhecimentos em relação aos mesmos, sobretudo através dos canais de divulgação dos diferentes espaços e mesmo dos da própria DRCN.

Este espaço possui ainda uma pequena loja de produtos, relacionados com a área, (livros, por exemplo), os monumentos ou locais e ainda algumas personalidades, aqui revelou-se necessário conhecer os produtos, a fim de poder atender às necessidades do visitante.

A outra grande função a que está sujeito um colaborador do espaço, depois da receção e atendimento ao visitante, é a de conduzir as visitas, de forma guiada, ao claustro, sala do capítulo e igreja do mosteiro. Nesta função tornam-se indispensáveis alguns conhecimentos específicos: o conhecimento acerca do edifício, desde a sua construção, a sua história, assim como do lugar de implantação, inserção na região, no período histórico em questão, a fim de

conseguir transmitir uma perspectiva do que foi o edifício ao longo dos anos e de o enquadrar no espaço em que se insere, conseguindo do mesmo modo fazer ligações entre factos, assim como comparações, tantas vezes necessárias às visitas e a um fácil entendimento por parte do visitante. Partindo dos contextos gerais, que transportam o edifício desde a sua fundação até à atualidade e o enquadram no espaço e na conjuntura local e nacional, passava-se aos aspetos mais específicos.

Nos aspetos mais específicos a tratar e a saber importa, de igual modo, e especialmente no que respeita aos 3 espaços visitáveis, ter alguns conhecimentos no que respeita à Arquitetura e à História da Arte, isto porque o que está à vista dos visitantes é o que mais suscita a atenção dos mesmos. Este domínio ganha especial relevo num edifício como o do Mosteiro da Serra do Pilar, pelas suas características únicas e pela convivência de vários estilos que suscitam múltiplas questões.

O conhecimento da História do Cristianismo revela-se, de igual modo essencial por nos encontrarmos num edifício monástico, onde importa revelar um pouco daquilo que era o modo de funcionamento do mesmo, as funções do espaço religioso, o quotidiano dos cónegos regantes de Santo Agostinho. O facto de se visitar também a igreja obriga a que se tenham conhecimentos básicos principalmente no que respeita às funcionalidades e características essenciais da mesma, não só no passado mas também atualmente, por esta ser uma igreja ativa, cedida pelo Exército a uma comunidade cristã que nela celebra, a Comunidade Cristã da Serra do Pilar, o que acaba por criar algumas dúvidas nos visitantes, mesmo no que respeita a questões do foro litúrgico.

Por fim, é importante conhecer a situação atual do edifício, no que respeita a tutelas e funções atuais. A complexa situação do edifício a isso obriga. Da propriedade do Exército Português, incluindo a própria igreja, à convivência de três instituições num mesmo edifício, DRCN, Comunidade Cristã da Serra do Pilar e Quartel da Serra do Pilar, tudo isto coloca dúvidas às quais se deve procurar saber responder.

Nas visitas devemos ter, a meu ver, sempre atenção ao perfil do público que atendemos, de modo a tentar ir ao encontro dos seus interesses e expetativas. O exemplo a que mais me refiro, pelo número significativo de visitantes e pela relação com o meu projeto, é o dos visitantes provenientes do Brasil. A estes torna-se indispensável fazer não só a natural relação do edifício com a Guerra Civil e o Cerco do Porto, mas também com D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil), o que, face às experiências que tive, leva a que o interesse e consequente curiosidade destes pelo edifício aumentem consideravelmente, assim como a relação com a sua

envolvente, com a cidade do Porto, mais uma vez remetendo-nos para a necessidade de conhecer os contextos históricos, quer local e regional quer nacional.

A pequena dimensão deste espaço DRCN no Mosteiro, e consequente falta de recursos, leva a que os seus colaboradores estejam preparados para assumirem funções que noutro espaço não estariam, à partida, à sua responsabilidade, como necessidades de última hora no que respeita a limpezas, por exemplo, obrigando a que estejamos atentos aos imprevistos que vão surgindo no decorrer do nosso trabalho. Ainda relacionado com a pequena dimensão do espaço surge o facto de muitas vezes estar apenas um colaborador a trabalhar em visitas guiadas, sentindo-se, neste aspeto, que era essencial estar o melhor preparado possível para atender às exigências que poderiam ir surgindo. O mesmo acontece com as questões de abertura e fecho de caixa, respetivos programas informáticos, agenda do espaço e mapas de visitantes⁴³.

A acrescentar a estas funções estava o desenvolvimento do projeto de estágio que, como referi, intercalava com as restantes funções que competem a um colaborador do espaço. Integrado no horário de estágio e, naquele espaço, levava a cabo várias tarefas no que respeita ao presente projeto. Fazendo-me acompanhar do material necessário ao trabalho, tirava proveito dos momentos com menos atividade do espaço, nele fazendo os vários contactos que foram necessários para que o projeto prosseguisse e preparando nele também os vários textos e outros materiais que foram servindo de suporte ao projeto.

No período de estágio, entre janeiro e abril, o número de visitantes era, por vezes, escasso, o que me dava maior margem de manobra, permitindo conciliar o projeto pessoal com as funções do estágio. Contudo, a tendência foi para o crescimento de um grande número de visitantes de origem brasileira⁴⁴ que visita o país por esta altura, que coincide com o verão do seu país. Como se pode verificar no Anexo 2, o Brasil foi, nos quatro meses de estágio, o terceiro país com maior número de visitantes no espaço, e no mês de janeiro foi mesmo o país de origem de um maior número de visitantes. Este aspeto tornou-se relevante pois o público brasileiro é um público-alvo do projeto, pela ligação de D. Pedro ao Brasil, que fiz questão de referir nos textos da exposição⁴⁵.

Ainda no que compete às funções e enquadramento na dinâmica do espaço, importa salientar a complexa situação de ocupação do Mosteiro, já mencionada no sentido de ser importante os colaboradores do espaço conhecerem esta situação, que obriga a que três organismos, de diferentes origens e áreas de atuação, convivam num espaço comum e

⁴³ Dos quais foram extraídos os dados presentes na tabela do Anexo 2.

⁴⁴ Anexo 2.

⁴⁵ Como é exemplo disso o texto do Anexo 7.

colaborem. Esta realidade obriga a que tenhamos a atenção em entender as diferentes sensibilidades presentes no espaço, imperando o bom senso e conhecimentos no que respeita às características e modo de agir de cada organismo, por exemplo no que respeita à igreja, respeitando os horários das celebrações e compreendendo que é um local que deve ser respeitado como tal, ou seja, as questões éticas, de diversidade e respeito cultural e religioso tiveram que ser colocadas em prática.

A par com as funções que competem aos colaboradores do espaço, surgiram as atividades pontuais, nas quais colaborei de igual forma. Falo, por exemplo, da visita do Porto Canal, que gravou no Mosteiro da Serra do Pilar para o programa Magazine Fim-de-semana, do dia 27 de fevereiro de 2015, no qual participei como representante do espaço, ou do inventário realizado aos produtos da loja do espaço, no qual colaborei como o restante pessoal do espaço. Visitas de várias instituições, direcionadas por isso a públicos em específico, foram, de igual modo, agendadas e perante as mesmas assumi, diversas vezes o papel de guia.

Outra tarefa pontual que surgiu do estágio e projeto foi a colaboração na conferência *A Importância da História na Contemporaneidade*⁴⁶, realizada na Escola Secundária Inês de Castro, no dia 17 de março de 2015, com a comunicação *A Importância da História na Valorização do Património*, onde a partir do meu projeto pude elucidar os alunos para a importância de se estudar História na atualidade, apresentando um dos usos da mesma, na valorização do Património. Importava inicialmente elucidar acerca dos conceitos, em especial do conceito de Património, e depois concretizar com o exemplo do projeto desenvolvido, ou seja, o uso da História na valorização do Património – porque não há património sem conhecimento.

Ainda no contexto do estágio, pude participar na conferência internacional RenEU: New Renaissance in Europe, promovido em Portugal pela SETEPÉS em parceria com a Direção Regional da Cultura do Norte⁴⁷, que se focava, no caso português, no Mosteiro da Serra do Pilar, local onde desenvolvi o estágio, aprofundando conhecimentos acerca do local onde desenvolvi o presente estágio e ao qual realizava visitas guiadas.

⁴⁶ Anexo 4.

⁴⁷ Anexo 3.

1.3. Objetivos propostos, aprendizagens e dificuldades

Como já referido, e previsto no protocolo, os objetivos a cumprir no decorrer deste estágio eram, além de desempenhar as funções da competência do restante pessoal do espaço, cumprir o previsto no projeto de estágio proposto. Ou seja, o que se descreveu até aqui, foi uma das componentes, fundamentais, porque decorria da relação em ambiente de trabalho, mas havia que cumprir ainda a elaboração do projeto previsto – o roteiro⁴⁸, que se abordará no terceiro capítulo do presente relatório. O espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar tornou-se, como previsto, o ponto de partida para o roteiro que implicava a visita a alguns espaços na cidade do Porto que assinalavam, de igual modo, os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto, sendo o seu objetivo.

Convém, contudo, referir que o projeto se foi moldando às diferentes situações que foram surgindo, alterando-se em alguns aspetos que não implicaram que os grandes objetivos fossem cumpridos. Inicialmente o projeto consistia num roteiro alargado pela cidade, não envolvendo os espaços entretanto localizados, nem explorando o seu interior, embora estivessem já previstos contactos no sentido de incentivar os espaços a assinalarem a entrega do coração, mesmo que fosse com um simples assinalar de uma “peça do mês” acerca do tema, como se pode verificar na planificação inicial do estágio⁴⁹. Com o evoluir do projeto percebeu-se que seria interessante que os próprios espaços o integrassem, tendo em conta o significativo acervo que possuíam, optando-se assim antes por um roteiro/exposição.

Importa, assim, referir que, no que respeita aos diferentes locais escolhidos e contactados no sentido de aderirem à iniciativa, um deles não se mostrou disponível para participar no mesmo, pela indisponibilidade de calendário e logística, refiro-me à Biblioteca Pública e Municipal do Porto, prevista na planificação patente no Anexo 1, cuja fundação remonta ao período do Cerco do Porto, com a criação da então Real Biblioteca Pública e Municipal do Porto, isto além de possuir, à semelhança dos restantes, um importante acervo no que respeita a D. Pedro e ao Cerco. Em contrapartida, acrescentaram-se dois locais, que, ao longo da pesquisa, percebi terem um acervo considerável e que importava expor: o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha e o Gabinete de Numismática.

Outro dos objetivos previstos era o enquadramento na equipa de colaboradores do espaço e nas suas funções. No anterior ponto descrevi as várias funções e enquadramento na equipa, assim como o modo como as desenvolvia. Entendo que este objetivo foi também conseguido,

⁴⁸ Anexo 1.

⁴⁹ Anexo 1.

obtendo resultados positivos com o modo como levei a cabo as minhas funções, não esquecendo, contudo, as dificuldades encontradas, previstas e ultrapassadas, muitas vezes, pelos cuidados tidos no desempenho das funções.

Estas funções e equipa, que se vai alterando pela precariedade dos postos de trabalho no espaço, fazem com que o trabalho seja um desafio constante, que em cada dia surjam situações novas. Nas funções, sobretudo no que respeita à gestão de risco para o acervo exposto e aos públicos, a cada dia diferentes, já no trabalho em equipa pelo facto de haver uma frequente alternância de colaboradores e por ser um grupo de diferentes áreas de trabalho e, por isso, com diferentes sensibilidades, falo, por exemplo, da parceria com militares, que são parte integrante dos colaboradores do espaço e responsáveis por parte da visita.

Por outro lado, estava numa estrutura que não obstante o seu alcance – o Porto e Norte, lida com poucos recursos, e as condições do edifício, sobretudo pela sua antiguidade, características construtivas e estado de conservação, não são também as melhores. Este adaptar a diferentes, muitas vezes inevitáveis, circunstâncias torna-se essencial para um bom desempenho do trabalho e cumprimento dos objetivos.

Mas a experiência de contacto e integração foi para além do local de acolhimento do estágio, dado que as exposições organizadas exigiram contactar com diferentes instituições, com diferentes dinâmicas e até métodos de trabalho, por terem diferentes naturezas. Aqui acabou por acontecer o verdadeiro envolvimento no panorama atual do meio cultural da cidade, contactando com diferentes realidades e compreendendo muitos dos desafios que surgem nestas várias realidades, que formam uma parte significativa do panorama cultural atual.

Também nos locais de exposição lidou-se com a aprendizagem de contacto com diferentes públicos, diferentes proveniências, diferentes interesses e expectativas. Esta constante mudança e diversidade dos públicos foi, também, um desafio permanente.

No cumprimento das funções e no desenvolvimento do projeto são várias as dificuldades que podem surgir, e assim aconteceu. A primeira dificuldade surge das variadíssimas questões de segurança e de estabilidade que há que assegurar ao acervo exposto, considerando o seu valor patrimonial, as suas vulnerabilidades, as condições proporcionadas pelos espaços expositivos e a disponibilidade reduzida e desequilibrada de recursos das instituições para fazer face às necessidades. Outras dificuldades podem surgir na gestão da interação entre o acervo exposto e os visitantes e no atendimento destes.

Havendo que não deixar de atender aos produtos da loja, relativos aos numerosos monumentos, sítios arqueológicos e conjuntos classificados dos quais o espaço disponibiliza

informação. Não obstante, também os colaboradores do espaço devem saber responder aos pedidos de informação. Aqui, como já foi referido, procurei estar preparado para responder às diferentes questões.

Contudo, o facto de a maioria dos visitantes deste espaço, pelo menos no período em que decorreu o estágio, serem visitantes estrangeiros, obriga a que se dominem, pelo menos, o inglês e o francês, inglês pela sua universalidade e francês pelo grande número de visitantes de expressão francesa⁵⁰. Neste ponto, ao contrário da generalidade dos anteriores, não consegui responder a estas necessidades. Se me foi possível realizar o atendimento aos visitantes em inglês, o mesmo não me foi possível no que respeita ao francês que, face aos meus baixos conhecimentos desta língua, apenas me era possível realizar um atendimento inicial, a receção.

Sinalizo um constrangimento que pode ser uma potencialidade e um desafio, associado às visitas guiadas, previstas para o tempo de duração, 30 minutos no máximo, o que obriga a uma distribuição bem calculada do discurso ao longo dos diferentes espaços. Embora considere que face ao espaço visitável os 30 minutos são suficientes, é importante uma distribuição pensada dos diferentes aspetos a abordar, de modo a que algo relevante não fique para plano secundário, levando a que o visitante abandone o espaço sem estar satisfeito e esclarecido em relação ao que viu e ouviu. A outra dificuldade prende-se com o visitante, ou seja, ter a capacidade de perceber os interesses dos visitantes e os aspetos a que dão mais importância ou não. O visitante acaba por ser um condicionante da visita, acabando, muitas vezes, por levar a que se abandone o guião adotado pelo guia na visita e indo ao encontro do visitante e seus interesses. Estas situações acontecem, ou têm maior probabilidade de acontecer, quando a visita guiada é feita a um pequeno número de pessoas, ou até mesmo a uma única pessoa, como acontecia, que leva a que se crie muitas vezes um ambiente de conversa, que não impede que se cumpram os objetivos da visita. Já quando se trata de um grupo numeroso, dificilmente nos podemos desviar do guião da visita, correndo o risco de corresponder as expetativas de apenas algumas dessas pessoas.

⁵⁰ Anexo 2.

Capítulo 2 – D. Pedro IV e o Cerco do Porto: História e Património

No presente capítulo procura-se refletir sobre o conjunto de eventos históricos que deixaram as suas marcas na cidade e que conduziram ao derradeiro episódio do Cerco do Porto. Elas suportam a construção do guião dos roteiros, assim como a versão alargada do texto que acompanhou as exposições em rede. Na verdade, as âncoras territoriais, os lugares, os traços, associam-se à própria narrativa. Importa perceber o que significou o Cerco do Porto para a cidade e para Portugal, e porque foi a cidade do Porto palco dos grandes momentos da implantação do Liberalismo em Portugal.

Pretende-se, além do desenrolar dos acontecimentos do primeiro quartel do século XIX, ter em conta as características da cidade do Porto, por essa altura, a nível político, social e económico. Importa, também, ter em conta as marcas na cidade que prevaleceram até aos nossos dias, assim como recuperar a memória de sítios, edifícios e instituições que, em alguns casos, não estava tão marcada ou não era tão perceptível.

2.1. História: Antecedentes e Conjuntura

Começamos pelo desenrolar de acontecimentos, motivado pelas conjunturas interna e externa, que culminou com a implantação do Liberalismo em Portugal, promulgação da Carta Constitucional e entrega do Trono Português a D. Maria II, após a Convenção Évora Monte, em 1834. Não esquecendo o acontecimento que se assinala com este projeto, a morte e entrega do coração de D. Pedro IV à “Mui Nobre Cidade do Porto”.

Partindo da conjuntura externa e indo até à conjuntura interna, e depois mais específica da cidade do Porto, percorreremos este percurso até ao epílogo, causa deste projeto, em 1835, com a entrega do coração.

2.1.1. A propagação do Liberalismo pela Europa

A Revolução Francesa, em 1789, significa, oficialmente, o princípio do fim do Antigo Regime, ficando o século XIX definitivamente marcado pelo combate ao que subsiste do

mesmo, sendo o liberalismo “um dos grandes acontecimentos que o século XIX domina inteiramente”⁵¹.

A expansão do liberalismo acabava por ser, por um lado, dificultada pelos estados despóticos, que reprimiam todos quantos simpatizavam com os ideais de liberdade, mas, por outro lado, era esse mesmo despotismo que acabava por fazer com que o liberalismo estivesse em constante crescimento, conquistando mais “adeptos” pela “ânsia de liberdade”⁵² dos mesmos. Um pouco por toda a Europa os movimentos de luta pelo liberalismo, mesmo não existindo um “organismo internacional”⁵³, multiplicam-se, havendo muitas trocas e relações entre os vários movimentos liberais espalhados pelos diferentes países.

À medida que as revoltas liberais se iam sucedendo nos diferentes países tornou-se comum soldados que lutavam pela causa liberal ficarem disponíveis para aderirem à mesma causa noutros países, o que ajudou também à expansão dos regimes liberais, como veio a acontecer em Portugal na Guerra Civil, onde se juntaram ao exército liberal combatentes franceses e ingleses, por exemplo. Os regimes constitucionais já existentes na América e na Europa exerciam, de igual modo, influência em países ainda presos a regimes absolutistas.

No caso português, os próprios exilados políticos acabaram por ter um papel importante no que respeita à difusão do liberalismo pois, estando em ligação direta com os ideais liberais, principalmente em França e Inglaterra, lançam as bases para a reforma do país, no caminho da implantação do liberalismo em Portugal.

Percebe-se, entre estes vários factos, que as bases do liberalismo português são lançadas e fermentadas ao longo de todo o início do século XIX, sendo depois aceleradas pelo descontentamento interno em relação ao comportamento dos governantes e do rei, D. João VI.

2.1.2. O início do século XIX em Portugal

Tendo em conta a conjuntura europeia e as influências da Revolução Francesa, assim como a consequente propagação dos ideais liberais, Portugal não foi exceção e o século XIX

⁵¹ RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Grávida, 2011, p.145.

⁵² MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Conjuntura* in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal. Vol. IX. Lisboa: Presença, 2001, p. 546.

⁵³ RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Grávida, 2011, p.145.

foi, de igual modo, um século de fortes mudanças. Por esta altura, ainda Portugal, ao contrário de França e Espanha, estava preso às convenções do Antigo Regime.

O início do século XIX foi um tempo de conturbadas relações externas. O país via-se deparado com França de um lado e Inglaterra do outro, oscilando entre as duas potências rivais, embora mostrando-se a segunda indispensável⁵⁴. Logo em 1801 França e Espanha declaram guerra a Portugal e, embora tenha durado apenas três meses, revelou-se “desastrosa”⁵⁵ para o país, com o exército português a ser derrotado. Aqui os portugueses, além da pesada indenização a pagar, vêm-se obrigados a entregar Olivença a Espanha e a fechar os portos aos navios de guerra ingleses.

Em 1806 é a vez de Napoleão declarar o Bloqueio Continental, que significava o fim do comércio e de qualquer tipo de relações com Inglaterra. O tardar de uma posição portuguesa acaba por levar Napoleão a lançar um ultimato ao rei português, exigindo obediência ao que por ele fosse definido. O rei optou por não aceitar o Bloqueio, sujeitando-se à invasão de Portugal, por França e Espanha.

Napoleão cumpre a ameaça e, em novembro de 1807, invade Portugal. Perante esta realidade a família real decide mudar-se para o Brasil, embarcando juntamente com o governo e centenas de pessoas, tornando-se o Rio de Janeiro a capital do Reino.

Durante os quatro anos que se seguiram, Portugal ficou mergulhado em guerra que deixou o país uma situação “miserável”⁵⁶, com a agricultura, o comércio e a indústria profundamente afetados. A juntar às consequências da guerra está a nova condição que Portugal passou a ter, funcionando quase como uma colónia do Brasil sob proteção inglesa.

Finda a guerra, a família real não demonstrava intenções de regressar ao país, o que provocou ainda maior descontentamento nos portugueses, que sentiam que o rei parecia “ter abandonado a família Portuguesa”⁵⁷. É neste contexto de descontentamento, e sem sinais de se desprender dos ideais do Antigo Regime, que se começam a cultivar os ideais revolucionários, ao mesmo tempo que as perseguições aos liberais se sucediam. Acontece então a revolução liberal de 1820.

No dia 24 de agosto de 1820, no Porto, um levantamento militar, aproveitando a conjuntura favorável, interna e externa, tenta implantar o liberalismo no país, embora o grande motivo da revolta acabasse por ser a questão da condição do Brasil e o regresso do rei, tanto que

⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.396.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 395.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p.400.

⁵⁷ SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um português*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p.2.

os objetivos expostos pelos revolucionários “estavam longe de representar uma rutura, um corte revolucionário com o passado”⁵⁸. Bem sucedida a revolta, é então criada a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, para assumir a regência do reino e adotar uma futura Constituição. Pouco tempo depois é a vez de o sul, Lisboa, lhe seguir os passos, resultando numa Junta conjunta e ao nível nacional, evoluindo a situação num sentido favorável em relação aos revoltosos. Feitas as eleições e compostas as Cortes, estas obrigam o já rei D. João VI a regressar a Lisboa, sendo este, como já referido, um dos objetivos da revolta.

Aceitando tudo quanto lhe era imposto, e jurando os pilares base da futura Constituição, pois só em 1823 jura solenemente o documento, D. João VI regressa a Portugal, em 1821, deixando como regente do Brasil o seu filho mais velho, D. Pedro. Com ele regressam também D. Carlota Joaquina e D. Miguel, que sempre ficaram associados ao absolutismo, recusando-se mesmo a rainha a jurar a nova Constituição, acabando por se converter “num polo aglutinador dos sectores absolutistas” que resultaram nas “futuras conspirações”⁵⁹.

A ala liberal ficou, desde os seus inícios, sempre notavelmente dividida por uma facção mais radical e revolucionária e outra mais conservadora, com diferentes motivações, isto “consoante o grupo profissional e social a que pertenciam”⁶⁰. Este facto viria a revelar-se um obstáculo na implantação, em definitivo, do liberalismo.

A própria Constituição nunca alcançou a receptividade esperada pelos seus mentores, por vários pontos do país registaram-se “manifestações de desagrado” e “incidentes violentos”⁶¹ no que à aceitação do documento diz respeito. Estes factos acabam por confirmar a fragilidade do regime liberal, que à mais pequena crise poderia desabar.

O primeiro grande abalo dado ao regime liberal é a declaração da Independência do Brasil, pelo príncipe herdeiro português D. Pedro, à altura regente do Brasil, em setembro de 1822, falhando aqui o grande objetivo da revolução de 1820, que unia as facções liberais, de fazer regressar o Brasil à condição de colónia⁶², isto numa altura em que o Reino Unido era já uma “ficção”⁶³, com a evolução dos acontecimentos do Brasil neste sentido, onde em já em janeiro do mesmo ano D. Pedro, futuro Imperador do Brasil, perante a exigência das Cortes para que regressasse ao país, decide-se pelo célebre “fico”, permanecendo no Brasil.

⁵⁸ VENTURA, António – *Da Revolução Vintista à Guerra Civil (1820-1834)*. in MEDINA, João (dir.) – *Portugal Liberal*. História de Portugal I, vol X, Lisboa: Edita Ediclube Lda., 2004, p. 157.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 161.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 158.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 166.

⁶² MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.448.

⁶³ VENTURA, António – *Da Revolução Vintista à Guerra Civil (1820-1834)*. in MEDINA, João (dir.) – *Portugal Liberal*. História de Portugal I, vol X, Lisboa: Edita Ediclube Lda., 2004, p.164.

O contexto agora criado é favorável aos partidários do absolutismo, e é neste ambiente interno favorável ao absolutismo, acompanhado do externo como os acontecimentos em Espanha no sentido do regresso ao absolutismo, que se dá, em 1823, a Vilafrancada, um levantamento militar com o intuito de regressar ao absolutismo, para os absolutistas, ou, no caso dos liberais moderados que se juntaram à revolta, tornar o regime menos radical, como é o caso do liberal Mouzinho da Silveira, que viria a ser um importante membro da governação de D. Pedro, assim como Saldanha, Sá da Bandeira, Palmela e Vila Flor, todos eles colaboradores ou cúmplices do golpe e futuros apoiantes de D. Pedro e das suas causas, todos estes estavam agora mais preocupados em “travar os perigos do radicalismo”⁶⁴. Daqui saem vitoriosos os absolutistas e moderados, que contam com o apoio de D. Miguel e D. Carlota Joaquina. Face a estas circunstâncias D. João VI decide juntar-se a estes mas não regressar ao absolutismo, antes procurou encontrar uma solução que evitasse revoltas da parte vencida, a liberal, prometendo apenas modificar a Constituição e dissolver as Cortes.

Os absolutistas mais radicais, chefiados por D. Miguel e D. Carlota Joaquina, não aceitam este desfecho, até pelo facto de considerarem que muitos liberais continuavam a rodear o rei, e decidem levar a cabo mais uma revolta, a Abrilada, em 1824, onde pretendem uma viragem mais acentuada ao absolutismo. Aqui D. Miguel é obrigado a deixar o país. Desde então, e até ao final do reinado de D. João VI em 1826 com a sua morte, Portugal é governado através de um “absolutismo moderado”⁶⁵, onde ao mesmo tempo que a prometida Constituição não se concretizou alguns liberais foram sendo afastados do governo e, por sua vez, alguns destes, acabam mesmo por abandonar o país.

2.1.3. D. Pedro IV e a Carta Constitucional

Já em 1826, mas ainda antes do falecimento de D. João VI e com o agravamento do seu estado de saúde, procede-se à nomeação de uma regência do reino presidida pela Infanta Isabel Maria, uma situação provisória, pelo facto de o herdeiro do trono, D. Pedro, se encontrar no Brasil e ser já Imperador do mesmo e de D. Miguel estar exilado em Viena de Áustria, consequência do anteriormente referido.

Até ao falecimento do monarca a questão da sua sucessão não havia sido questionada, não sendo, por isso, posta em causa a sucessão de D. Pedro ao trono português, contudo nem

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p.169.

⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.449.

portugueses nem brasileiros iriam aceitar, à partida, um mesmo rei para as duas coroas, contudo havia, entre os portugueses, aqueles que depositavam esperanças nesta união, voltando, em parte, o Brasil à sua antiga condição.

A regente do reino, Infanta Isabel Maria, reconhece D. Pedro como rei de Portugal, enviando logo uma delegação ao Brasil a fim de o fazer assumir o poder. O agora D. Pedro IV depressa decide abdicar, face às circunstâncias já referidas, em sua filha D. Maria, mas não sem antes outorgar a Carta Constitucional.

Depois de algumas hesitações, a Carta outorgada foi jurada pela infanta-regente, D. Isabel Maria, e pelos restantes membros da Regência, dando novo alento aos liberais portugueses. Já no que aos absolutistas diz respeito, estes levaram a cabo alguns levantamentos militares, que foram sendo controlados, realizando-se as eleições num clima de “perturbação”⁶⁶.

A Carta Constitucional de 1826, importante documento que vem a ser, anos mais tarde e juntamente com a defesa do trono de D. Maria, uma das grandes causas liberais por que D. Pedro lutou na Guerra Civil, era mais moderada que o anterior documento de 1822. A grande novidade era a divisão em quatro poderes: executivo, moderador, legislativo e judicial. O moderador cabia ao rei, era como que um papel de árbitro, com o objetivo de “reparar” ou “preservar”⁶⁷. Quanto ao legislativo este ficava dividido em duas Câmaras, a dos Pares, nomeados pelo rei de forma vitalícia e hereditária, e a Câmara dos Deputados, eleita por sufrágio indireto e restrito. Em suma, este documento revela-se mais moderado, reforçando o poder do rei em relação ao anterior e revelando-se como mais facilmente conciliador entre liberais moderados e absolutistas.

Consciente das divisões existentes em Portugal e de modo a evitar um confronto e conciliar, de vez, os partidários do absolutismo e do liberalismo D. Pedro decidiu nomear D. Miguel, absolutista, regente do Reino, fazendo-o jurar a Carta, que era considerada uma “constituição conservadora”⁶⁸ e, por tanto, mais moderada que a anterior e com maior probabilidade de consenso. Assumia ainda o compromisso de casar a sua filha, D. Maria, assim que esta atingisse a idade. A proposta foi aceite e, em 1828, D. Miguel regressa do exílio, onde se encontrava por ter “traído o regime constitucional nos episódios da Vilafrancada (1823) e da Abrilada (1824)”⁶⁹, e jura a Carta, aceitando as condições propostas pelo seu irmão. D. Pedro

⁶⁶ VENTURA, António – *Da Revolução Vintista à Guerra Civil (1820-1834)*. in MEDINA, João (dir.) – *Portugal Liberal*. História de Portugal I, vol X, Lisboa: Edita Ediclube Lda., 2004, p. 173.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p.172.

⁶⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.450.

⁶⁹ ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 27.

nomeou ainda os primeiros Pares do Reino, tanto absolutistas como liberais, dando continuidade à “política de compromisso”⁷⁰ de D. João VI.

Acreditava D. Pedro ser este o remédio, que foi geralmente aceite, para o fim dos conflitos entre liberais e absolutistas, o que não se veio a verificar. D. Miguel depressa se apercebeu do grande apoio que tinha nos diferentes sectores da população, chegando a ser aclamado rei em diferentes pontos do país.

Neste mesmo ano de 1828 começam as perseguições aos liberais, substituindo os governadores militares de tendências liberais e todos os que se determinavam em cumprir a Carta. É “pressionado pelos seus partidários”⁷¹ que dissolve as Câmaras e convoca as Cortes à maneira antiga, por Ordens. São entretanto suspensos organismos e símbolos do liberalismo.

Face às falhadas tentativas de resistência liberal, levadas a cabo com diversos levantamentos um pouco por todo o país, muitos destes começam a abandonar, em grande número, o país, sendo muitos dos que ficam presos, assassinados ou executados. Ao mesmo tempo, D. Miguel reforça o seu regime absolutista, estabelecendo um “clima de intolerância extrema”⁷² para com aqueles que davam sinais de apoio à causa liberal.

Um desses levantamentos liberais aconteceu, no mesmo ano de 1828, na ilha Terceira, revolta que faz renascer nos liberais exilados a esperança na recuperação do regime liberal português. Depois desta revolta muitos vão regressando ao país, reunindo-se na Terceira para prepararem a resistência e uma nova revolta. Após o desembarque falhado das tropas miguelistas na Terceira, os liberais foram tomando outras ilhas do Arquipélago ao longo de 1829, mantendo viva e ganhando força a causa liberal.

O governo absolutista de D. Miguel caracterizou-se por insucessos, tanto ao nível das suas políticas internas como das externas. Ficou marcado pelo conservadorismo e pela “escassa actividade legislativa”⁷³. Como consequência, ao nível interno a situação económica e financeira piorou com o absolutismo e, ao nível externo, foi perdendo muito do apoio estrangeiro conseguido.

Se inicialmente a conjuntura era desfavorável à causa liberal, a partir de 1830 a conjuntura internacional torna-se favorável, especialmente por parte de Inglaterra e França,

⁷⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 450.

⁷¹ VENTURA, António – *Da Revolução Vintista à Guerra Civil (1820-1834)*. in MEDINA, João (dir.) – *Portugal Liberal*. História de Portugal I, vol X, Lisboa: Edita Ediclube Lda., 2004, p.175.

⁷² MARTELO, David – *O Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p. 13.

⁷³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Conjuntura* in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal. Vol. IX. Lisboa: Presença, 2001, p.578.

levando a que as condições sejam reforçadas. No Brasil, o evoluir dos acontecimentos acaba também por levar à disponibilidade total de D. Pedro para a causa liberal portuguesa. São, deste modo, os dois grandes fatores que vieram dar um novo impulso à causa liberal, a viragem no plano internacional e a situação brasileira.

D. Pedro vive períodos de dificuldade e contestação ao seu governo do Império. Em 1831 abdica em favor do seu filho D. Pedro II, retomando para si o título de Duque de Bragança. Posto isto, regressa à Europa e dirige-se a Inglaterra e França a fim de recolher apoios para retomar o poder e devolver o direito ao Trono Português a sua filha D. Maria.

Em França, organiza a expedição que desembarcaria na Terceira, em 1832, onde se juntaria à resistência liberal, já organizada e espalhada pelas ilhas do Arquipélago. Aqui substitui Palmela na regência, tomando ele próprio o papel de Regente do Reino de sua filha, formando um governo composto por Palmela, Agostinho José Freire e Mouzinho da Silveira. O último logo começou a legislar em grande escala, lançando a legislação que viria a ser mais tarde aplicada no reino.

Controlada toda a ilha, prepara a entrada dos liberais em Portugal continental, numa “posição de tudo ou nada”⁷⁴. Depois de assumir o papel de protagonista na Independência do Brasil prepara-se, agora, para ser o protagonista da causa liberal portuguesa e da Guerra Civil que então se avizinhava.

2.1.4. “Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar”

A 7 de julho de 1832 a esquadra das tropas liberais, acompanhadas por D. Pedro, alcançam a costa portuguesa e desembarcam na praia do Pampelido, em Matosinhos, já na tarde de 8 de julho, local estrategicamente escolhido para que o Porto se tornasse o centro das operações⁷⁵. A expedição que organizara a partir da Terceira contava com cerca de 8000 homens, entre os quais 800 estrangeiros ingleses e franceses, assim como com cerca de 50 navios⁷⁶.

As tropas formaram na praia antes de seguir para o Porto, D. Pedro esperava não ter de impor a liberdade no país à força, contando com uma forte adesão popular à sua causa, o que não aconteceu, pelo menos numa fase inicial. Avancam em direção ao Porto sem que as tropas

⁷⁴ ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 37.

⁷⁵ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p.80.

⁷⁶ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo* in MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p.90.

absolutistas mais próximas lhes fizessem frente. Santa Marta, responsável pela guarda da costa em causa, retira-se em direção ao Porto, abrindo, assim, caminho ao avanço das tropas liberais, sendo presumível que a ideia fosse cercar depois as tropas liberais no Porto, como defendem alguns autores⁷⁷, e não que estivessem a fugir de uma “mortandade que julgavam certa”⁷⁸. Estas avançam na direção do Porto e lá entram, no dia 9 de julho, sem conflito nem resistência, pois Santa Marta havia evacuado a cidade, concentrando as tropas na margem de Gaia e desfazendo-se da Ponte das Barcas.

Os liberais ocupam, assim, a cidade do Porto. Entram na cidade sem oposição, “hasteando, no cano das espingardas, hidranjas colhidas nos arredores do Porto”⁷⁹, estas flores azuis eram já desde os tempos da ilha Terceira, a flor símbolo do cartismo. Ao mesmo tempo, são deparados com a “frieza e indiferença”⁸⁰ dos portuenses, que não esperariam. Esta reação, mesmo partindo de simpatizantes do liberalismo, justificar-se-ia, em parte, pela desconfiança ou falta de esperança num sucesso da causa liberal, que causou “susto” aos liberais do Porto “quando souberam das pequenas forças que vinham”⁸¹. O exército liberal, pouco numeroso, entra na cidade com pouco armamento, a artilharia estaria resumida a um obus e duas peças⁸², e sem cavalaria, um só garrano transportava D. Pedro, oferecido durante a viagem. Hugh Owen afirma mesmo que, perante todas estas evidências, alguns soldados do exército liberal abandonam a luta⁸³.

O exército de D. Pedro logo percebe que deveria atacar o quanto antes as tropas miguelistas que se concentravam na outra margem do rio, de maneira a não permitirem a concentração de mais efetivos no exército miguelista. No dia seguinte à chegada ao Porto, o Exército Libertador, como ficou conhecido, ataca a margem sul do Douro e faz com que os absolutistas recuem alguns quilómetros para sul, conquistando um importante local a nível estratégico, a Serra do Pilar, garante da defesa da cidade do Porto, ao mesmo tempo que se começam a instalar as tropas e fortificar os terrenos ocupados, preparando a sua defesa.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p.90.

⁷⁸ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa. 1915, p. 156.

⁷⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 81.

⁸⁰ PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – O Porto Oitocentista in *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 469.

⁸¹ *História do Cerco do Porto* – Suplemento “Pyrilampo”, nº 36, p.2.

⁸² MARTELO, David – *Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p. 14.

⁸³ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa. 1915, p.157.

A desigualdade entre liberais e absolutistas era óbvia. Enquanto os liberais contavam com os exilados liberais e a ajuda da França e Inglaterra, os absolutistas contavam com um numeroso exército e com o apoio da esmagadora maioria da população. Reconhecendo esta inferioridade do exército liberal, 7500 ou 8000 homens, em relação ao exército absolutista, 80000 homens, e consequente moral das tropas em baixo, o exército liberal leva a cabo uma série de movimentações com a finalidade de impor algum respeito ao exército de D. Miguel, avançando sobre vários locais fora do Porto, tais como Penafiel, Valongo e Grijó, de onde saíram vitoriosos, mas também sofreram algumas derrotas, como é o caso de Souto Redondo. Contudo, mesmo com uma diferença tão acentuada de efetivos nos seus exércitos os liberais tinham a vantagem de “lutar por um ideal novo e puro”⁸⁴, prometendo que um certo grau de propaganda diminuísse a natural moral em baixa das suas tropas e diminuísse os efeitos da mesma. Ao mesmo tempo o comando das tropas liberais foi superior, desde o início, ao absolutista, muito devido a chefes militares liberais como Saldanha, Vila Flor, Sá Nogueira, Napier, entre outros.

Com a ocupação do Porto consumada dá-se início ao episódio mais significativo da Guerra Civil em Portugal (1832-1833), que opôs liberais e absolutistas, e que ficou conhecido como Cerco do Porto.

Fixados no Porto, os liberais começam a tomar medidas administrativas, como a nomeação de um novo presidente para o Tribunal da Relação, novos deputados para os lugares vagos da Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro, nova administração municipal e nomeação de um novo governador para a diocese do Porto, em sede vacante. Foi concedida amnistia a todos os liberais presos, começou-se a publicar a *Crónica Constitucional do Porto* e começava-se a aplicar a legislação liberal, muita dela já pensada nos Açores e da qual é protagonista o já mencionado Mouzinho da Silveira. Logo no mês seguinte ao desembarque das tropas liberais é dada a ordem de fortificar a cidade do Porto, preparando a resistência ao Cerco.

Face às circunstâncias, também D. Pedro se fixa na cidade do Porto durante este período e, depois da estranheza inicial pelas diferenças existentes entre Portugal e o Brasil, D. Pedro logo se começa a integrar, “a conhecer bem a cidade e as suas gentes, a dialogar, beber, folgar e a misturar-se com quem lhe aparecia”⁸⁵. Nos testemunhos de então, é atribuído, inclusive, um papel ativo a D. Pedro na tomada de posições e procura de soluções. Inicialmente D. Pedro começa por se instalar no Palácio dos Morais e Castro, mas depois acaba por se mudar, por

⁸⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p.453.

⁸⁵ SANTOS, Eugénio dos – *D. Pedro IV: liberdade, paixões, honra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p.229.

questões de segurança, para uma casa na rua de Cedofeita, menos exposta aos bombardeamentos absolutistas.

Depois das desorientações iniciais do lado absolutista, o exército de D. Miguel organiza-se e fixa-se junto à cidade do Porto. Assim, a partir de outubro de 1832, o cerco ao Porto acentua-se, com a forte concentração de tropas junto à cidade, impedindo ou dificultando a circulação e a entrada de recursos na cidade, seguindo-se fortes e indiscriminados bombardeamentos à cidade e fortes ofensivas absolutistas, com o objetivo de entrarem na cidade, como é exemplo a do dia de São Miguel, que veio a dar nome à rua do Heroísmo, pela vitória dos liberais, e que deu oportunidade ao comentário do Coronel Owen que refere que os “miguelistas atacavam por datas”⁸⁶. Depois deste episódio, que veio dar novo ânimo aos liberais, os absolutistas tinham a convicção de que ganhariam a guerra. Soriano refere que os absolutistas “olhando para o Porto” tinham como “segura a victoria” mas face a esta derrota chamaram “às suas fileiras” mais soldados⁸⁷, apertando o Cerco com o decorrer do conflito.

Os liberais conseguiam resistir às ofensivas miguelistas e os recursos conseguiam entrar no Porto por mar, única forma de se abastecerem. É face a este cenário que os absolutistas optaram por outra estratégia, mais passiva, limitando-se à defesa das suas posições ao largo do Porto, tornando mais eficaz o bloqueio, e impedindo, também, a entrada de navios na barra do Douro, dificultando o abastecimento da cidade.

À medida que o cerco ao Porto apertava, as dificuldades eram cada vez maiores, com a propagação de doenças, de fome, com os constantes e fortes bombardeamentos e com um consequente sobrecarregar dos habitantes com mais impostos. Em meados de 1833 a situação era, assim, “desesperada”⁸⁸ para a resistência liberal. A capitulação começava a ser no que em muitos acreditavam, embora o desejo de vitória permanecesse, muito pelas fortes motivações existentes entre os liberais e que os seus dirigentes, em especial D. Pedro, sempre souberam manter presentes, comprovando-o o baixo número de deserções, excedendo-se generais e soldados no seu valor⁸⁹.

Durante o Cerco, D. Pedro assumiu o comando da resistência e, carecendo de preparação, faz-se rodear de prestigiados chefes militares. Os vários relatos escritos sobre o Cerco do Porto,

⁸⁶ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa. 1915, p.179.

⁸⁷ SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo II. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889, capítulo II.

⁸⁸ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo* in MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p.91.

⁸⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p.82.

revelam que D. Pedro foi um líder sempre presente, contando que seria comum observar D. Pedro junto das linhas de defesa, nas baterias, a verificar o modo como evoluíam os combates⁹⁰. O Duque de Bragança “aparecia em toda a parte e supervisionava tudo”⁹¹, estando totalmente envolvido na resistência ao Cerco e sendo “o primeiro a dar o exemplo”, sendo comum referirem que “pouco tempo tomava de repouso”⁹². Desde as presenças nas fortificações às visitas aos hospitais, o seu empenho era reconhecido e essencial à manutenção do ego liberal, que se apoiava, segundo um dos testemunhos, na sua “sabedoria e confiança”⁹³. Estes factos acabam por justificar a ligação deste à cidade e aos seus habitantes, que procurou conhecer bem, misturando-se com as pessoas, convivendo. Tornou-se, por estes motivos, popular na cidade.

Com a concentração das tropas absolutistas a norte, com vista a pôr um fim no Cerco e na resistência liberal, o sul ficava, todo ele, desguarnecido de tropas absolutistas. É face a este cenário que os liberais, encurralados e sem grandes hipóteses de se libertarem do cerco, decidem enviar uma frota para sul, sem avisar o destino e fazendo crer, junto de alguns absolutistas, que seria uma fuga para a Terceira, embora alguns absolutistas acreditassem em tentativas de desembarque mais a sul. D. Pedro permanece no Porto, de modo a manter a resistência e conservar “restos de esperança”⁹⁴, que o Coronel Owen considera ainda contribuir também a presença de Saldanha, também muito popular.

A esquadra liberal, conduzida pelo almirante Napier, que era oficial da marinha britânica⁹⁵, dirige-se ao Algarve, desembarcando em Monte Gordo e Cacela. Face ao desguarnecimento militar do sul, todo o Algarve foi ocupado em seis dias, recuperando vários recursos militares.

Numa tentativa de travar o avanço liberal a sul, sai de Lisboa uma frota de nove embarcações que, no combate com as tropas liberais, sai derrotada e cinco das embarcações são aprisionadas, aumentando a frota liberal. Esta derrota acaba, também, por desmoralizar os absolutistas e abrir caminho para a capital, dando de novo esperança aos liberais.

⁹⁰ SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo I/II. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889; OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa, 1915; SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010.

⁹¹ SANTOS, Eugénio dos – *D. Pedro IV: liberdade, paixões, honra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 229.

⁹² SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p.174.

⁹³ Idem, *Ibidem*, p.170.

⁹⁴ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa. 1915, p.265.

⁹⁵ MARTELO, David – *Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p.58.

Enquanto, a norte, se preparava o derradeiro assalto à cidade do Porto, com reforços no exército absolutista, a sul, as conquistas de cidades por liberais era constante, acompanhadas por deserções absolutistas para o campo dos liberais. Quando Almada se rende aos liberais, as tropas absolutistas presentes em Lisboa retiram em direção a Coimbra, deixando Lisboa livre à ocupação.

Os habitantes liberais de Lisboa logo aclamaram D. Maria e a Carta Constitucional, convidando as tropas liberais, em Almada, a entrarem em Lisboa. Estas inicialmente desconfiaram, mas acabaram por entrar em Lisboa, que via as suas gentes se libertarem “de um regime despótico, que governava sobre o medo da força e da repressão”⁹⁶.

A 25 de julho dá-se o último grande confronto no Porto, não conseguindo, novamente, os miguelistas, entrar no Porto. Entretanto, a 26 de julho, chega a notícia de que Lisboa fora tomada pelos liberais. D. Pedro decide embarcar rumo a Lisboa, mas não termina o cerco à cidade. Antes de partir D. Pedro faz uma proclamação aos portuenses onde demonstra a sua gratidão para com os habitantes daquela que classifica como “muito nobre e muito leal Cidade”, onde promete voltar com a rainha quando o conflito terminar. Em Lisboa é aclamado, juntamente com a filha e a Carta, à chegada.

As tropas absolutistas junto ao Porto começam a retirar em direção a Coimbra, para que lá todas se concentrassem e se reorganizassem. Tentaram primeiro vender o vinho do Porto presente nas caves de Gaia mas, sem sucesso na venda, resolveram incendiar as caves, provocando descontentamento na população.

No dia 20 de agosto de 1833, os absolutistas abandonam, definitivamente, Gaia e termina assim o Cerco à cidade do Porto, mais de um ano depois do seu início.

2.1.5. O fim da Guerra Civil e a morte de D. Pedro IV

A perda das duas principais cidades do país por parte dos miguelistas mudou o rumo da guerra, acabando por passar o palco desta para o centro, estando norte e sul controlados pelos liberais.

Entretanto, entre Espanha, França, Inglaterra e Portugal é assinado um acordo, a 22 de abril de 1834, de modo a que cessassem as hostilidades entre liberais e absolutistas, saindo D.

⁹⁶ ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 55.

Miguel de Portugal e Carlos de Espanha. Depois disto, forças espanholas vieram em auxílio dos liberais, seguindo-se importantes vitórias.

Em alguns testemunhos é comum referir se a “fortuna”⁹⁷ dos liberais ou a forma como a causa liberal foi “auxiliada por tantos acontecimentos imprevistos ou improváveis”⁹⁸, referindo-se os autores aos vários episódios que, muitas vezes alheios à estratégia dos liberais, possibilitaram que a sucessão de acontecimentos produzisse aquilo que muitos consideraram impossível, uma vitória do exército liberal.

A 26 de maio de 1834 é assinada a Convenção Évora-Monte, que pôs fim ao conflito. Esta Convenção previa a amnistia para todos os delitos políticos, a manutenção dos cargos no exército, o fim do exército absolutista e a obrigação de D. Miguel abandonar o país definitivamente, partindo para o exílio, que cumprirá “com dignidade”⁹⁹, na Áustria.

Muitos consideraram esta Convenção muito branda, principalmente para D. Miguel, o que motivou a oposição mesmo de alguns liberais, a “amnistia concedida por D. Pedro aos miguelistas foi recebida pelos liberais com grande descontentamento”¹⁰⁰. Dos testemunhos consultados neste projeto Luz Soriano é o que demonstra maior descontentamento e se mostra mais imparcial quando chega a hora de discordar. Relativamente ao final da guerra começa por afirmar que existe falta de “harmonia entre a sua conducta e o seu entusiasmo pela liberdade”, referindo-se às “tendências” de D. Pedro IV para o “arbitrário”, mesmo depois de finda a guerra, para depois afirmar ainda que D. Pedro “commetteu certamente uma grande imprudencia politica”¹⁰¹ com a Convenção que assinou, demonstrando este facto o forte descontentamento que provocou esta posição de D. Pedro. Um dos episódios que demonstra o descontentamento da população face à generosidade que, consideravam, D. Pedro teve para com o seu irmão foi os protestos de que foi alvo, tanto D. Pedro como a restante família real, no teatro de S. Carlos, logo no dia seguinte à Convenção. Aqui acabam por se tornar evidentes que os conflitos ainda não terminariam por aqui, continuando as divergências entre liberais moderados e radicais que só terminam a meados do século XIX, com a Regeneração.

⁹⁷ SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo I. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889, capítulo I.

⁹⁸ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa. 1915, p.341.

⁹⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 86.

¹⁰⁰ *História do Cerco do Porto* – Suplemento “Pyrilampo”, nº 36, p.108.

¹⁰¹ SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo II. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889, capítulo IX.

Um ano após ter partido e depois de finda a Guerra Civil com a assinatura da Convenção Évora-Monte, visita a cidade do Porto acompanhado de sua filha, D. Maria II, tal como havia prometido, em mais um gesto de gratidão para com a cidade. Terá sido grande o entusiasmo dos portuenses ao receber a Família Real, entusiasmo que “excede todos os poderes da penna do auctor”¹⁰², considera um dos testemunhos. É referido pelos testemunhos que D. Pedro, ao deixar a cidade depois desta visita afirmou, acenando com o seu lenço “Adeus Porto, nunca mais te verei!”¹⁰³.

Logo em agosto foram convocadas eleições legislativas e consagrou-se D. Pedro como regente, cargo do qual abdicou logo em setembro, por se sentir incapaz de exercer. Neste momento opta-se pela maioria de D. Maria, que sobe ao trono a 20 de setembro, falecendo D. Pedro quatro dias depois, a 24 de setembro de 1834, 36 anos depois de ter nascido no mesmo quarto, no Palácio de Queluz, “vítima de uma doença que se agravava durante a guerra”¹⁰⁴.

“Eu me felicito a mim mesmo”

Por vontade de D. Pedro o seu coração é doado à cidade do Porto “em prémio e memória da glória adquirida dentro de seus muros”¹⁰⁵, no derradeiro gesto de gratidão para com os portuenses, que, por sua vez, o viam como um “genuíno herói”¹⁰⁶. É a relação criada e fortificada durante o curto mas intenso período do Cerco do Porto que motiva este gesto invulgar de doar o seu coração à “heroica” cidade que foi, como referiu o próprio, “theatro” da sua “verdadeira glória”.

D. Pedro assim se dirigiu aos seus “amigos Portuenses”, a 27 de julho de 1834, depois de terminada a Guerra Civil e quando cumpria a promessa feita ao deixar o Porto, em julho de 1833, de visitar a cidade juntamente com a sua filha D. Maria.

Cumprindo a vontade de D. Pedro a rainha decide que o coração de seu pai ficará na igreja da Lapa, uma vez que D. Pedro não deixou expressa uma vontade relativamente ao local. Esta era a igreja frequentada por D. Pedro durante o período em que habitou no Porto, grande

¹⁰² *História do Cerco do Porto* – Suplemento “Pyrilampo”, nº 36, p.113.

¹⁰³ SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 177.

¹⁰⁴ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo* in MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 96.

¹⁰⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Introd. de Francisco Ribeiro da Silva. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 178.

¹⁰⁶ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p.79.

parte desse tempo bem perto em Cedofeita, nela ouvindo a missa militar semanal¹⁰⁷. Outro dos motivos que se pode ter em conta é o facto da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa ter, nas suas origens, ligações ao Brasil, pois o seu fundador, padre Ângelo Sequeira, nasceu e morreu no Brasil¹⁰⁸, pátria também querida de D. Pedro, como ele bem o comprovou em cartas dirigidas ao seu filho e, antes da sua morte, ao povo brasileiro. Não sendo consensual a escolha foi no altar-mor desta igreja que o coração de D. Pedro permaneceu.

No dia 4 de fevereiro de 1835 sai de Lisboa o navio que transportava o coração do Rei Soldado, chegando ao Porto no dia 7 de fevereiro dentro duma urna de prata, por sua vez guardada numa urna de mogno¹⁰⁹, onde foi entregue à Câmara do Porto, até hoje guardiã da chave da urna, seguindo depois em cortejo para a igreja da Lapa.

A figura do Duque de Bragança ficará, com a Guerra Civil, associada ao liberalismo e à implantação do mesmo no país e, pelo “theatro da sua verdadeira gloria” ter sido a cidade do Porto, esta fica, também e até hoje, conotada ao liberalismo. Ao visitarem o túmulo do seu coração referiu um autor anónimo que “as gerações futuras aprenderão desse tumulto a detestar os tyrannos e a amar a Liberdade”¹¹⁰, se assim não o for pelo menos pode-se afirmar que é um dos símbolos do Liberalismo presentes na cidade e que a associam a estes ideais.

2.2. Património e Memória: a Cidade Liberal

Aqui após uma aplicação e reflexão da relação entre História, Património e Memória, conceptualização teórica, ainda que breve, que auxilia a compreensão da construção de uma memória social, refletimos sobre a memória do Cerco do Porto e da figura de D. Pedro na cidade de hoje, dando exemplos das marcas que os acontecimentos anteriormente apresentados, juntamente com o processo de implantação do Liberalismo, deixaram na cidade.

¹⁰⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.256.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p.281.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p.257.

¹¹⁰ SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Intr. de Francisco Ribeiro da Silva. Porto: Universidade do Porto, 2010, p.178.

2.2.1. Património, Memória e Identidade

O Património é parte integrante da identidade de uma comunidade, Património esse que expressa as características e memórias da mesma. Esses bens, materiais e imateriais, são considerados Património quando a comunidade se identifica com esses bens e vê neles o valor que lhe dá motivos para os valorizar e conservar, tendo como objetivo deixá-los às gerações futuras, conservando a memória e a identidade. Esta valorização, e consequente conservação, têm na História um suporte.

A História fornece os contextos que atribuem valor ao Património, sendo uma âncora para interpretar e dar valor a algo que se desconhece ou não se conhece por completo, levando, neste caso, à valorização e preservação do Património. Esta é uma linha de força do presente projeto, deste o princípio¹¹¹.

Entende-se, pelo referido, que não há Património sem que este seja identidade de uma comunidade, que lhe dê sentido, “constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que consagram a sua pertença comum ao passado”¹¹², não se limitando somente a edifícios históricos isolados¹¹³, mas que a comunidade o conheça, o saiba interpretar, a fim de lhe atribuir este valor, que a História, pela pesquisa temporal e espacial, pode oferecer. Peralta e Anico referem que deixar que se perca Património é o mesmo que perder identidade¹¹⁴, reforçando aqui também o facto de estes dois conceitos estarem interligados e dependerem um do outro. O Património acaba por ser uma “herança cultural colectiva da humanidade”¹¹⁵, pois suporta tudo aquilo que perdura, de geração em geração, numa determinada comunidade. É um registo da Memória, sendo representativo da sociedade ao longo do tempo, marcando a sua identidade. A memória presente remete-nos para os diferentes contextos da sociedade, desde o religioso ao político, entre outros.

A História está inerente à Memória, pois a História necessita de memórias, é feita de memórias, da “capacidade de conservar certas informações”¹¹⁶. Jacques Le Goff refere que “a memória, à qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o futuro”¹¹⁷, mantendo vivo o passado. Segundo o mesmo autor os documentos e os monumentos são os dois tipos de matérias aos quais a memória, aliada à

¹¹¹ Capítulo 3.

¹¹² CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2010, p.11.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p.12.

¹¹⁴ PERALTA, Elsa; ANICO, Marta. *Patrimónios e Identidades*. Oeiras: Celta Editora, 2006, p.1.

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 1.

¹¹⁶ GOFF, Jacques Le – *História e Memória. Memória*. Vol. II. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 9.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 59.

História, se aplica¹¹⁸, sendo os monumentos herança do passado e os documentos escolha do historiador. A História necessita de memórias para as reconstituições históricas, mas ambas são distintas¹¹⁹.

No que ao Cerco do Porto diz respeito, são muitas as memórias que chegaram até aos nossos dias, a começar pelas obras, os testemunhos, do século XIX, que relatam o referido episódio, como é exemplo a obra de Hugh Owen¹²⁰ ou Luz Soriano¹²¹, entre outras, como se referiu na Introdução. Estes testemunhos são, por isso, “vestígios” que permitem o “conhecimento” do passado¹²². O conceito de memória aplica-se nestas obras, de que nos servimos como importantes fontes/documentos históricos do Cerco do Porto, essenciais a todas as investigações acerca deste tema e importantes, mas sempre conscientes de que se trata de “memória” do Cerco, comprometidos com os intuítos glorificadores dos vencedores, como já observámos atrás.

Outro exemplo de memória, no que ao Cerco do Porto, Guerra Civil e D. Pedro diz respeito, são os edifícios. Foram muitos os edifícios nos quais se preservou, na sua memória, este episódio histórico e a sucessão de acontecimentos então vividos na cidade e redondezas. A juntar-se a estes edifícios, e muitas vezes parte integrante dos mesmos, encontram-se os vários objetos relacionados com este tema, e que foram utilizados no desenvolvimento do projeto de estágio, desde a farda de D. Pedro, a mapas ou armas, todos eles carregando a memória do Cerco e de D. Pedro, como mediadores, porque servem para “materializar e simbolizar determinado acontecimento, determinado aspeto do passado, que eu decidi (...) valorizar”, possibilitando o “estabelecimento de uma memória e a construção de uma narrativa”¹²³.

A prova da vinculação a essa memória encontra-se, sem dúvida, nas obras escritas no século XIX, como já foi referido, memórias do Cerco do Porto, parte integrante da identidade portuense, que se comprovam pelas várias indicações de episódios do mesmo na toponímia portuense e, também, pelo epíteto com que, até hoje, a cidade do Porto ficou associada, *Antiga Mui Nobre Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto*. Por todas estas marcas que este episódio histórico deixou na cidade, podemos concluir que, em grande parte, este é parte integrante da identidade desta cidade, a juntar a todos os episódios no que à implantação do liberalismo

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 103.

¹¹⁹ CONNERTON, Paul – *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993, p.16.

¹²⁰ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa, 1915.

¹²¹ SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo I/II. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889.

¹²² CONNERTON, Paul – *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993, p.16.

¹²³ GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003, p.72.

respeita, como referido anteriormente.

Os vários testemunhos que vão surgindo de partidários do liberalismo, vitoriosos, surgem também como forma de afirmar a implantação do regime liberal que precisava de criar raízes. Já na segunda metade do século XIX, aquando da Regeneração “num quadro de relançamento dos ideais do liberalismo e reforçando a ideia da reivindicação dos feitos gloriosos”¹²⁴, Luz Soriano compromete-se a escrever a História da Guerra Civil¹²⁵, no seguimento da afirmação do regime liberal em Portugal, podendo aqui levantar-se a questão da memória seletiva, pois não interessava contar tudo, tendo em conta os supostos objetivos de algumas obras e a parcialidade dos seus autores, comprovada, por exemplo, pelos rasgados elogios e glorificação de D. Pedro e pelos ataques ao lado vencido, o absolutista de D. Miguel, a quem a generalidade destes autores chama de “usurpador”.

2.2.2. O Liberalismo

Parece claro, pelo que foi imediatamente escrito atrás, que a memória de um Porto Liberal foi escrita, em grande medida, na Regeneração. Mas também não há dúvida que a cidade do Porto está ligada à implantação do liberalismo, bem antes da Guerra Civil e, mais especificamente, ao Cerco do Porto. Foi nesta cidade que o liberalismo teve a sua primeira manifestação em Portugal, na revolução de 24 de agosto de 1820.

Este descobrir, desde cedo, dos ideais liberais fica a dever-se a algumas das características da cidade, que acabam por facilitar o evoluir do espírito liberal. A começar pelo seu forte caráter mercantil, o elevado número de mercadores que contactavam com outras nações, onde os ideais liberais estavam já implementados ou em forte propagação, e ainda por os portos brasileiros deixarem de estar, exclusivamente, ao serviço de Portugal, abertos à concorrência europeia (tratado de 1810), fundamentalmente inglesa, desde a ida da Família Real para o Rio de Janeiro. Outro dos motivos que tornaria o Porto terreno fértil ao liberalismo foi o enraizamento da vasta comunidade inglesa, residente na cidade, o que facilitava o contacto com um modo de fazer comércio mais concorrente, ao mesmo tempo que os via como competidores.

¹²⁴ MOREIRA, Paulo – *A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo): um processo memorialista e de valorização patrimonial*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, p. 90.

¹²⁵ Idem, *Ibidem*, p.92.

Por outro lado, o pensamento liberal entranhava-se através da leitura de obras proibidas, de ideais liberais e maçónicos, facilitada no Porto pelos mercadores de livros¹²⁶.

É, como já referido, em 1820, que se dá a primeira revolução liberal em Portugal, revolução que foi preparada pelo Sinédrio, que se reunia numa casa da rua do Bonjardim, onde atualmente se evoca o nome de José Ferreira Borges, no mercado, um dos protagonistas desta revolução. Juntamente com este, outros locais da cidade subsistem com evocações a este acontecimento, como é o caso do Campo 24 de Agosto, pois a revolução aconteceu neste mesmo dia. Existem ainda os topónimos que se foram perdendo ao longo do tempo, como é exemplo disso o Campo da Regeneração, atual Praça da República, onde se iniciou a revolta de 1820¹²⁷.

A evolução do liberalismo e da monarquia liberal em Portugal foi marcando a cidade do Porto, com vários episódios locais ou nacionais que deixaram as suas marcas. Logo em 1822, e já com D. João VI regressado a Portugal, é aprovada a Constituição, acontecimento evocado naquela que um dia foi Praça da Constituição e que hoje é Praça da Liberdade, mantendo, por isso, a sua ligação ao liberalismo, esta que é considerada por muitos “a praça” da cidade¹²⁸. Mais tarde, em 1829, é também nela que são mortos aqueles que ficaram conhecidos como Mártires da Liberdade. Alguns anos depois, à chegada de D. Pedro à cidade e aquando do início do Cerco do Porto, é nela, e a partir da varanda do então edifício da Câmara que D. Pedro se dirige aos portuenses pela primeira vez, o que motivaria o nome atribuído então de praça de D. Pedro, a grande praça da cidade onde “acontecimentos cívicos, os lutos, as alegrias, as festas, as histórias da resistência e da repressão (...)”¹²⁹ tiveram lugar. Num local onde tantos acontecimentos relacionados com a implantação do liberalismo português tiveram lugar nada mais apropriado do que lhe atribuir um nome que os evoque a todos: praça da Liberdade.

Como já referido, outro dos episódios relacionados com a implantação do liberalismo em Portugal foi a execução daqueles que ficaram conhecidos como Mártires da Liberdade, executados na então Praça Nova, atualmente da Liberdade. Estes liberais condenados e decapitados pelo regime absolutista de D. Miguel, em 1829, estão hoje sepultados num mausoléu no cemitério do Prado do Repouso, sendo também considerado um dos símbolos do

¹²⁶ RAMOS, Luís A. de Oliveira - *Raízes do Liberalismo Portuense: Dados e Observações*. In Separata da Revista de História, vol. I, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p.362.

¹²⁷ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora Lda., 1999, p.296.

¹²⁸ PACHECO, Helder – *Porto*. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1984, p.160.

¹²⁹ Idem, *Ibidem*, p.160.

liberalismo portuense, juntamente com o coração de D. Pedro¹³⁰. Em evocação deste episódio de repressão para com os apoiantes do liberalismo foi dado o nome de Rua dos Mártires da Pátria a uma artéria portuense, que antes teve também um outro nome relacionado com este episódio da luta pela causa liberal, Rua 16 de Maio, em evocação à revolta anti-miguelista de 1828¹³¹, por ter sido por esta rua que os militares revoltosos se dirigiram para o Campo de Santo Ovídio (hoje Praça da República), que acabou por não conseguir acabar com o regime absolutista e, dias depois, fracassou¹³², sendo o motivo para a punição dos envolvidos, os Mártires da Liberdade.

A referida punição aos liberais, consequência da revolta anti-miguelista de 16 de maio de 1828, foi levada a cabo apenas no ano seguinte, inicialmente por hesitações em aplicar punições e depois pelo facto de o processo decorrer de “forma secretíssima e lenta”¹³³, sendo efetivada pelas forças montadas propositadamente na Praça Nova para os liberais condenados. É nesta mesma praça que D. Pedro, em 1832, se dirige pela primeira vez aos portuenses, depois de anos de luta de muitos destes pela causa liberal.

A estes símbolos ou evocações, numa cidade que viveu com intensidade a implantação liberalismo, que faz parte da sua história e duma memória que, por estes factos, não se pretende que se apague, juntam-se as marcas deixadas pelo Cerco do Porto e pela presença de D. Pedro na cidade. Todas estas marcas deixadas pela história da implantação do regime liberal e da monarquia constitucional em Portugal tornam a cidade do Porto indissociável do liberalismo português.

2.2.3. D. Pedro e o Cerco

Com a escolha, por parte do exército de D. Pedro, do norte de Portugal para desembarque e ocupação da cidade do Porto e tendo em conta a desproporcionalidade das tropas liberais em relação às tropas absolutistas, tornou-se evidente que o Porto seria o centro das operações. Após movimentações iniciais, o Porto, e parte da margem sul do rio Douro, a Serra do Pilar, ficam cercados pelas tropas fiéis a D. Miguel, ficando as tropas fiéis a D. Pedro, em consequência

¹³⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Os Mártires da Liberdade e a Santa Casa da Misericórdia do Porto (1829-1878)*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2014, p. 57.

¹³¹ CARDOSO, António Barros – *Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829)*. In Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques. Vol. I, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006, p. 274.

¹³² Idem, *Ibidem*, p.276.

¹³³ Idem, *Ibidem*, p.279.

cercadas na cidade do Porto. A cidade que passou a ser conhecida como *Invicta* torna-se, assim, palco daquele que foi o mais intenso e emblemático episódio da Guerra Civil Portuguesa, o Cerco do Porto.

Durante os 13 meses que o Porto foi palco do conflito, de julho de 1832 a agosto de 1833, e os quase 12 meses que D. Pedro habitou no Porto, cercado, entre 9 de julho de 1832 e 26 de julho de 1833, foram muitas as marcas e memórias deixadas na cidade, assim como as posteriores evocações. Este terá sido o evento de “mais profundas e duradouras consequências não só para a cidade mas para todo o Portugal oitocentista”¹³⁴.

Começando pela presença de D. Pedro na cidade, o nosso projeto, quer das exposições, quer dos roteiros, equacionou o local em que D. Pedro habitou durante este período. Inicialmente, instalou-se no Palácio dos Morais e Castro, ou Carrancas, mas depois acabou por se mudar para uma casa na Rua de Cedofeita, menos exposta aos ataques absolutistas que partiam da margem sul do rio Douro. Os dois edifícios ainda existem, e, no caso do Palácio dos Morais e Castro, funciona atualmente um Museu, o Museu Nacional de Soares dos Reis, cujo núcleo original é proveniente do Museu Portuense de Pinturas e Estampas, fundado por D. Pedro, durante o período do Cerco e cujo objetivo era recolher espólio proveniente de conventos extintos ou abandonados naquele período¹³⁵. É neste Museu que se encontram muitos dos objetos de uso pessoal de D. Pedro, como a espada e a farda de Caçadores 5¹³⁶.

Principalmente depois de se mudar para o número 395 da rua de Cedofeita¹³⁷, D. Pedro começa a frequentar, semanalmente, as missas militares, entre outras cerimónias como o *Te Deum*, eventos solenes de ação de graças a Deus, normalmente em aniversários, na Igreja da Lapa¹³⁸. Prova disso, é a oferta de alfaia litúrgica por parte de D. Pedro a esta igreja, provenientes dos conventos extintos ou abandonados¹³⁹. Iria a esta igreja muito pela proximidade em relação à casa onde então habitava, em Cedofeita, e pelo facto de esta se

¹³⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – “*O Cerco do Porto em 1832 para 1833 – por um portuense.*” *A Guerra Civil dentro do Porto*. In *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XXIX, número 12, dezembro 2010, p.380.

¹³⁵ MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS. Porto: act. 2 de agosto 2015.. Disponível na internet em: http://www.museusoaresdosreis.pt/pt_PT/menu_historia/HighlightList.aspx [consultado a 3 de agosto de 2015]

¹³⁶ Anexo 15.

¹³⁷ CABRAL, Luís – *O Cerco do Porto (1832-1833). Um Livro da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados*. In Associação Cultural dos Amigos do Porto, Boletim de 2013, 3ª Série, nº 31, p.4.

¹³⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.256.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 256.

encontrar num local menos exposto aos bombardeamentos absolutistas, tal como Cedofeita, o que não aconteceria em igrejas próximas ao rio, como é o caso da Sé do Porto. Outro dos motivos que poderá estar relacionado com esta escolha do monarca desta igreja seria de ordem afetiva, pela relação desta igreja e Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa com o Brasil, isto porque, como já referido, o seu fundador, o missionário Pe. Ângelo Sequeira, nasceu e faleceu nesse país¹⁴⁰.

D. Amélia e D. Maria II acabam por confirmar esta ligação, e de alguma forma eternizar a mesma, escolhendo a Igreja da Lapa como local para que o coração do Duque de Bragança fosse depositado, segundo a vontade deste, de que o seu coração fosse separado do corpo e deixado à Cidade Invicta, embora não deixando expressa a sua vontade em relação ao local da cidade em específico.

Atualmente este é, assim, outro dos locais que conserva esta memória e que nos reporta e evoca a figura de D. Pedro e a sua presença na cidade. À memória e presença dele na cidade junta-se o facto de ser também símbolo da especial ligação que este criou com a “muito nobre e muito leal cidade” e os portuenses, legando-lhes o seu próprio coração, “a melhor porção de si mesmo, este tão grande penhor do seu amor”¹⁴¹.

Ainda a propósito do coração de D. Pedro IV, um dos factos que acaba por ser revelador da importância que muitos locais tiveram durante este período, e para D. Pedro, é a indecisão e as diferentes opiniões quanto ao local onde deveria ser colocado o coração, aquando da sua entrega, em 1835. A Câmara Municipal do Porto defendia que o coração do monarca deveria ser depositado na capela de São Vicente na Sé¹⁴², embora sem nenhum motivo aparente, no que respeita ao local escolhido, a não ser o facto de ser a principal igreja da cidade e Sede da Diocese. Outros havia que defendiam que deveria ser construído um mausoléu no Mosteiro da Serra do Pilar, para lá se encerrar o coração¹⁴³, pela importância do local durante a resistência das tropas liberais no Cerco, embora este local fosse já fora da cidade do Porto, tendo sido o único reduto liberal a sul do rio Douro, como já referido. A rainha acaba por pôr um ponto final

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.281.

¹⁴¹ Inscrição do túmulo que encerra o coração de D. Pedro na igreja da Lapa. Autoria de José Rodrigues Paços.

¹⁴² SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.256.

¹⁴³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Introd. de Francisco Ribeiro da Silva. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 178.

nas dúvidas criadas e no conflito de opiniões, decidindo que o coração ficaria na Igreja da Lapa, onde chegou no dia 7 de fevereiro de 1835 e onde permanece, 180 anos depois.

No altar-mor desta igreja pode ser observado o mausoléu erguido pela Câmara Municipal do Porto para este efeito, que foi inaugurado em 1837, dois anos depois da entrega do mesmo à cidade. É da autoria de Costa Lima, em estilo Império, construído a partir de granito proveniente inteiramente do solo portuense. Tem no seu topo o brasão dos Duques de Bragança e nele pode-se observar uma inscrição em latim, da autoria de José Rodrigues Paços, que se refere não só ao facto de nele se encontrar o coração e do gesto do monarca que nisso resultou, mas também a alguns dos principais feitos de D. Pedro no que a Portugal diz respeito¹⁴⁴.

Um dos grandes símbolos do liberalismo no Porto e da presença do monarca na cidade é a estátua equestre de D. Pedro IV, na Praça da Liberdade, que o representa a cavalo segurando a Carta Constitucional, que outorgou em 1826, na mão direita e com a farda de Caçadores N.º 5, regimento ao qual pertencia, sendo a sua farda deste regimento parte integrante do projeto¹⁴⁵, assim como um impresso da Carta Constitucional¹⁴⁶. Por baixo, duas placas representam o desembarque das tropas liberais na praia do Pampelido, com a entrega da bandeira bordada pelas senhoras do Faial ao comandante dos Voluntários da Rainha¹⁴⁷, e a entrega do coração de D. Pedro aos vereadores da cidade do Porto¹⁴⁸. Esta estátua foi inaugurada em 1866.

A par com a toponímia, a estatutária é outro dos aspetos que influencia, ou até muda, a memória coletiva, organizando o passado, como refere Marc Guillaume¹⁴⁹. A estátua equestre de D. Pedro, juntamente com muitas outras evocações da memória do monarca, do Cerco ou do Liberalismo, são um fator de manutenção, e até mesmo de ativação da memória coletiva destes temas na cidade, contribuindo para permanência da ligação da cidade à sucessão de acontecimentos relacionados com a implantação do Liberalismo em Portugal.

Nas proclamações de D. Pedro aos portuenses, principalmente na sua chegada, em julho de 1832, à cidade, depois na sua partida, em julho de 1833, e quando visita a cidade, em julho de 1834, ficou claro, em primeiro lugar, a luta pelo trono de sua filha D. Maria, pela Carta

¹⁴⁴ VIEIRA, Maria de Fátima S. B.; REBELO, Maria Manuela Maia O. – *Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa*. Porto: Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 2001.

¹⁴⁵ *Peças da farda de Coronel de Caçadores V, utilizada por D. Pedro durante o Cerco do Porto*. 1820 – 1832(?) Inv. : 27.1; 27.2; 27.3 Obj Hist CMP/MNSR; 10.2 Div MNSR.

¹⁴⁶ Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa. 1826. Impressão Régia: 20 de abril de 1826. Documento gráfico: papel impresso. Nº inv. MMP00605.

¹⁴⁷ *Enciclopedia pela Imagem. Pôrto*. Porto: Livraria Lello, Lda., p.28.

¹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 28.

¹⁴⁹ GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003, p.144.

Constitucional e pelo Liberalismo e depois, nas duas últimas datas, a ligação especial e a gratidão para com os portuenses.

É inclusive da proclamação dirigida aos portuenses, quando visita o Porto, em 1834, que são retiradas pequenas partes que depois são gravadas na urna de prata que guarda o seu coração¹⁵⁰.

Esta homenagem de D. Pedro IV à cidade do Porto não se ficou pelas proclamações e pela vontade expressa da entrega do seu coração. O Duque de Bragança, ainda durante o Cerco, a 8 de abril de 1833, e por ocasião do aniversário de D. Maria II, decide que, a partir de então, o segundo filho ou filha dos reis passasse a ter o título de Duque do Porto. Neste mesmo dia, decreta que o escudo da cidade seja alterado, acrescentando-lhe a coroa ducal do segundo filho dos reis e a Grã-Cruz da Torre e Espada¹⁵¹.

Mais tarde, é já D. Maria II que decreta o conhecido epíteto do Porto “Antiga, Mui Nobre e Sempre Leal Invicta Cidade do Porto”, partindo do modo como D. Pedro se dirige ao Porto nas suas proclamações à cidade, em particular na que dirige ao Porto aquando da sua visita depois de finda a Guerra Civil, no final de julho de 1834.

O nome de D. Pedro IV esteve também, durante algum tempo, associado à toponímia de uma praça da cidade do Porto, a atual Praça da Liberdade, por ter sido nela que pela primeira vez D. Pedro se dirigiu aos portuenses¹⁵².

Se a presença de D. Pedro na cidade e consequente ligação deste aos portuenses deixou marcas até hoje na cidade, fortalecida com a presença do seu coração, diferente não foi no que respeita aos combates nela travados. Como já referido, o Cerco do Porto foi o mais emblemático episódio da Guerra Civil portuguesa, assim como provavelmente também o mais dramático¹⁵³, e, consequentemente, marcante. Durante aproximadamente um ano o Porto foi palco dos combates, vivendo, em consequência disso, intensamente o Cerco. Este período acabou por ser de grandes privações e dificuldades para os portuenses, agravado pela cólera. É nesta conjuntura, de grande provação, que surgem atos heróicos, assim como as várias vitórias que os liberais foram conseguindo e que permitiram a resistência ao sítio das tropas absolutistas. São,

¹⁵⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.258.

¹⁵¹ MARTELO, David – *Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p.92.

¹⁵² FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora Lda., 1999, p. 161.

¹⁵³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Introd. de Francisco Ribeiro da Silva. Porto: Universidade do Porto, 2010.

essencialmente, os atos heróicos e as vitórias que são lembradas, assim como as causas que defendem, e que se pretende que fiquem na memória, não só através dos vários relatos que chegam até aos nossos dias, como os já mencionados relatos do Coronel Hugh Owen¹⁵⁴, de Luz Soriano¹⁵⁵, de Charles Napier¹⁵⁶ e até mesmo de anónimos¹⁵⁷. Como é natural nestas circunstâncias, quase só existem relatos do lado vencedor que não deixam de fornecer importantes dados, mas também na toponímia da cidade e em vestígios que chegaram até à atualidade. Estamos aqui perante o que é considerado “um verdadeiro monopólio de uma certa memória autorizada”¹⁵⁸, ou seja, neste caso verificamos que só certos aspetos, certos nomes, normalmente de glorificação dos vencedores, são evocados e se pretende que permaneçam na memória das pessoas.

Logo no mês seguinte à entrada dos liberais na cidade do Porto, é dada a ordem para que se fortifique a cidade¹⁵⁹, rodeada já de baterias das quais chegam até à atualidade ainda importantes vestígios das mesmas¹⁶⁰, em muitos casos na toponímia ou nas plantas existentes, que indicam, no caso das primeiras, a localização aproximada e, no caso das segundas, a localização exata.

Estas baterias, às quais eram dados, muitas vezes, nomes coincidentes com a toponímia local, como é o exemplo da bateria da Vitória, junto à igreja de Nossa Senhora da Vitória, ou a das Virtudes, no local com o mesmo nome, permitem fazer um roteiro pelos limites da ocupação, do domínio, liberal na cidade, do mesmo modo que é possível, também, fazer o mesmo percurso pelos locais das baterias absolutistas, o núcleo do Arquivo Histórico e Municipal do Porto neste projeto expôs alguns dos documentos¹⁶¹ que podem contribuir nesta identificação¹⁶².

¹⁵⁴ OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa, 1915.

¹⁵⁵ SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo I/II. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889.

¹⁵⁶ NAPIER, Charles - *A Guerra da Sucessão D. Pedro e D. Miguel*. Int. António Ventura. Lisboa: Caleidoscópio. Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

¹⁵⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Introd. de Francisco Ribeiro da Silva. Porto: Universidade do Porto, 2010.

¹⁵⁸ GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003, p.144.

¹⁵⁹ COELHO, Sérgio Veludo – *As Baterias do Cerco do Porto*. In Separata da Revista Museu, IV série, nº4, 1995, p. 271.

¹⁶⁰ COELHO, Sérgio Veludo – *As fortificações do Cerco do Porto, 1832-1833: seminário de licenciatura em Património Construído*. Porto: Universidade Portucalense, 1994.

¹⁶¹ Anexo 15.

¹⁶² *Coleção de plantas e perfis das fortificações, referidas à carta geral das linhas dos exércitos libertador e rebelde, no sítio do Porto*. 1834. Álbum de litografias. AHMP. Cota: D-ALB/GRA-21.

A necessidade de grandes infraestruturas neste período para, por exemplo, albergar hospitais e para aquartelar tropas, levou a que muitos conventos, alguns deles abandonados aquando do desembarque das tropas liberais, e grandes edifícios da cidade fossem convertidos, face às necessidades do Cerco. Desde o Paço Episcopal, ao edifício da Igreja dos Grilos, até ao convento de São Francisco, são muitos os que, adquirem esta função. Na história de muitos destes edifícios está, por isso, o Cerco do Porto, que acabou por ser um marco no destino dos mesmos, pois acabaram por, também a partir daí, e até hoje, adquirir novas funções, pois do governo liberal na cidade do Porto resultou, também, a incorporação de muitos conventos e mosteiros nos Bens Nacionais¹⁶³, aos que se juntaram, em definitivo os restantes de todo o país.

No que à toponímia diz respeito, é natural que um ano de Cerco à cidade, com uma intensa sucessão de acontecimentos, deixe marcas na toponímia da mesma, até pela necessidade de se preservar na memória determinados acontecimentos deste período e os seus protagonistas e conquistas, assim como aprofundar uma identidade liberal e heróica da cidade. São, deste modo, muitos os exemplos que se podem enumerar, no que respeita a evocações deste período, logo durante o Cerco e, principalmente, nos anos que se seguiram. É exemplo disso a Praça do Exército Libertador, numa evocação do exército liberal de D. Pedro, ou então a Praça dos Voluntários da Rainha, atual Praça de Gomes Teixeira, evocando a “tropa de segunda linha que voluntariamente se alistou e bateu pela causa constitucional”¹⁶⁴. No que a ruas diz respeito, o Porto conta, ainda, com variados exemplos. Há desde as que evocam datas, como a Rua 9 de Julho, data da entrada do exército liberal e de D. Pedro na cidade, ou a Rua 9 de Abril, numa alusão à conquista do Monte Covo, a ruas que evocam nomes de personalidades liberais, como a Rua Luz Soriano, que nos deixou importantes obras acerca da Guerra Civil, a Rua Mouzinho da Silveira, importante membro do governo liberal de D. Pedro, a Rua Duque de Saldanha, importante chefe militar liberal, a Rua Sá da Bandeira, igualmente importante chefe militar liberal, a Rua Visconde de Setúbal, coronel liberal de nacionalidade alemã, a Rua do Duque da Terceira, chefe militar liberal, e as que evocam vitórias e feitos dos liberais, como a Rua do Heroísmo ou da Glória.

A cidade do Porto tem, deste modo, ainda hoje uma forte presença da memória do Cerco do Porto, de D. Pedro e do processo de implantação do liberalismo em Portugal, que lhe vale o título, tantas vezes atribuído pela bibliografia do tema, de Cidade Liberal.

¹⁶³ ALVES, Jorge Fernandes – *A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime* in História do Porto, n. 10, Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 65.

¹⁶⁴ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora Lda., 1999, p. 164.

Capítulo 3 – Projeto: roteiro/exposição “D. Pedro IV e o Cerco do Porto”

Do projeto de estágio levado a cabo no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial, e desenvolvido no estágio realizado no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, surge a iniciativa “D. Pedro IV e o Cerco do Porto” que, como referido, pretendeu assinalar os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro à cidade do Porto. Os conteúdos atrás apresentados, serviram de apoio e de lógica expositiva, seguindo uma narrativa que parte da figura de D. Pedro, habitante da cidade do Porto no período do cerco, e do próprio Cerco do Porto.

No presente capítulo abordar-se-ão, deste modo, desde o conceito da exposição, aos seus resultados e possibilidade de continuidade do projeto.

3.1. Roteiro/exposição: conceito e objetivos

Partindo, assim, daquilo que são os objetivos, já mencionados, do projeto, do local onde se realizou o estágio, e associando estes ao ramo do Mestrado no qual este projeto se insere, o de Mediação Patrimonial, foi definido um produto final, este pequeno roteiro, que bebe da experiência expositiva realizada, que contemplava alguns dos locais mais significativos no que a D. Pedro e ao Cerco do Porto diz respeito, estando patente nestes mesmos locais, pequenos conjuntos de objetos de igual significado, no que ao tema desta iniciativa respeita.

Surgindo inicialmente, aquando da definição do tema a estudar no Mestrado, o interesse em especial pela História da Cidade do Porto, mais precisamente na primeira metade do século XIX, com a implantação do Liberalismo em Portugal e com o papel preponderante da cidade do Porto no mesmo, logo começa a surgir o interesse pelo episódio da Guerra Civil Portuguesa que ficou conhecido por Cerco do Porto, no qual chama a atenção a figura de D. Pedro IV. Com a pesquisa realizada neste âmbito surge o facto de existirem muitos locais, ainda hoje existentes na cidade do Porto e de Vila Nova de Gaia, que poderiam constituir um roteiro, que os divulgasse e valorizasse, contribuindo, assim, para a recuperação da memória desses mesmos locais. A descoberta do espólio de alguns desses locais levou a que se pensasse em explorar também esta vertente, que acabou por resultar neste roteiro, menos alargado, com uma exposição polinucleada, em que cada núcleo constitui um local do roteiro, associando os locais

ao acervo dos mesmos. Ao mesmo tempo, por coincidência de datas e pela importância de D. Pedro IV e legado do mesmo na cidade, esta iniciativa assinalaria os 180 anos da entrega do coração à cidade do Porto (1835-2015).

Surge, deste modo, o projeto “Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto”, com o roteiro/exposição “D. Pedro IV e o Cerco do Porto”, onde recordamos a figura do Rei Soldado e as circunstâncias que levaram a esta especial ligação à cidade. Dividiu-se em duas fases que pressupunham, partindo do Mosteiro da Serra do Pilar, se visitassem mais três locais que assinalariam, também, esta data, com a exposição de um pequeno conjunto de objetos integrados na exposição permanente dos mesmos espaços, onde também importava observar o conjunto do edifício, quer pela importância do edifício em si, quer pela envolvência, no caso da primeira fase, e, no caso da segunda, também conhecer a ligação do organismo ao Cerco e a D. Pedro.

Deste modo, e partindo de um espaço que tem, também, como função, a divulgação do património, no Mosteiro da Serra do Pilar, este projeto pretendia, contribuir para a gestão do património, ou seja, para a divulgação patrimonial e consequente valorização dos vários locais da cidade do Porto e Vila Nova de Gaia envolvidos, revisitando-os, através do roteiro/exposição que visava traduzir um processo de comunicação entre as marcas da história, de um significado que se descodifica no presente para o futuro, sendo este o sentido atribuído ao Património – o futuro do passado.

3.1.1. Roteiro/exposição: primeira fase

Com o objetivo de, como atrás referido, assinalar os 180 anos da entrega do coração à cidade e recuperando a figura de D. Pedro e o episódio militar que esteve na origem da especial ligação de D. Pedro à cidade do Porto, foram escolhidos quatro locais que simbolizam a figura do monarca, mais precisamente o seu quotidiano na cidade, e o referido episódio militar. Os locais escolhidos nesta primeira fase da exposição foram, no que refere ao episódio militar em questão, o Mosteiro da Serra do Pilar, local de aquartelamento das tropas de D. Pedro e único reduto a sul do rio Douro e o Museu Militar do Porto, junto ao local da importante batalha de 29 de setembro de 1832, batalha decisiva e de importante significado para os liberais. Já no que respeita à figura do monarca foram escolhidos o Palácio dos Morais e Castro (atual Museu Nacional de Soares dos Reis), onde habitou algum tempo, e a Igreja da Lapa, que frequentava e onde se encontra depositado, ainda hoje, o seu coração.

Os quatro espaços referidos, de diferentes origens e temáticas, foram, tendo em conta os objetivos já mencionados, convidados a assinalar esta data com a exposição de um pequeno conjunto de peças referentes ao monarca ou ao episódio militar em questão, assim como à entrega do coração à cidade, formando diferentes núcleos da exposição que compõem o roteiro, que se complementam, pelas diferentes origens e perspetivas dos espaços, sendo que os objetos expostos nos dois primeiros eram sobretudo relacionados com a vertente militar do tema e os objetos expostos nos restantes dois seriam mais relacionados com D. Pedro¹⁶⁵. Deste modo, os diferentes locais complementavam-se.

O público era, deste modo, convidado a partir da Serra do Pilar, como porta de entrada na cidade do Porto, e visitar, ou revisitar, os diferentes locais associados ao projeto, sempre tendo em conta o contexto referido.

Assim, o cartaz da exposição¹⁶⁶, presente nos quatro locais e disponibilizado *online*, continha um mapa onde eram assinalados os quatro espaços, numerados com a ordem pretendida, começando na Serra do Pilar, depois Museu Militar do Porto e por fim os locais mais associados à figura de D. Pedro, o Museu Nacional de Soares dos Reis e terminando na igreja da Lapa, onde ainda hoje está depositado o coração de D. Pedro IV, terminando deste modo no local onde está o coração depositado, há 180 anos.

Para além do cartaz, outros aspetos garantiam a ligação dos diferentes espaços, tal como o texto introdutório à exposição e o panfleto disponibilizado. No que ao texto¹⁶⁷ disponibilizado diz respeito, este fazia um resumido contexto dos temas da exposição e estava patente nos quatro espaços, pois seria difícil garantir que a visita se viesse a fazer na ordem pensada, isto porque o visitante poderia ter conhecimento da iniciativa ao visitar qualquer um dos quatro espaços e começar a visitá-los a partir desse ponto, pois não alterava em muito o sentido da iniciativa e a sua lógica.

Outro material disponibilizado foi o panfleto¹⁶⁸ da exposição. O mesmo era disponibilizado *online*, de modo a contornar custos, e os interessados poderiam fazer *download* dos mesmos, num dos sítios dos diferentes espaços. O objetivo deste panfleto era, além da apresentação dos temas e iniciativa, fornecer ao público informações acerca dos espaços associados, como localizações ou contactos, assim como o que poderiam neles encontrar.

¹⁶⁵ Anexo 15.

¹⁶⁶ Anexo 6.

¹⁶⁷ Anexo 7.

¹⁶⁸ Anexo 8.

Tanto no texto integrante da exposição como no panfleto, o contexto histórico adquire uma importante função, sendo a História o suporte para a divulgação e valorização do património integrado no projeto, nesta fase principalmente no que respeita aos edifícios e locais, contribuindo para o recuperar da sua memória, possibilitando que lhe possa ser acrescido um valor, até então desconhecido do público.

Os restantes materiais do roteiro/exposição seguiram os modelos de cada espaço, sendo objetivo deste projeto respeitar o modo de funcionamento de cada um deles e respeitar as diferentes metodologias de trabalho adotadas em cada instituição. Assim, por exemplo, no que respeita às legendas das peças, onde se verificam várias diferenças, foi possível observar diferentes métodos e precauções na exposição dos objetos. A seleção dos objetos e o método de sua exposição foram, de igual modo, realizadas independentemente em cada espaço, isto por estarem limitadas pelos meios logísticos disponíveis no momento, sem que houvesse, da nossa parte, intervenção direta, mas antes acompanhamento e observação formativa e crítica, conforme pré-estabelecido. Aliás, foi sempre assente, a integração do projeto nas exposições permanentes de cada espaço ou na dinâmica dos mesmos, pelo que houve que cumprir um calendário expositivo adequado aos interesses das instituições de acolhimento, devidamente divulgados nos diferentes meios de comunicação.

Relativamente às datas, esta iniciativa foi inaugurada no dia 3 de março no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, lançando os restantes núcleos no dia seguinte, dia 4 de março. Na inauguração, foi apresentando o projeto e a sua origem, a ideia da exposição e os diferentes espaços envolvidos, assim como a apresentação do núcleo de exposição do espaço onde decorreu a inauguração, onde estavam patentes objetos à responsabilidade do Quartel da Serra do Pilar – Comando do Pessoal do Exército. Seguiram-se nas semanas seguintes, conforme disponibilidade e interesse dos restantes espaços, as apresentações dos núcleos do Museu Militar do Porto e da Igreja da Lapa, onde fiz a apresentação do projeto e do espaço, ficando à responsabilidade dos profissionais sob a tutela daquelas instituições a apresentação pormenorizada dos objetos em questão.

O final da exposição ficou programado para o final do mês de março. Caso se achasse conveniente, prolongar-se-ia a exposição. Na verdade, e face à boa aceitação do público e por concordância dos diferentes espaços, decidiu-se prolongar a iniciativa até ao dia 12 de abril, abrangendo, deste modo, o período da Páscoa.

Em iniciativa conjunta dos quatro espaços foi, também, realizado um álbum conjunto, onde se focava um objeto específico de cada núcleo, assim como outra mostrando a panorâmica

dos espaços, acompanhado de um texto¹⁶⁹, que serviu de imagem/convite a visitar a exposição e, ao mesmo, tempo, anunciar o prolongamento da mesma até ao dia 12 de abril.

3.1.2. Roteiro/exposição: segunda fase

Dando continuidade ao projeto, depois da recetividade da primeira fase, que viabilizou a realização de uma segunda fase, de proposta de um roteiro pela cidade do Porto e Vila Nova de Gaia, assinalando mais uma vez os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto e recordando, uma vez mais, a figura do Rei Soldado e as circunstâncias que levaram a esta especial ligação.

Assim, os locais escolhidos foram: o Mosteiro da Serra do Pilar, pelos motivos já mencionados e por ser, uma vez mais, o ponto de partida; o Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante, pelo acervo documental; o Gabinete de Numismática, pela sua medalhística e numismática acerca do tema; e o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha, pelos objetos que possui acerca do tema e pelo ambiente romântico que oferece.

Partindo, assim, do Mosteiro da Serra do Pilar, inicia-se um pequeno roteiro pelos referidos espaços onde podemos encontrar acervo relacionado com os temas D. Pedro IV e Cerco do Porto, patentes nos espaços da Câmara Municipal do Porto, que possui um significativo acervo acerca do tema e onde está, até aos nossos dias, guardada a chave do caixão onde permanece depositado o coração de D. Pedro. O público era, deste modo, convidado, uma vez mais, a partir da Serra do Pilar, como porta de entrada na cidade do Porto, e visitar, ou revisitar, os diferentes locais associados ao projeto.

Nesta fase da exposição, embora seguindo o modelo da anterior, não importa já o significado que os próprios edifícios e locais tiveram no que respeita ao Cerco do Porto ou à figura de D. Pedro, mas o significado da instituição à qual pertencem, a Câmara Municipal do Porto, assim como o seu acervo temático¹⁷⁰. Nesta fase também não ficou patente o equilíbrio entre o militar e D. Pedro observado na primeira fase. Assim, nesta fase eram as diferentes temáticas que se complementavam, os documentos, onde se destacavam os vários mapas e plantas das baterias e linhas dos dois exércitos e os autos de entrega do coração à cidade do Porto, a medalhística e numismática, acerca das campanhas militares, das figuras da monarquia e da Carta Constitucional, e ainda a integração de vários objetos no ambiente romântico do

¹⁶⁹ Anexo 9.

¹⁷⁰ Anexo 15.

século XIX, onde se integra o tema do projeto.

Aqui, à semelhança da primeira fase da exposição, o cartaz¹⁷¹ indicava num mapa os locais do roteiro/exposição, com iguais objetivos em relação à primeira fase. Quanto ao texto¹⁷² manteve-se, mas com diferente *design*, por se entender ser melhor, mais simples, e com uma imagem direcionada para a segunda fase da exposição, com a imagem de uma das peças expostas no Museu Romântico da Quinta da Macieirinha¹⁷³, agora acompanhado por uma cronologia¹⁷⁴. O texto manteve-se o mesmo, alterando apenas a parte que especificava a fase da exposição, pelo motivo de permanecer a ligação com a anterior, a continuidade, e de a mensagem a ser passada, e pontos a serem focados, em termos contextuais, serem os mesmos. A cronologia assume um papel importante para que o público tenha uma maior noção da sucessão de acontecimentos no que respeita a D. Pedro, enquanto rei e regente de Portugal, e à Guerra Civil, direcionando temporalmente o público para marcos específicos.

Quanto ao panfleto, deu lugar a uma folha de sala¹⁷⁵, presente em cada espaço, contendo um contexto histórico, uma breve apresentação do projeto e informações acerca do espaço, assim como informações relativas aos objetos expostos no respetivo local, acompanhado pela mesma imagem, que passou a ser a imagem da segunda fase da exposição. Nesta fase, assim, apenas o cartaz e os contextos se mantiveram iguais, com as devidas alterações naturalmente.

Nesta segunda fase da exposição, no que respeita à organização dos diferentes núcleos, a mesma foi levada a cabo sempre tendo em conta o modo de funcionamento de cada uma, respeitando-os e participando, quanto possível, nos mesmos.

Quanto às datas, foi tida em conta a agenda já existente dos diferentes espaços, tentando integrar esta iniciativa nos programas de cada espaço e aproveitando datas especiais. Assim a data escolhida para iniciar esta segunda fase foi o dia 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, no qual foram levadas a cabo diversas atividades nos diferentes museus da cidade do Porto, enriquecendo assim a agenda do dia e iniciando esta segunda fase numa data estratégica.

Nesta segunda fase da exposição optou-se, junto dos responsáveis da Câmara Municipal do Porto, por não realizar uma apresentação, sendo apenas lançada no âmbito do Dia Internacional dos Museus. Para a data de encerramento escolheu-se o dia 30 de junho, de modo a estar patente nos diferentes espaços por altura das festividades municipais do Porto e Vila

¹⁷¹ Anexo 10.

¹⁷² Anexo 11.

¹⁷³ *Modelo de fardamentos militares. Batalhão de voluntários criados por D. Pedro, Duque de Bragança, em 1831.* Pintura a óleo sobre madeira. MRQM

¹⁷⁴ Anexo 12.

¹⁷⁵ Anexo 13; Anexo 14.

Nova de Gaia, o São João.

3.2. Os locais

Como já se referiu, o desenvolvimento do projeto sobre o qual este relatório se debruça, envolveu sete diferentes espaços, locais do roteiro/exposição, o que proporcionou o contacto com diferentes realidades. É verdade que, individualmente, o número de objetos era pequeno¹⁷⁶, mas todos juntos formaram uma exposição considerável e com sentido, como que um puzzle que se compunha. Ora, neste projeto e seguindo a ideia e objetivos definidos, importavam também os locais, estando as peças expostas integradas no conjunto dos respetivos espaços, quer incorporadas nas exposições permanentes, quer em salas visitáveis no conjunto do espaço, tendo a visita uma lógica integradora e integrada, pela importância dos edifícios ou locais onde estavam inseridos, sendo ao mesmo tempo este projeto um roteiro e uma exposição polinuclear.

O primeiro local que refiro é o Mosteiro da Serra do Pilar, mais precisamente o espaço Património a Norte, que serviu de ponto de partida para o roteiro que propúnhamos fazer. As funções que alberga atualmente no que à divulgação patrimonial diz respeito e a relevante importância deste edifício aquando da Guerra Civil e, mais concretamente, do Cerco do Porto, como já referido no anterior capítulo, fez com que este espaço tivesse que ser uma certeza neste projeto, sendo inclusive o local de acolhimento do estágio. Os restantes locais que se associaram à primeira fase do projeto foram escolhidos segundo dois critérios iniciais, a conjugação da importância do local/edifício no que respeita a D. Pedro e ao Cerco do Porto, tendo em conta em seguida o funcionamento dos espaços e a disponibilidade dos mesmos. Assim um dos locais associados foi o Museu Nacional de Soares dos Reis (Palácio dos Carrancas), palácio onde habitou D. Pedro durante o período inicial do Cerco do Porto e onde se encontram algumas das peças mais importantes no que respeita a D. Pedro IV, como é exemplo disso a já mencionada farda do mesmo. A juntar a este facto está ainda a origem do Museu, estando D. Pedro associado à sua fundação, ao seu núcleo inicial. Outro local escolhido para integrar o projeto foi a Igreja da Lapa, a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, onde está desde há 180 anos depositado o coração do Duque de Bragança e que contém, por esses motivos espólio acerca deste mesmo tema, como a urna original que transportou o mesmo até ao local ou os autos relativos às questões relacionadas com a permanência do coração no local, entre outros objetos relacionados com este facto.

¹⁷⁶ Anexo 15.

Nos três locais anteriormente referidos são os próprios edifícios, associados ao natural acervo que possuem, que determinaram a sua escolha, no caso do primeiro no que respeita ao episódio militar e, no caso dos restantes, no que respeita à figura de D. Pedro.

Por fim, e por ter uma característica diferente dos restantes, o Museu Militar do Porto é escolhido não pelo significado do edifício associado ao seu espólio mas pelo significado do local em que se encontra, o local onde ocorreu a batalha de 29 de setembro de 1832, que deu nome à rua do Heroísmo, onde se encontra o Museu, isto associado ao considerável acervo que este possui, aqui sobretudo ao nível militar.

Temos, assim, na primeira fase da iniciativa, dois locais mais associados à figura de D. Pedro e outros dois mais associados ao Cerco do Porto, permitindo assim equilíbrio entre os dois temas do projeto.

Na segunda fase do projeto os locais selecionados foram-no tendo por critério inicial o considerável acervo acerca do tema que a Câmara Municipal do Porto possui, associado ao significado desta instituição no que ao coração de D. Pedro IV diz respeito, por ser guardião da chave da urna que guarda o coração.

Mantendo o ponto de partida, o Mosteiro da Serra do Pilar, foram, então, associados mais três espaços. Assim o Arquivo Histórico do Porto associou-se ao projeto expondo documentos relativos ao tema do projeto, como é o caso do pergaminho¹⁷⁷ onde está registado o auto de entrega do coração, entre muitos outros documentos que interessava divulgar. Outro local era o Gabinete de Numismática, com a sua coleção de medalhística e numismática¹⁷⁸ acerca do tema, e, ainda, o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha, que possui variadas peças que nos remetem para o tema, como é o exemplo da que deu origem à imagem desta segunda fase do projeto¹⁷⁹.

Esta segunda fase apresenta-se, como se pode observar, com uma diferente lógica em relação à primeira, no que aos locais envolvidos diz respeito. Aqui as peças e a instituição são os critérios na seleção dos locais.

¹⁷⁷ *Auto da entrega do coração de Dom Pedro IV à cidade do Porto*. 1835. Pergaminho. AHMP. Cota: PERG-809.

¹⁷⁸ Anexo 15.

¹⁷⁹ *Modelo de fardamentos militares. Batalhão de voluntários criados por D. Pedro, Duque de Bragança, em 1831*. Pintura a óleo sobre madeira. MRQM.

3.3. As vantagens de se assinalarem datas históricas

A utilização de datas, marcos históricos ou efemérides, assim como o aproveitamento de épocas favoráveis aos mesmos, é uma realidade que se revela favorável à divulgação histórica e patrimonial.

Como tive já oportunidade de salientar, este projeto surge com o grande objetivo de assinalar os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto, no dia 7 de fevereiro de 1835. Ora, embora o projeto, por questões logísticas, não tivesse sido lançado nesse mesmo dia, mas apenas no mês seguinte, a 3 de março, utilizou, igualmente, o pretexto, chamemos-lhe assim, de assinalar o mesmo acontecimento, no ano em que passavam 180 anos desde a entrega do mesmo, como então era salientado na divulgação da iniciativa.

A comemoração de marcos históricos, e em particular quando se assinala a passagem de anos com números redondos, como é o caso dos 180 anos aqui, ou foi dos 150 anos do Cerco do Porto¹⁸⁰, entre muitas outras associadas a estes ou outros temas com que todos os anos nos deparamos são uma tentativa de manter viva a memória de determinado acontecimento, aproveitando o impacto que a comemoração possibilita. Este último aspeto acaba por funcionar como justificação para o porquê de se levar a cabo uma determinada iniciativa com um determinado tema.

A este assinalar da passagem de determinado número de anos surgem, como pretexto para o lançamento de inúmeras iniciativas, os dias dedicados a diferentes aspetos da cultura, como o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios ou o Dia Internacional dos Museus, este último celebrado a 18 de maio e aqui aproveitado neste projeto, como salientado anteriormente, no lançamento da segunda fase do roteiro/exposição.

Os programas abrangentes associados às efemérides locais ou nacionais, como é o caso das comemorações São Joaninas na cidade do Porto e Gaia, são também pretexto para o lançamento de variadas iniciativas, facto que foi aproveitado na segunda fase para o prolongamento da exposição. Depois, igualmente os períodos favoráveis a maior número de visitantes podem ser tidos em conta, como foi o caso, na primeira fase, do período da Páscoa ou, na segunda fase, do já referido São João.

O assinalar de datas históricas, associado ou não aos restantes aspetos apresentados, acabam por ser uma estratégia que visa garantir uma maior recetividade da iniciativa que, no caso do projeto, se revelou favorável, também, no que à recetividade dos vários espaços a este

¹⁸⁰ *O Cerco do Porto: Exposição Comemorativa do 150º Aniversário*. Porto: Casa do Infante. 1982.

projeto diz respeito.

3.4. Viabilidade na continuidade do projeto

Este projeto revelou-se viável e com uma positiva receptividade por parte dos diferentes espaços e público que se podem atribuir a diferentes fatores.

O primeiro fator que enumero está relacionado com o tema do projeto, D. Pedro e o Cerco do Porto. Quanto ao Duque de Bragança, a boa receptividade fica a dever-se à ligação histórica e pessoal deste com a cidade, perpetuada quer pela sua imponente estátua equestre no centro da cidade, na Praça da Liberdade, quer pela presença física do seu coração, depositado no altar-mor da igreja da Lapa. A sua ligação direta ou indireta a alguns dos espaços é também fator que leva à referida receptividade, caso da ligação de D. Pedro com o núcleo inicial que deu origem ao que hoje conhecemos por Museu Nacional de Soares dos Reis. Tudo isto a juntar ao variadíssimo espólio que consta nos acervos dos diferentes espaços relacionado com o monarca. Ganhou outra dimensão quando se junta o assinalar dos 180 anos da entrega do coração.

O episódio militar que ficou conhecido como Cerco do Porto é, igualmente, um tema que suscita o interesse dos diferentes espaços e público, por ter sido um episódio marcante na História da cidade do Porto, que levou à ligação deste com vários edifícios e locais da cidade, que favoreceu o interesse na integração dos mesmos em projetos envolvendo este tema, como é o caso, já na margem sul do Douro, do Mosteiro da Serra do Pilar, importante reduto liberal do Cerco do Porto. A abundante quantidade de objetos patente nos diferentes acervos, aos quais o projeto recorreu, contribuiu igualmente para a dita integração do projeto. Espólio que, pelo relativo bom estado de conservação em que se encontra, foi possível expor, acauteladas, por parte das equipas das instituições cooperantes, as ajustadas medidas de conservação preventiva.

Os outros fatores que enumero prendem-se mais com questões referentes ao projeto em si e o modo como se propunha desenvolver, sem custos consideráveis associados, em cooperação entre diferentes espaços, com reduzidas necessidades logísticas, integrado nas exposições permanentes e facilmente conciliável com o calendário dos espaços.

Estes foram os fatores que permitiram uma boa receptividade por parte dos respetivos organismos culturais. Já no que ao público diz respeito, são os temas os fatores de viabilidade do mesmo, como é suposto, a juntar ao que este projeto propunha, a visita aos diferentes espaços que completavam a visita, caso contrário ficaria incompleta, e a juntar a isto o facto de, por exemplo no caso da primeira fase, não importarem só os objetos expostos mas os próprios

edifícios ou locais e o seu simbolismo. Com efeito, além dos objetos expostos esta exposição permitia conhecer uma vertente do edifício, do local ou da instituição até então desconhecida de muitos, esta era a novidade que tornava esta exposição diferente, juntando um roteiro a uma exposição.

Iniciativas relacionadas com este tema ou este modelo têm, a meu ver, capacidade de continuidade no panorama cultural do Porto e Gaia. O tema, como já referi, tem oportunidade, para se desenvolver pela forte ligação à cidade e quantidade de artefactos existentes. Já o modelo da iniciativa considero, do mesmo modo, ter fortes capacidades de se alargar no futuro, por vários fatores. Em primeiro lugar, o facto de recuperar a memória de diferentes espaços, evidenciando marcos históricos comuns entre os mesmos, e valorizar os seus acervos, onde abundam objetos relacionados com este tema, provenientes de várias coleções de origem particular¹⁸¹, doações da família real¹⁸², entre outras. Em segundo lugar, promove a criação de parcerias, o encontrar de pontos de interesse em comum e contribui para a inclusão dos diferentes espaços na cidade, na ligação dos mesmos ao espaço onde se inserem e à identidade da própria cidade. Iniciativas que impliquem parcerias entre diferentes espaços podem-se revelar vantajosas, principalmente no que respeita à divulgação e atração de maior número de visitantes, sobretudo para espaços com mais carências nesse sentido, mas também no que respeita à partilha de recursos logísticos, por exemplo, e mesmo cedência de objetos, de modo a completar exposições efetuadas em cada núcleo.

Se no que respeita à historiografia sobre estes temas pode considerar-se que existem já diversos estudos, embora existam sempre outros aspetos que possam ser estudados, quanto à divulgação e valorização do património a estes temas relacionados, há ainda muito que pode ser feito, e foi possível ter esta perceção com o desenvolvimento deste projeto.

Ainda utilizando o projeto sobre o qual este relatório se debruça temos, ainda, outros locais, outros espaços, que se poderiam associar à iniciativa, pelos mesmos motivos dos anteriores, sendo eles por exemplo a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Biblioteca Pública e Municipal do Porto. No caso da primeira, D. Pedro foi nomeado Provedor da Misericórdia do Porto a 2 de julho de 1833¹⁸³, pouco tempo antes de partir para a capital e terminar o Cerco, e

¹⁸¹ Coleção Vitorino Ribeiro. Distribuída por alguns espaços museológicos da Câmara Municipal do Porto e, também, no Museu Militar do Porto.

¹⁸² Anexo 15. Caso de algumas peças expostas no MNSR.

¹⁸³ BARREIRA, Aníbal – *D. Pedro IV, Provedor da Misericórdia do Porto* In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 11.

como Provedor continuou até 1836, já após a sua morte, sendo, depois de sair do Porto Provedor Nato e tendo nomeado um Vice Provedor, possuindo, com isto documentos relacionados com este facto e justificando o porquê da escolha de D. Pedro, a Santa Casa buscava sempre pessoas de prestígio para o cargo¹⁸⁴, e pelo menos também um retrato do mesmo possuem¹⁸⁵. Já a Biblioteca Pública e Municipal do Porto, pelos motivos anteriormente referidos, no contexto de esta ter já sido contactada no sentido de integrar o projeto, poderia dar continuidade a esta iniciativa ou alguma a esta relacionada.

A continuidade do presente projeto, o assinalar de datas, torna-se positivo no que à divulgação da iniciativa diz respeito, isto remete-nos para a próxima data que poderia ser assinalada, a 20 de fevereiro de 1837, dois anos depois da chegada do coração à cidade e à igreja da Lapa, altura em que foi inaugurado o mausoléu¹⁸⁶ que guarda o coração de D. Pedro IV, no altar-mor da igreja da Lapa, custeado pela Câmara Municipal e que completa, nesse ano, 180 anos, mantendo-se até aos nossos dias. Esta data poderia ser pretexto para ser levada a cabo uma iniciativa neste sentido.

Partindo ainda de ideias deste projeto para melhor divulgação e valorização no que à história e património a estes temas relacionados diz respeito podemos ainda referir outro tipo de projetos. Estes temas possibilitariam, pela abundante quantidade de locais que o poderiam integrar, a criação de um roteiro alargado que recuperasse a memória de vários locais espalhados pelas cidades do Porto e Gaia, contribuindo para a divulgação e consequente valorização de uma considerável parcela do património da cidade.

Com este projeto, percebeu-se ainda a possibilidade de criação de núcleos permanentes, nos diferentes espaços, dedicados a D. Pedro ou ao Cerco, e integrados nas suas exposições permanentes, o que acontece já no Museu Militar do Porto, numa sala dedicada aos conflitos militares do século XIX. A abundante quantidade de testemunhos escritos, gravuras e outros materiais possibilitariam, de igual modo, reconstituições históricas, muito utilizadas atualmente como fator de divulgação histórica e patrimonial, no que respeita ao Cerco do Porto ou quotidiano de D. Pedro, e que poderiam ser efetuadas em locais ou edifícios de então, como o Mosteiro da Serra do Pilar, o Palácio dos Morais e Castro (MNSR) ou a Igreja da Lapa.

Estas são, deste modo, algumas das hipóteses de iniciativas no que ao tema e comuns

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 16.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 17.

¹⁸⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.258.

objetivos em relação ao projeto apresentado neste relatório diz respeito, onde se percebe a possibilidade de continuidade de projetos variados, partindo do presente.

Considerações finais

A cidade do Porto foi palco de inúmeros acontecimentos ao longo da sua História, em particular no século XIX, a expansão do Liberalismo em Portugal. Entre estes acontecimentos está o Cerco do Porto (1832-1833), ao qual se associa, desde logo, a figura do então Regente do Reino Português e Duque de Bragança, D. Pedro, que havia sido D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil. Foi este o mote deste projeto e estágio, a ligação existente entre dois tópicos, D. Pedro IV e o Cerco do Porto, sendo o símbolo da conexão o sentimento de gratidão de D. Pedro para com os portuenses, levando-o a deixar o seu coração à cidade do Porto. Assim, este projeto tinha como objetivo assinalar os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto – reavivar a memória, um dos elementos que alimenta o património como herança a transmitir no futuro.

O estágio curricular no espaço Património a Norte, teve a finalidade de desenvolver o projeto de estágio proposto, com a perspetiva de adquirir conhecimentos e prática no meio profissional, integrando uma equipa de trabalho, associando a conceção, abordagem teórica, investigação e criação integradora de um projeto que interessasse, em simultâneo, à instituição de acolhimento. A experiência saiu daquela instituição para se iniciar uma rede de contactos e realizar uma exposição/roteiro em rede, articuladora de diferentes pólos museológicos, públicos e privados.

Assim, a limitação do espaço de desenvolvimento do presente projeto de estágio levou a que se procurassem outros e outras oportunidades de trabalho, o que acabou por resultar na associação de sete espaços a este projeto, possibilitando o contacto com diferentes realidades representativas do panorama cultural portuense.

Ao longo do período de estágio foi adquirida experiência no que diz respeito à integração no trabalho de equipa, na dinâmica do espaço, no contacto com o público, no contacto com a realidade do panorama cultural, dificuldades e desafios e no contacto com metodologias de trabalho.

A par do trabalho desenvolvido, no que à dinâmica do espaço diz respeito, o projeto possibilitou um adquirir de experiências mais alargado que as conseguidas no espaço onde o estágio se desenvolveu, isto pela pequena dimensão do espaço de estágio e associadas limitações. Assim, o projeto possibilitou o contacto com diferentes espaços, não esquecendo que mesmo o Mosteiro da Serra do Pilar pertencendo à cidade de Vila Nova de Gaia está bastante ligado à cidade do Porto, estando inclusivamente incorporado no Centro Histórico do Porto

inscrito na Lista do Património Mundial pela UNESCO. O contacto com espaços de diferentes origens e objetivos acabam por fornecer experiências variadas de forte enriquecimento no que ao contacto com diferentes metodologias de trabalho diz respeito, a par das dinâmicas de cada instituição, que encontraram neste projeto pontos de interesse comum, cruzando marcos históricos comuns entre eles e a cidade do Porto, fortalecendo a sua ligação com o meio envolvente.

O produto final foi, assim, a organização e realização de um roteiro/exposição, envolvendo sete diferentes espaços, com o objetivo de assinalar os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro à cidade do Porto. Cada um foi, deste modo, convidado a expor um pequeno conjunto de objetos relativos a D. Pedro ou ao Cerco do Porto. Assim, o visitante, partindo do Mosteiro da Serra do Pilar revisitaria a cidade do Porto, recuperando a memória destes dois temas e as ligações dos mesmos aos edifícios, enriquecidos pelas chamadas de atenção feitas nas suas exposições permanentes a estes temas, evocando as marcas deixadas pelos mesmos nos diferentes espaços.

Este projeto representa a possibilidade de cooperação entre diferentes espaços de cariz cultural da cidade do Porto e Gaia potenciada pelo encontro de aspetos, objetivos e pontos de interesse comuns, que possibilitaram o contacto com várias realidades, que acabam por ser representativas de uma boa parte do panorama cultural portuense.

Este projeto possibilitou-me, assim, o contacto com o organismo do estado que tutela a cultura no Norte de Portugal, a Direção Regional de Cultura do Norte, com um pequeno espaço de divulgação patrimonial com uma complexa rede de cooperações¹⁸⁷, com um quartel militar, o Quartel da Serra do Pilar, que cedeu as peças expostas no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, com um museu tutelado pelo Exército Português, o Museu Militar do Porto, com um Museu Nacional, sob tutela não da DRCN mas da Direção Geral do Património Cultural, o Museu Nacional de Soares dos Reis, com uma das irmandades da cidade do Porto, a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, e com a Câmara Municipal do Porto, mais precisamente com o Pelouro da Cultura, trabalhando aqui não só com museus mas também com outra realidade, os Arquivos.

A diferente natureza de cada instituição com quem desenvolvi o projeto, quer no que respeita às suas tutelas quer no que respeita às suas funções, em certos casos não diretamente relacionadas com a cultura, fez com que este trabalho se tornasse enriquecedor a vários níveis, conhecendo diferentes dificuldades, recursos e metodologias de trabalho, assim como os

¹⁸⁷ Capítulo 1.1.

consequentes diferentes desafios inerentes. Contudo é de ressaltar o comum interesse na cultura, na divulgação e valorização da sua História associada ao seu Património.

Voltando aos aspetos relacionados com os modos de trabalhar dos diferentes espaços, como já referido, tornou-se essencial para mim respeitar as metodologias de trabalho de cada um deles, desde que não colocassem os objetivos do projeto em causa, o que não aconteceu. Estes aspetos prendiam-se, sobretudo, com aspetos relacionados com as legendas, que se apresentavam de diferentes modos o que, mesmo não deixando de fornecer as informações básicas de identificação no que respeita às peças expostas, deixavam de parte informações que poderão vir a ser desenvolvidas num catálogo futuro, seguindo as normas utilizadas atualmente.

Sendo todo o projeto trabalhado na perspetiva de contactar com as diferentes realidades, adaptando-se tanto quanto possível aos diferentes espaços, todos estes obstáculos, chamemos-lhes assim, limitaram, em certa medida, um melhor resultado final, mas é de salientar que cumpriram um primeiro objetivo do projeto, as aprendizagens e o contacto com as diferentes realidades das diferentes naturezas das instituições, bem como sensibilidades e objetivos destas,.

Esta iniciativa veio demonstrar como a História pode contribuir para a divulgação e consequente valorização do Património Cultural, na construção da sua memória, através dos contextos que fornece, o seu suporte. A História deve ser usada, assim, para valorização do Património, como se verificou neste projeto.

Finalmente, o futuro também se equacionou, porque existem várias possibilidades de trabalho que podem vir a ser realizadas. A começar pelo que ficou de fora do projeto, por motivos de calendário ou logísticos, espaços que faria todo o sentido integrarem este projeto, pelas peças que possuem e pela sua ligação aos temas. Falando de locais, são muitos e variados os locais da cidade que poderiam integrar um roteiro alargado sobre o Cerco do Porto, não só na cidade do Porto mas também na margem sul do Douro. O assinalar de datas específicas é, também, um pretexto para se levarem a cabo novas iniciativas acerca do tema, como os futuros 180 anos da construção do mausoléu na igreja da Lapa, que poderia ser um incentivo à realização de conferências, recriações históricas e exposições, entre outras possibilidades.

São, por isso e tendo em conta a experiência obtida no projeto, muitos os aspetos que incentivam a exploração deste tema e a valorização patrimonial do mesmo. Tendo sempre em conta a importância da cooperação entre os diferentes espaços/instituições, evidenciando objetivos comuns e ligações que importam preservar e que se revelam vantajosas.

Fontes

Arquivo Histórico e Municipal do Porto. *A cidade do Porto a D. Pedro IV : comemorações do bicentenário do nascimento de D. Pedro IV : 12 de Outubro de 1998*. Porto: Câmara Municipal, 1998.

História do Cerco do Porto – Suplemento “Pyrilampo”, nº 36, s/d.

NAPIER, Charles - A Guerra da Sucessão D. Pedro e D. Miguel. Int. António Ventura. Lisboa: Caleidoscópio. Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa. 1915.

SILVA, Francisco Ribeiro – *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010.

SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*. Tomo I/II. Porto: A Leite Guimarães Editor, 1889.

Bibliografia

ABREU, Susana – *Mosteiro da Serra do Pilar*. Direção Regional de Cultura do Norte, 2014.

ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

Anuário das Estatísticas do Turismo 2013. Turismo de Portugal, Direção de Planeamento Estratégico, março de 2015.

BARREIRA, Aníbal – *D. Pedro IV, Provedor da Misericórdia do Porto* In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 9-19.

CABRAL, Luís – *O Cerco do Porto (1832-1833). Um Livro da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados*. In Associação Cultural dos Amigos do Porto, Boletim de 2013, 3ª Série, nº 31.

CARDOSO, António Barros – *Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829)*. In Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques. Vol. I, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2006, pp. 259-280.

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2010.

COELHO, Sérgio Veludo – *As baterias do Cerco do Porto*. Separata da Revista Museu. IV série, número 4. 1995. Pp. 263-293.

COELHO, Sérgio Veludo – *As fortificações do Cerco do Porto, 1832-1833: seminário de licenciatura em Património Construído*. Porto: Universidade Portucalense, 1994.

CONNERTON, Paul – *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Enciclopedia pela Imagem. Pôrto. Porto: Livraria Lello, Lda.

FERRÃO, António – *O Cêrco do Porto.* In *Reinado de D. Miguel*, Lisboa: Comissão de História Militar, 1940.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense.* Porto: Contemporânea Editora Lda., 1999.

GOFF, Jacques Le – *História e Memória. Memória.* Vol. II. Lisboa: Edições 70, 2000.

GUILLAUME, Marc – *A Política do Património.* Porto: Campo das Letras, 2003.

LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *D. Miguel.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MARTELO, David – *Cerco do Porto. A Cidade Invicta.* Lisboa: Prefácio. 2001.

MEDINA, João (dir.) – *Portugal Liberal.* História de Portugal I, vol X, Lisboa: Edita Ediclube Lda., 2004.

MOREIRA, Paulo Fernando P. Caetano - *A Batalha de Ponte Ferreira: um processo memorialista e de valorização patrimonial.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

MONTEIRO, Nuno G. F. – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

NOGUEIRA, José Manuel Freire – *As Guerras Liberais: Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 2004.

O Cerco do Porto: Exposição Comemorativa do 150º Aniversário. Porto: Casa do Infante. 1982.

PACHECO, Helder – *Porto*. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1984.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta – *Patrimónios e Identidades*. Oeiras: Celta Editora, 2006.

PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – *O Porto Oitocentista* in “História do Porto”. Porto: Porto Editora, 1994.

RAMOS, Luís A. de Oliveira - *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O Porto e as origens do Liberalismo*. Porto: Gabinete de História da Cidade. 1980.

RAMOS, Luís A. de Oliveira - *Raízes do Liberalismo Portuense: Dados e Observações*. In Separata da Revista de História, vol. I, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1978.

RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Grávida, 2011.

SANTOS, Eugénio dos – *D. Pedro IV: liberdade, paixões, honra*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2008.

SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal. Vol. IX. Lisboa: Presença, 2001.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 253-281.

SILVA, Francisco Ribeiro da – “*O Cerco do Porto em 1832 para 1833 – por um portuense.*” *A Guerra Civil dentro do Porto*. In *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XXIX, número 12, dezembro 2010, pp. 380-381.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *Os Mártires da Liberdade e a Santa Casa da Misericórdia do Porto (1829-1878)*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2014.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo* in MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

VENTURA, António – *O Exílio, os Açores e o Cerco do Porto. D. Luís de Sousa Coutinho, Primeiro Marquês de Sta. Iria, nas Guerras Liberais*. Lisboa: Edições Colibri. 2000.

VIEIRA, Armando Mário O. – *Os Correios e o Cerco do Porto (1832/1833)*. Porto: Edições Vítor Simarro. 1979.

VIEIRA, Maria de Fátima S. B.; REBELO, Maria Manuela Maia O. – *Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa*. Porto: Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 2001.

Recursos Eletrónicos

MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS. Porto: act. 2 de agosto 2015. Disponível em: http://www.museusoaresdosreis.pt/pt_PT/menu_historia/HighlightList.aspx [consultado a 3 de agosto de 2015]

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE. Vila Real: at. 14 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/> [consultado a 17 de agosto de 2015].

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE. Vila Real: at. 14 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/> [consultado a 17 de agosto de 2015].

Legislação

Decreto-Lei nº205/2006.

Anexos

Anexo 1. Planificação inicial do estágio (projeto).

Anexo 2. Países de origem dos visitantes do espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar (janeiro – abril 2015).

Anexo 3. Certificado de Participação na Conferência Internacional *RenEU*.

Anexo 4. Certificado de Participação na Conferência *A importância da História na Contemporaneidade*.

Anexo 5. Mapa dos locais do roteiro/exposição.

Anexo 6. Cartaz roteiro/exposição (1ª fase).

Anexo 7. Texto roteiro/exposição (1ª fase).

Anexo 8. Panfleto roteiro/exposição (1ª fase).

Anexo 9. Texto prolongamento exposição (1ª fase).

Anexo 10. Cartaz roteiro/exposição (2ª fase).

Anexo 11. Texto roteiro/exposição (2ª fase).

Anexo 12. Cronologia roteiro/exposição (2ª fase).

Anexo 13. Folha de Sala roteiro/exposição – frente (2ª fase).

Anexo 14. Folha de Sala roteiro/exposição – verso (2ª fase).

Anexo 15. Catálogo roteiro/exposição.

Anexo 1. Planificação inicial do estágio (projeto)*.

Objetivos do estágio

- recolher informação relativa à elaboração de roteiro que percorra os lugares que o rei (imperador do Brasil) D. Pedro IV visitou na campanha de guerra designada por Cerco Do Porto.
- reconstituir o dia a dia quer a nível de combate e defesa, quer ao nível simbólico, quer no que ao quotidiano de D. Pedro diz respeito.

Justificação:

- no próximo ano de 2015, comemoram-se 180 anos da transladação do coração de D. Pedro para a cidade do Porto
- este roteiro integrar-se-ia nas comemorações do mesmo,
- o Mosteiro da Serra do Pilar é um dos lugares que faz parte desse roteiro, por razões históricas.
- A instituição “Património a Norte - Mosteiro da Serra do Pilar” é um dos locais que terá que constar, obrigatoriamente, no roteiro sobre o Cerco do Porto, tanto mais que este organismo da DRCN tem como objetivo divulgar o património classificado a norte, onde se inclui, naturalmente, o da cidade do Porto.
- Os objetivos do projeto cruzam-se com os objetivos da instituição, principalmente no que respeita à divulgação do património, isto para além de todo o simbolismo do local em que este organismo se encontra.
- público-alvo: em geral um público identificado com o turismo cultural, assim como de um público mais em específico, o proveniente do Brasil

Planificação do Estágio

Elaboração de um roteiro dos locais mais simbólicos do Cerco do Porto e da estadia de D. Pedro IV na cidade do Porto, 180 anos após a transladação do seu coração para a cidade	pesquisa da bibliografia e fontes relacionadas com o tema Cerco do Porto e D. Pedro IV -onde se incluirá o próprio Mosteiro da Serra do Pilar, de onde pode partir o roteiro, olhando o mosteiro como “porta de entrada” na cidade e nesta alusão ao Cerco e a esse período, sejam acompanhados de uma contextualização histórica dos mesmos
Preparação exposição/peça do Mês – Museu Soares dos Reis	Museu Soares dos Reis: com a exposição de uma ou mais peças relacionadas diretamente com D. Pedro IV e a sua

	<p>estadia na cidade do Porto (habitou algum tempo no Palácio das Carrancas que atualmente alberga este museu), por exemplo: pintura/desenho de D. Pedro IV (retratado segundo este período) e ainda várias peças de uso pessoal de D. Pedro, como chapéu, óculo e estojo, fardamento e armaria (espada). Outras peças poderão ser as loiças com a efígie de D. Pedro. Pretende-se, neste espaço, que se exponha uma peça/conjunto de peças, que nos remetam para o lado mais pessoal e que “simbolizem” a presença física do mesmo na cidade</p>
Exposição/peça do mês Museu Militar	<p>exposição de uma peça/conjunto de peças relacionadas, aqui, mais com aspetos militares, ou seja, diretamente relacionados com o Cerco do Porto, ou com exposição de armaria do tipo utilizada durante o Cerco do Porto ou com a exposição de peças utilizadas no Cerco do Porto, como balas, barretinas, capacetes, chapas e fivelas, por exemplo, todos com inscrições alusivas ao acontecimento. Neste espaço pretende-se a exposição de uma peça/pequeno conjunto de peças que nos remetam para os acontecimentos militares que levaram à permanência de D. Pedro na cidade.</p>
Biblioteca Pública e Municipal do Porto: exposição documental acerca do Cerco do Porto e D. Pedro IV.	<p>exposição do primeiro número da Chronica Constitucional do Porto, órgão oficial dos liberais e uma das fontes utilizada na realização do roteiro. Dando neste espaço maior destaque à imprensa e publicações do referido período</p>
Casa do Infante – Arquivo Histórico e Municipal do Porto	<p>exposição de proclamações/manifestos assinados por D. Pedro e dirigidos durante a sua estadia na cidade, entre outros.</p>
Igreja da Lapa	<p>ainda não se possuindo confirmação da existência das mesmas, fui informado de que existiriam pautas originais de D. Pedro IV, posse da Irmandade ou Coro da Lapa. Sabendo que D. Pedro era compositor e compôs, inclusive,</p>

	<p>um <i>Te Deum</i>, várias vezes realizado em comemoração de inúmeras efemérides durante o Cerco do Porto e, em alguns casos, realizados nesta mesma igreja, seria interessante expor, aqui também, alguma peça com isto relacionado. A ideia passaria por expor, por exemplo, a pauta do <i>Te Deum</i> composto por D. Pedro, numa igreja por ele frequentada e que é particularmente conhecida pela sua forte componente musical (Coro da Lapa e maior órgão de tubos da P. Ibérica). Este objeto exposto remeteria o visitante para o lado espiritual e cultural de D. Pedro, católico e compositor. Contudo a existência destas pautas carece de confirmação. Outro aspeto que, muito provavelmente, poderia ser explorado é, por exemplo, o da Arte Sacra e exposição das mesmas, porque era comum os monarcas e ilustres que frequentavam o culto em determinada igreja oferecerem peças de arte sacra ou fazerem outro tipo de doações, por exemplo. A exposição de peças doadas pela família real ou por D. Pedro a esta igreja ou Irmandade remeteriam o visitante para um D. Pedro católico e para um dos aspetos do seu quotidiano na cidade, a participação em atos religiosos.</p>
Serra do Pilar, exposição	<p>na instituição de estágio pretende-se, dentro do possível, realizar uma exposição com mapa do roteiro e imagens dos locais, servindo de ponto de partida para o roteiro e, ainda, expondo, se possível, as peças que estiveram, entretanto, expostas nos vários locais referidos, dentro das condições que o espaço pode oferecer e mediante disponibilização das instituições. Caso os objetos não sejam cedidos para a exposição, o caminho a optar seriam, assim, os documentos (digitalizações/transcrições) e as gravuras/litografias (digitalizações), entre outros</p>

*planificação realizada antes do início do estágio e sem primeiro contacto com as instituições.

**Anexo 2. Países de origem dos visitantes do espaço Património a Norte –
Mosteiro da Serra do Pilar (janeiro – abril 2015)*.**

Países	janeiro	fevereiro	março	abril	total
Alemanha	42	66	154	175	437
Bélgica	9	38	54	108	209
Brasil	168	162	93	142	565
Espanha	137	92	134	269	632
França	118	209	258	441	1026

*Dados recolhidos diariamente no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar. Aqui apenas foram mencionados os cinco países de onde são provenientes mais visitantes.

Anexo 3. Certificado de Participação na Conferência Internacional *RenEU*.



Anexo 4. Certificado de Participação na Conferência *A importância da História na Contemporaneidade*.



Mapa Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto

Anexo 7. Texto roteiro/exposição (1ª fase).

A detailed portrait of D. Pedro IV, a man with a dark beard and mustache, wearing a dark coat with a high collar and several medals on his chest. The portrait is set against a dark background.

D. PEDRO IV E O CERCO DO PORTO

180 anos da chegada do coração de D. Pedro à cidade do Porto 1835 | 2015

Durante a Guerra Civil que opôs liberais e miguelistas, entre 1832 e 1834, a cidade do Porto viveu momentos de extrema dificuldade e foi palco do episódio mais emblemático deste conflito: o Cerco do Porto. Ficou assim conhecido o período em que o exército liberal de D. Pedro esteve sitiado no Porto, resistindo aos ataques do exército absolutista de seu irmão D. Miguel, entre julho de 1832 e agosto de 1833.

D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil) viera do Brasil em auxílio de sua filha D. Maria II, em quem depositara a coroa de Portugal em 1826, defendendo a Carta Constitucional contra a causa absolutista de D. Miguel.

Durante o Cerco D. Pedro habitou no Porto. A cidade estava cercada, restando aos liberais apenas um único reduto fora da cidade: o Mosteiro da Serra do Pilar.

Com a ocupação de Lisboa pelos liberais, D. Pedro embarca em direção à capital, a 26 de julho de 1833, mas não sem antes agradecer aos portuenses o apoio à causa liberal e a resistência a mais de um ano de Cerco!

Mais tarde, e finda a Guerra Civil, D. Pedro visita o Porto juntamente com D. Maria II, no final de julho de 1834, dois meses antes de falecer. Em testamento deixa o seu coração à "muito nobre e muito leal Cidade" do Porto, onde chega em fevereiro de 1835.

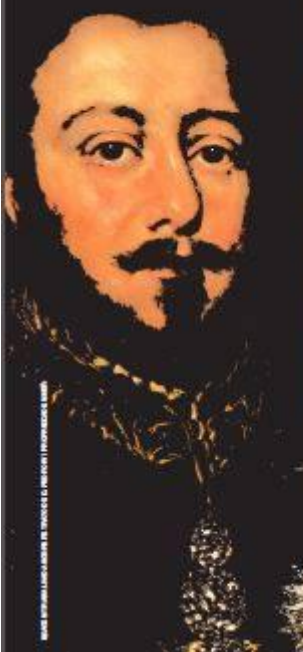
Passados 180 anos, recordamos a figura do Rei Soldado e as circunstâncias que levaram a esta especial ligação à cidade.

Escolhemos quatro locais que simbolizam o seu quotidiano e o referido episódio militar: o Mosteiro da Serra do Pilar, local de aquartelamento das tropas de D. Pedro – único reduto a sul do rio Douro -, garante da defesa do Porto, o Museu Militar do Porto, junto ao local da importante batalha de 29 de setembro de 1832, o Palácio dos Morais e Castro (atual Museu Nacional de Soares dos Reis), onde habitou algum tempo, e a Igreja da Lapa, que frequentava - e onde se encontra depositado o seu coração.

Carlos Furtado

A row of logos for the participating institutions: Governo de Portugal, Cultura do Norte, Museu Militar do Porto, Museu Nacional de Soares dos Reis, and Universidade do Porto.

Anexo 8. Panfleto roteiro/exposição (1ª fase).



FOTOGRAFIA: LUIS ALVES DE SOUSA E PEDRO FORTES

D. PEDRO IV E O CERCO DO PORTO

180 ANOS DA CHEGADA DO CORAÇÃO DE D. PEDRO (1835-2015)

MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR
Largo de Arto — V. N. de Gaia
<http://www.culturanorte.pt>
<https://www.facebook.com/PatrimoniodeNorte>
Telefone: 229 142 435
Correio Eletrónico: patrimoniodeNorte@culturanorte.pt

MUSEU MILITAR DO PORTO
Rua do Marquês — Porto
<http://www.museuportugal.pt/museu-militar-porto>
<https://www.facebook.com/museumilitarportoporto>
Telefone: 229 589 814
Correio Eletrónico: museuportoporto@nec.pt


MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS
Rua D. Manuel II — Porto
<http://www.museuportugal.pt/museu-nacional-soares-reis>
<https://www.facebook.com/museunacionalsoaresreis>
Telefone: 229 589 770
Correio Eletrónico: dm@nec.pt

IGREJA DA LAPA
Largo da Lapa — Porto
<http://www.igrejaadalapa.pt>
<https://www.facebook.com/igrejaadalapa>
Telefone: 229 589 438
Correio Eletrónico: geral@igrejaadalapa.pt

No dia 7 de fevereiro de 1835 chegava à cidade do Porto o coração de D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil), debruado à «muito nobre e muito leal cidade» em testamento pelo próprio. Passados 180 anos recordamos a figura do Rei Soldado, assim como as circunstâncias que permitiram a estíma demonstrada por D. Pedro para com a cidade do Porto, com a exposição D. Pedro e o Cerco do Porto.

Esta iniciativa insere-se no Projeto de Itinário realizado no espaço Património e Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, no âmbito do Mestrado em História e Património – Mestrado Patrimonial, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, lecionado e sobe pelo mestrando Carlos Paredes.

FOTOGRAFIA: LUIS ALVES DE SOUSA E PEDRO FORTES



D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil), herdeiro a coroa portuguesa e imperador do Brasil e, por esse motivo, outorga a Carta Constitucional e abdica em favor de sua filha, D. Maria.

Com a finalidade de terminar com os conflitos entre liberais e absolutistas propõe que seu irmão D. Miguel, absolutista, desista com D. Maria e jure a Carta Constitucional. Este acordo, mais não tendo em quinhão o seu juramento.

A conjuntura que se segue faz despoletar a Guerra Civil. D. Pedro abdica no Brasil, a favor de seu filho, faz-se Regente de Portugal e regressa para devolver o trono a sua filha e fazer valer a Carta Constitucional.

O desembarque das tropas liberais no Pampelido, em Matosinhos, dá início ao conflito. Entre assim ocorridas na cidade do Porto, restando aos liberais um único reduto a sul do rio Douro, o Mosteiro da Serra do Pilar. Começa, assim, o Cerco do Porto.

Com a concentração das tropas absolutistas a norte, tendo como finalidade pôr fim ao Cerco e à resistência liberal, o sul fica desguarnecido. Neste contexto uma frota liberal parte para o Alentejo, depois de um ano cercado. As tentativas de levar o exército dos liberais a partir do sul falham e estes conseguem alcançar Lisboa. A notícia chega ao Porto e D. Pedro embarca em direção à capital (julho 1833), mas não sem antes agredir aos portugueses o apoio à causa liberal. O Cerco continua. Apenas no dia 20 de agosto de 1833 os absolutistas abandonam as posições junto à cidade do Porto, chegando ao fim o Cerco.

A Guerra Civil chega ao fim e D. Pedro, vitorioso, visita o Porto com D. Maria II (julho 1834), dois meses antes de falecer, dirigindo aos portugueses palavras de gratidão.

O Cerco do Porto fez com que D. Pedro permanecesse na cidade durante um ano, crescendo nele o sentimento de gratidão e apreço para com os portugueses. Do mesmo modo que estes admiraram a forma como D. Pedro liderou a resistência aos ataques absolutistas e ao Cerco.

Mosteiro da Serra do Pilar
Foi o único reduto liberal a sul do rio Douro e um importante local de aquilamento de tropas, gerando da defesa do Porto. Aqui poderá encontrar espólios pegos que o remetendo para o vertente militar do Cerco do Porto.

Museu Militar do Porto
Encontra-se junto ao local de batalha de 23 de setembro de 1832. Encontrará peças que o remetem para o Cerco do Porto, inseridas num espaço que o contextualizará no que respecta a outros conflitos militares do séc. XIX.

Museu Nacional de Soares dos Reis
Neste edifício habitou D. Pedro nos primeiros tempos do Cerco. Poderá nele encontrar, entre outros, objetos de uso pessoal do Libertador, como ficou conhecido.

Igreja da Lapa
Era frequentada por D. Pedro durante o período que habitou na cidade. Desde 1835 está nela depositado o seu coração. Nesta local encontrará peças referentes à chegada do seu corpo à cidade.

91

Anexo 9. Texto prolongamento roteiro/exposição (1ª fase).

Até dia 12 de abril o roteiro/exposição “D. Pedro IV e o Cerco do Porto” propõe uma viagem no tempo até aos anos 30 do século XIX, em locais que marcam a ligação de D. Pedro IV à cidade do Porto, eternizada pela entrega do coração.

Remetendo-nos para D. Pedro e para o período do Cerco do Porto, o espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, o Museu Militar do Porto, o Museu Nacional de Soares dos Reis e a Igreja da Lapa, também eles de importante significado no que ao monarca e episódio militar diz respeito, assinalam os 180 anos da entrega do coração à cidade, expondo peças que de igual modo nos remetem para este período, aliando, assim, o significado dos locais ao que cada local pode oferecer.

Partindo do Mosteiro da Serra do Pilar, único reduto liberal a sul do rio Douro, seguindo pelo Museu Militar do Porto, junto ao local da importante batalha de 29 de setembro de 1832, depois passando pelo Museu Nacional de Soares dos Reis, antigo Palácio dos Morais e Castro e onde habitou D. Pedro no período inicial do Cerco, e, por fim, chegando à Igreja da Lapa, que era frequentada por D. Pedro e onde, até aos nossos dias, se encontra o seu coração, poderá viajar no tempo e conhecer o contexto que levou à especial ligação criada entre D. Pedro e a cidade do Porto.

Esta exposição surge no âmbito do Projeto de Estágio “Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto” do Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desenvolvido na Direção Regional da Cultura do Norte, no espaço Património a Norte, pelo mestrando Carlos Furtado.

Anexo 10. Cartaz roteiro/exposição (2ª fase).



Anexo 11. Texto roteiro/exposição (2ª fase).



D. Pedro IV e o Cerco do Porto

Durante a Guerra Civil que opôs liberais e miguelistas, entre 1832 e 1834, a cidade do Porto viveu momentos de extrema dificuldade e foi palco do episódio mais emblemático deste conflito: o **Cerco do Porto**. Ficou assim conhecido o período em que o exército liberal de **D. Pedro** esteve sitiado no Porto, resistindo aos ataques do exército absolutista de seu irmão D. Miguel, entre julho de 1832 e agosto de 1833.

D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil) viera do Brasil em auxílio de sua filha D. Maria II, em quem depositara a coroa de Portugal em 1826, defendendo a Carta Constitucional contra a causa absolutista de D. Miguel.

Durante o Cerco D. Pedro habitou no Porto. A cidade estava cercada, restando aos liberais apenas um único reduto fora da cidade: o Mosteiro da Serra do Pilar.

Com a ocupação de Lisboa pelos liberais, D. Pedro embarca em direção à capital, a 26 de julho de 1833, mas não sem antes agradecer aos portuenses o apoio à causa liberal e a resistência a mais de um ano de Cerco!

Mais tarde, e finda a Guerra Civil, D. Pedro visita o Porto juntamente com D. Maria II, no final de julho de 1834, dois meses antes de falecer. Em testamento deixa o seu coração à “muito nobre e muito leal Cidade” do Porto, onde chega em fevereiro de 1835.

Passados 180 anos, recordamos a figura do Rei Soldado e as circunstâncias que levaram a esta especial ligação à cidade.

Os locais escolhidos foram o **Mosteiro da Serra do Pilar**, o **Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante**, o **Gabinete de Numismática** e o **Museu Romântico**.

Partindo, mais uma vez, do **Mosteiro da Serra do Pilar**, importante local de aquartelamento das tropas liberais de D. Pedro, podemos encontrar algumas das peças mais importantes no que respeita a **D. Pedro IV** e ao **Cerco do Porto**, patentes nos espaços da Câmara Municipal do Porto, onde está, até aos nossos dias, guardada a chave do caixão onde permanece o coração de **D. Pedro**.

Carlos Furtado

FLUP

Anexo 12. Cronologia roteiro/exposição (2ª fase).

1826, março – Morte de D. João VI.

1826, abril – D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional.

1826, maio – D. Pedro abdica da coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória.

1827, julho – D. Miguel é nomeado regente por D. Pedro.

1828, fevereiro – D. Miguel regressa a Portugal e jura a Carta.

1828, março – D. Miguel declara-se rei absoluto.

1831, abril – D. Pedro abdica da coroa brasileira em seu filho D. Pedro II.

1832, fevereiro – D. Pedro retoma o título de Duque de Bragança e proclama-se regente do trono português.

1832, julho – Desembarque das tropas liberais e D. Pedro no Pampelido e início do Cerco do Porto.

1833, junho – Partida de uma esquadra liberal em direção ao sul do país.

1833, julho – Partida de D. Pedro em direção à capital.

1833, agosto – Fim do Cerco do Porto.

1834, maio – Convenção de Évora-Monte, que põe termo à Guerra.

1834, julho – Visita de D. Pedro e D. Maria II à cidade do Porto.

1834, setembro – Morte de D. Pedro.

1835, fevereiro – Entrega do coração de D. Pedro à cidade do Porto.

Anexo 13. Folha de Sala – frente (2ª fase)*.



D. Pedro IV e o Cerco do Porto

D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil), herda a coroa portuguesa já Imperador do Brasil e, por esse motivo, outorga a Carta Constitucional e abdica em favor de sua filha, D. Maria.

A conjuntura que se segue faz despoletar a Guerra Civil. Com a finalidade de terminar com os conflitos entre liberais e absolutistas propõe que seu irmão D. Miguel, absolutista, case com D. Maria e jure a Carta Constitucional. Este aceita mas não tarda em quebrar o seu juramento. D. Pedro abdica no Brasil, a favor de seu filho, faz-se Regente de Portugal e regressa para devolver o trono a sua filha e fazer valer a Carta Constitucional.

O desembarque das tropas liberais no Pampelido, em Matosinhos, dá início ao conflito. Estas ficam cercadas na cidade do Porto, restando aos liberais um único reduto a sul do rio Douro, o Mosteiro da Serra do Pilar. Começa, assim, o **Cerco do Porto** (1832-1833). Com a concentração das tropas absolutistas a norte, motivada pelo Cerco, o sul fica desguarnecido.

Neste contexto uma frota liberal parte para o Algarve, depois de um ano cercados no Porto. As tentativas de travar o avanço dos liberais a partir do sul falham e estes conseguem alcançar Lisboa. A notícia chega ao Porto e D. Pedro embarca em direção à capital (julho 1833), mas não sem antes agradecer aos portugueses o apoio à causa liberal. O Cerco continua. Apenas no dia 20 de agosto de 1833 os absolutistas abandonam as posições junto à cidade do Porto, chegando ao fim o Cerco.

A Guerra Civil chega ao fim e D. Pedro, vitorioso, visita o Porto com D. Maria II (julho 1834), dois meses antes de falecer, dirigindo aos portugueses palavras de gratidão.

O **Cerco do Porto** fez com que D. Pedro permanecesse na cidade durante um ano, crescendo nele o sentimento de gratidão e apreço para com os portugueses, perpetuado com a entrega do seu coração à cidade. Do mesmo modo que estes admiraram a forma como D. Pedro liderou a resistência aos ataques absolutistas e ao Cerco.

Património a Norte — Mosteiro da Serra do Pilar

Foi o único reduto liberal a sul do rio Douro e um importante local de aquartelamento de tropas, garante da defesa do Porto. Aqui poderá encontrar expostas peças que o remeterão para a vertente militar do Cerco do Porto.

Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante

Aqui poderá encontrar documentos que nos remetem para a entrega do coração à cidade do Porto, entre outros que se referem a D. Pedro e ao Cerco do Porto.

Gabinete de Numismática

Neste espaço encontrará medalhística e numismática no que respeita às causas pelas quais lutou D. Pedro – D. Maria II e a Carta Constitucional – entre outras.

Museu Romântico

Este espaço remete-nos para o ambiente romântico do século XIX, no qual se insere o Cerco do Porto e a vida de D. Pedro, com algumas peças e gravuras acerca dos mesmos.

*frente da Folha de Sala comum aos quatro espaços.

Anexo 14. Folha de Sala – verso (2ª fase).

180 anos da chegada do coração de D. Pedro: 1835-2015

No dia 7 de fevereiro de 1835 chegava à cidade do Porto o coração de D. Pedro (IV de Portugal e I do Brasil), deixado à “muito nobre e muito leal cidade”, em testamento, pelo próprio.

Passados 180 anos recordamos a figura do **Rei Soldado**, assim como as circunstâncias que permitiram a estima demonstrada por D. Pedro para com a cidade do Porto, com a exposição **D. Pedro IV e o Cerco do Porto**.

Esta iniciativa insere-se no Projeto de Estágio realizado no espaço **Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar**, no âmbito do **Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial**, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, levado a cabo pelo mestrando **Carlos Furtado**.

Museu Romântico da Quinta da Macieirinha

Morte de D. Pedro

Litografia

Inv. nº MRQM.71.93.11

Modelo de fardamentos militares. Batalhão de voluntários criados por D. Pedro, Duque de Bragança, em 1831

Pintura a óleo sobre madeira

Inv. nº MRQM.71.31.34

Leque

Varas de prata com filigrana e esmalte.

Papel com dedicatória: “Viva D. Pedro I, o Imperador...”

Inv. nº MRQM.71.86.29

Caixa de mogno com câmara clara

Madeira

Inscrição na placa: “D. Pedro, Duque de Bragança...”

Inv. nº MRQM.71.68.04

D. Pedro IV

Estatueta de marfim

Inv. nº MRQM.71.71.05

Pulseira

Missangas

Inscrição “Viva a Carta Constitucional”

Inv. nº MRQM.76.47.02

Pulseira

Missangas

Inscrição “Viva a Senhora D. Maria II”

Inv. nº MRQM.76.47.03

Património a Norte — Mosteiro da Serra do Pilar

Largo de Aviz — V. N. de Gaia

<http://www.culturanoorte.pt/>

Tlf: 220 142 425 / Email: patrimonioanorte@culturanoorte.pt

Gabinete de Numismática

Praça de Carlos Alberto — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 223 393 480 / Email: gabinetenumismatica@cm-porto.pt

Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante

Rua da Alfândega — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 222 060 400 / Email: dmarquivos@cm-porto.pt

Museu Romântico da Quinta da Macieirinha

Rua de Entre-Quintas — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 226 057 000 / Email: museuromantico@cm-porto.pt

180 anos da chegada do coração de D. Pedro: 1835-2015

No dia 7 de fevereiro de 1835 chegava à cidade do Porto o coração de **D. Pedro** (IV de Portugal e I do Brasil), deixado à “muito nobre e muito leal cidade”, em testamento, pelo próprio.

Passados 180 anos recordamos a figura do **Rei Soldado**, assim como as circunstâncias que permitiram a estima demonstrada por D. Pedro para com a cidade do Porto, com a exposição **D. Pedro IV e o Cerco do Porto**.

Esta iniciativa insere-se no Projeto de Estágio realizado no espaço **Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar**, no âmbito do **Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial**, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, levado a cabo pelo mestrando **Carlos Furtado**.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

D. Pedro: Duque de Bragança
Reprodução de gravura
AHMP: - Arquivo da Foto Guedes
Cota: F-NV/FG-M/7/142

Alegoria Alusiva a D. Pedro IV e D. Maria II
Reprodução de gravura
AHMP: - Arquivo da Foto Guedes
Cota: F-NV/FG-M/7/90

D. Pedro IV enfermo abraçando um soldado
Reprodução de gravura
AHMP: - Arquivo da Foto Guedes
Cota: F-NV/FG-M/7/85

Monumento que encerra o coração de D. Pedro IV
Reprodução de uma gravura
AHMP: - Arquivo da Foto Guedes
Cota: F-NV/FG-M/7/233

Livro de Respeito
1834 – 1863
Livro manuscrito
AHMP
Cota: A-PUB/3241

Auto da entrega do coração de Dom Pedro IV à cidade do Porto
1835
Pergaminho
AHMP
Cota: PERG-809

Atlas das fortificações do exército libertador
1833
Álbum de desenhos
AHMP
Cota: D-PRI/1AH(1)

Coleção de plantas e perfis das fortificações, referidas à carta geral das linhas dos exércitos libertador e rebelde, no sítio do Porto.
1834
Álbum de litografias
AHMP
Cota: D-ALB/GRA-21

BASTO, José Joaquim Pereira de Carvalho – *Hymno patriótico dedicado a S.M.I. e R. o Snr. D. Pedro IV para ser cantado no Real Theatro de S. João da cidade do Porto, no anniversario do nascimento do mesmo Augusto Senhor*. Porto: Imprensa do Gandra, 1826.
Folha impressa
AHMP
Cota: RES-4(160)

PORTO, Câmara Municipal; Arquivo Histórico – *O Cerco do Porto: exposição comemorativa do 150º aniversário*. Porto: CMP – Arquivo Histórico, 1982.
Catálogo
AHMP
Cota: P94”1832/1833”/AHMP

PORTO, Câmara Municipal; Arquivo Histórico – *O Cerco do Porto: exposição comemorativa do 150º aniversário*. 1982
Cartaz
AHMP
Cota: D-CTZ/A2-9

Hymno dos emigrados portugueses/ Hymno Amélia. In NEVES, Cesar das; CAMPOS, Gualdino de – *Cancioneiro de Musicas Populares*. Porto: Typographia Occidental, 1896.
AHMP
Cota: A-PRI/3 CN-4

Património a Norte — Mosteiro da Serra do Pilar
Largo de Aviz — V. N. de Gaia
<http://www.culturante.pt/>
Tlf: 220 142 425 / Email: patrimonioanorte@culturante.pt

Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante
Rua da Alfândega — Porto
<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>
Tlf: 222 060 400 / Email: dmarquivos@cm-porto.pt

Gabinete de Numismática
Praça de Carlos Alberto — Porto
<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>
Tlf: 223 393 480 / Email: gabinetenumismatica@cm-porto.pt

Museu Romântico da Quinta da Macieirinha
Rua de Entre-Quintas — Porto
<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>
Tlf: 226 057 000 / Email: museuromantico@cm-porto.pt

Gabinete de Numismática

Moedas (Vitrina 12):

Linha 3

D. PEDRO IV (1826-1828)

- 1 – Peça; Ouro; 1826; Anverso;
- 2 – Peça; Ouro; 1826; Reverso;
- 3 – Meia peça; Ouro; 1827; Anverso;
- 4 – Cruzado novo; Prata; 1826; Anverso; 5 – Cruzado novo; Prata; 1826; Reverso; 6 – Seis vinténs; Prata; Anverso;

7 – Pataco; Bronze; 1826; Anverso;

8 – Pataco; Bronze; 1826; Reverso.

D. MIGUEL I (1828-1834)

- 1 – Peça; Ouro; 1830; Reverso;
- 2 – Peça; Ouro; 1830; Reverso;
- 3 – Meia peça; Ouro; 1828; Anverso;
- 4 – Cruzado novo; Prata; 1828; Anverso; 5 – Cruzado novo; Prata; 1831; Reverso; 6 – Cruzado novo; Prata; 1832; Reverso; 7 – Doze vinténs; Prata; 1829; Anverso; 8 – Doze vinténs; Prata; 1830; Reverso;
- 9 – Seis vinténs; Prata; Anverso;
- 10 – Seis vinténs; Prata; Reverso;
- 11 – Tostão; Prata; Anverso;
- 12 – Tostão; Prata; Reverso;
- 13 – Três vinténs; Prata; Anverso;
- 14 – Três vinténs; Prata; Reverso;
- 15 – Meio tostão; Prata; Anverso;
- 16 – Meio tostão; Prata; Reverso;
- 17 – Pataco; Bronze; 1828; Anverso;
- 18 – Pataco; Bronze; 1829; Reverso;
- 19 – Dez réis; Cobre; 1831; Reverso;
- 20 – Dez réis; Cobre; 1831; Reverso;
- 21 – Cinco réis; Cobre; 1829; Anverso; 22 – Cinco réis; Cobre; 1829; Reverso;

Linha 4

D. MARIA II (1834-1853)

- 1 – Peça; Ouro; 1833; Anverso;
- 2 – Peça; Ouro; 1834; Anverso;
- 3 – Peça; Ouro; 1834; Reverso;
- 4 – Cruzado novo; Prata; 1833; Anverso; 5 – Cruzado novo; Prata; 1836; Reverso; 6 – Pataco; Bronze; 1834; Anverso;
- 7 – Pataco; Bronze; 1834; Reverso;
- 8 – Pataco; Bronze; 1847; Anverso;
- 9 – Pataco; Bronze; 1847; Reverso;
- 10 – Dez réis; Cobre; 1830 - A; Anverso; 11 – Dez réis; Cobre; 1836; Anverso;
- 12 – Cinco réis; Cobre; 1830 - A; Anverso;
- 13 – Cinco réis; Cobre; 1836; Anverso;

Série dos Lóios

- 14 – Pataco; Bronze; 1833; Anverso;
- 15 – Pataco; Bronze; 1833; Anverso;
- 16 – Pataco; Bronze; 1833; Reverso;
- 17 – Vintém; Cobre; 1833; Anverso;
- 18 – Vintém; Cobre; 1833; Reverso;
- 19 – Dez réis; Cobre; 1833; Reverso;
- 20 – Cinco réis; Cobre; 1833; Reverso;

Património a Norte — Mosteiro da Serra do Pilar

Largo de Aviz — V. N. de Gaia

<http://www.culturalnorte.pt/>

Tlf: 220 142 425 / Email: patrimonioanorte@culturalnorte.pt

Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante

Rua da Alfândega — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 222 060 400 / Email: dmarquivos@cm-porto.pt

Sistema decimal

- 21 – Coroa; Ouro; 1838; Anverso;
- 22 – Coroa; Ouro; 1851; Reverso;
- 23 – Meia coroa; Ouro; 1838; Anverso; 24 – Meia coroa; Ouro; 1851; Reverso; 25 – 1/5 Coroa; Ouro; 1851; Anverso;
- 26 – 1/5 Coroa; Ouro; 1851; Reverso;

Linha 5

- 27 – Dez tostões; Prata; 1838; Anverso; 28 – Dez tostões; Prata; 1845; Reverso; 29 – Cinco tostões; Prata; 1841; Anverso; 30 – Cinco tostões; Prata; 1841; Reverso; 31 – Dois tostões; Prata; 1843; Anverso; 32 – Dois tostões; Prata; 1843; Reverso; 33 – Tostão; Prata; 1843; Anverso;
- 34 – Tostão; Prata; 1851; Anverso;
- 35 – Tostão; Prata; 1853; Anverso;
- 36 – Tostão; Prata; 1851; Reverso;
- 37 – Vintém; Cobre; 1852; Anverso;
- 38 – Vintém; Cobre; 1849; Reverso;
- 39 – Dez réis; Cobre; 1840; Anverso;
- 40 – Dez réis; Cobre; 1850; Reverso;
- 41 – Cinco réis; Cobre; 1850; Anverso; 42 – Cinco réis; Cobre; 1852; Reverso;

Medalhas (Plinto):

- 1 – Insignia da Torre e Espada. Comemorativa da outorga da Carta Constitucional. 1826. Prata.
- 2 – Insignia da Torre e Espada. 1826. Prata.
- 3 – Insignia da Torre e Espada. 1826. Prata.
- 4 – Medalha comemorativa da promulgação da Carta Constitucional. 1826. Bronze.
- 5 – Medalha comemorativa da promulgação da Carta Constitucional. 1826. Bronze.
- 6 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Prata dourada.
- 7 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. No anverso, aberta a buril, a legenda "R. "19". Prata dourada.
- 8 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Latão dourado.
- 9 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Prata dourada.
- 10 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Prata.
- 11 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Prata.
- 12 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Prata.
- 13 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Prata dourada.
- 14 – Insignia dos partidários de D. Miguel. 1828. Ouro.
- 15 – Medalha dedicada a D. Miguel I pela Academia Real das Ciências de Lisboa. 1829. Cobre.

16 – Medalha dedicada a D. Maria II. 1833. Latão.

17 – Medalha dedicada a D. Maria II. 1833. Latão.

18 – Medalha dedicada a D. Maria II. 1833. Latão.

19 – Medalha dedicada a D. Maria II. 1833. Cobre.

20 – Galardão por serviços militares. 1833. Estanho.

21 – Galardão por serviços militares. 1833. Estanho.

22 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

23 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

24 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

25 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

26 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

27 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

28 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

29 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

30 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

31 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

32 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

33 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

34 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

35 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

36 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

37 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

38 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

39 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

40 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

41 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

42 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

43 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

44 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

45 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

46 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

47 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

48 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

49 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

50 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

51 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

52 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

53 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

54 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

55 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

56 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

57 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

58 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

59 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

60 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

61 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

62 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

63 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

64 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

65 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

66 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

67 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

68 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

69 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

70 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834). 1861. Cobre.

Gabinete de Numismática

Praça de Carlos Alberto — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 223 393 480 / Email: gabinetenumismatica@cm-porto.pt

Museu Romântico da Quinta da Macieirinha

Rua de Entre-Quintas — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 226 057 000 / Email: museuromantico@cm-porto.pt

180 anos da chegada do coração de D. Pedro: 1835-2015

No dia **7 de fevereiro de 1835** chegava à cidade do Porto o coração de **D. Pedro** (IV de Portugal e I do Brasil), deixado à “muito nobre e muito leal cidade”, em testamento, pelo próprio.

Passados **180 anos** recordamos a figura do **Rei Soldado**, assim como as circunstâncias que permitiram a estima demonstrada por D. Pedro para com a cidade do Porto, com a exposição **D. Pedro IV e o Cerco do Porto**.

Esta iniciativa insere-se no Projeto de Estágio realizado no espaço **Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar**, no âmbito do **Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial**, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, levado a cabo pelo mestrando **Carlos Furtado**.

MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR

Carta Topográfica das Linhas do Porto / Carte Topographique des lignes d' Oporto

1832-1833

Comando do Pessoal do Exército

Planta, e perfil das fortificações, e do edificio da Serra do Pilar

1832-1833

Comando do Pessoal do Exército

Pistola de pedrneira

Séc. XVIII

Do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

Carabina de pederneira

Séc. XIX: do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

Esmerilhão de pederneira

Séc. XIX: do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

Baionetas

Séc. XIX: do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

Mosteiro da Serra do Pilar

Foto

Séc. XX

Comando do Pessoal do Exército

Evidenciando alguns dos danos resultantes dos combates aqui travados, que destruíram partes do edifício.

Património a Norte — Mosteiro da Serra do Pilar

Largo de Aviz — V. N. de Gaia

<http://www.culturanorte.pt/>

Tlf: 220 142 425 / Email: patrimonioanorte@culturanorte.pt

Casa do Infante

Rua da Alfândega — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 222 060 400 / Email: dmarquivos@cm-porto.pt

Gabinete de Numismática

Praça de Carlos Alberto — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 223 393 480 / Email: gabinetenumismatica@cm-porto.pt

Museu Romântico da Quinta da Macieirinha

Rua de Entre-Quintas — Porto

<http://www.balcaovirtual.cm-porto.pt>

Tlf: 226 057 000 / Email: museuromantico@cm-porto.pt

Anexo 15. Catálogo roteiro/exposição.

Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto

180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto

1835 - 2015



D. Pedro IV – Museu Nacional de Soares dos Reis

Roteiro/exposição: D. Pedro IV e o Cerco do Porto

180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto

1835 – 2015

3 de março a 30 de junho de 2015

Integrado no Projeto “Revisitar o Porto: D. Pedro IV e o Cerco do Porto” surge este roteiro/exposição, composto por duas fases, que tem como objetivo assinalar os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto.

Esta iniciativa insere-se no Projeto de Estágio do mestrando Carlos Furtado, desenvolvido no Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial e levado a cabo no espaço Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar, resultante do protocolo realizado entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Direção Regional de Cultura do Norte.

A este projeto associaram-se diferentes espaços, como o Museu Militar do Porto, o Museu Nacional de Soares dos Reis, a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa e a Câmara Municipal do Porto.

Cronologia

1798, outubro – Nasce D. Pedro IV, no Palácio de Queluz.

1807, novembro – A Família Real embarca para o Brasil, após a invasão de Portugal por Junot.

1818, maio – D. Pedro casa com a arquiduquesa Leopoldina.

1819, abril – Nasce a primeira filha de D. Pedro, futura D. Maria II.

1820, agosto – Revolução Liberal em Portugal.

1821, abril – D. João VI nomeia D. Pedro regente do Brasil e parte para Portugal.

1822, setembro – D. Pedro proclama, formalmente, a independência do Brasil.

1825, dezembro – Nasce D. Pedro, futuro herdeiro da coroa brasileira.

1826, março – Morte de D. João VI.

1826, abril – D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional.

1826, maio – D. Pedro abdica da coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória.

1826, julho – A infanta-Regente jura a Carta.

1827, julho – D. Miguel é nomeado regente por D. Pedro.

1828, fevereiro – D. Miguel regressa a Portugal e jura a Carta.

1828, março – D. Miguel declara-se rei absoluto.

1829, outubro – D. Pedro casa-se com D. Amélia.

1831, abril – D. Pedro abdica da coroa brasileira em seu filho D. Pedro II.

1832, fevereiro – D. Pedro retoma o título de Duque de Bragança e proclama-se regente do trono português.

1832, julho – Desembarque das tropas liberais e D. Pedro no Pampelido e início do Cerco do Porto.

1832, setembro – grande ofensiva absolutista do dia de São Miguel, onde o exército liberal saiu vencedor.

1832, outubro – batalha de 29 de setembro, simbolicamente no dia de São Miguel, onde os liberais saíram vitoriosos.

1833, junho – Partida de uma esquadra liberal em direção ao sul do país.

1833, julho – Partida de D. Pedro em direção à capital.

1833, agosto – Fim do Cerco do Porto.

1834, maio – Convenção de Évora-Monte, que põe termo à Guerra.

1834, julho – Visita de D. Pedro e D. Maria II à cidade do Porto.

1834, setembro – Morte de D. Pedro.

1835, fevereiro – Entrega do coração de D. Pedro à cidade do Porto.

D. Pedro IV

D. Pedro (1798-1834), filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, nasceu no Palácio de Queluz em 1798 e tornou-se herdeiro da Coroa Portuguesa após a morte do seu irmão mais velho.

A sua infância ocorreu numa conjuntura bastante atribulada e complexa, além do ambiente vivido na família real, com a loucura de sua avó e o desentendimento dos pais, o contexto em que a família real vivia também não era favorável, com os ecos da Revolução Francesa a pairar, juntamente com a ameaça napoleónica, que se veio a concretizar com as Invasões Francesas. É este facto que leva a Família Real a embarcar em direção ao Brasil.

Foi no Brasil que D. Pedro concluiu a sua infância e onde permaneceu até à idade adulta. A sua educação é caracterizada como que sendo com “rédea solta, mais em brincadeiras, cavalgadas e caçadas com o mano Miguel do que em estudos sistemáticos”¹⁸⁸.

Em 1818 casa com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, deste casamento nascem D. Maria, que vem a herdar a Coroa Portuguesa e D. Pedro que herda, por sua vez, a Coroa do Brasil.

Com o triunfo da Revolução Liberal, em 1820, e depois de algumas hesitações, D. João VI aceita a Monarquia Constitucional, regressando a Portugal e tornando D. Pedro regente no Brasil.

Em janeiro de 1822 D. Pedro desobedece às ordens das Cortes e decide não regressar a Portugal, permanecendo no Brasil. D. Pedro passava, a partir de então, a encabeçar, ele próprio, o movimento de independência do Brasil. Logo a 7 de setembro desse mesmo ano o regente do Brasil proclama, formalmente, a sua independência, sendo ainda nesse mesmo ano proclamado Imperador do Brasil.

Em 1826, com a morte de D. João IV, D. Pedro herda a Coroa Portuguesa, já Imperador do Brasil, redigindo a Carta Constitucional e abdicando em favor da sua filha D. Maria II. Faz o seu irmão D. Miguel jurar a Carta e permite que este regresse a Portugal, a fim de resolver os problemas entre absolutistas e liberais, o que não acontece.

Depois do falecimento da Imperatriz D. Leopoldina, tornou-se essencial que D. Pedro casasse novamente, e assim aconteceu, em 1829 D. Pedro casa-se com D. Amélia.

A sucessão dos factos desencadeada, a juntar-se à difícil conjuntura no Brasil, levam D. Pedro a abdicar da coroa brasileira em 1831, a favor do seu filho D. Pedro II, e regressar a fim de reaver o trono português para sua filha e fazer valer a Carta Constitucional.

¹⁸⁸ SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p.35.

Durante o ano de 1831, D. Pedro, agora apenas Duque de Bragança, dedica-se a ganhar apoios de modo a reaver a coroa para a sua filha. Quando reunidas as condições embarca em direção à Ilha Terceira, assumindo a regência do reino, fazendo-se rodear de ministros como Mouzinho da Silveira, que se destaca na legislação, e Palmela, na diplomacia. Prepara-se, então o embarque das tropas para a costa continental portuguesa, onde se iniciaria o derradeiro combate.

Com o desembarque das tropas e consequente ocupação da cidade do Porto, inicia-se o Cerco do Porto, período durante o qual D. Pedro habitou na cidade do Porto. O Duque de Bragança, que “regressava à terra dos seus antepassados, sentia-se um estranho”, sentindo-se “diferente da maioria das pessoas”¹⁸⁹, criou laços com os portuenses, crescendo nele o sentimento de gratidão.

Inicialmente habitou no Palácio dos Morais e Castro, ou Carrancas, mas algum tempo depois, devido à exposição do Palácio a possíveis bombardeamentos decide passar a habitar uma casa na rua de Cedofeita.

Durante o Cerco, D. Pedro era visto frequentemente, não estando fechado na sua residência, “aparecia em toda a parte e supervisionava tudo”¹⁹⁰, estando totalmente envolvido na resistência ao Cerco, o que também influenciou a ligação deste à cidade e aos seus habitantes, que procurou conhecer bem, misturando-se com as pessoas, convivendo. Tornou-se, por estes motivos, popular na cidade.

Quando sabe da notícia da ocupação de Lisboa pelo seu exército parte em direção à capital, mas não sem antes dirigir aos portuenses palavras de gratidão e a promessa de voltar à cidade. Assim o fez e em 1834, um ano após ter partido e depois de finda a Guerra Civil com a assinatura da Convenção Évora-Monte, visitando a cidade do Porto acompanhado de sua filha, D. Maria II. Dois meses depois, em setembro de 1834, falece no Palácio de Queluz, o mesmo onde nasceu 36 anos antes.

Por sua vontade o seu coração é separado do corpo e entregue à “muito nobre e muito leal Cidade” do Porto, onde chega em fevereiro de 1835 e onde permanece, 180 anos depois.

¹⁸⁹ SANTOS, Eugénio dos – *D. Pedro IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 228.

¹⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 229.

Cerco do Porto

O Cerco do Porto constitui o episódio mais significativo da Guerra Civil em Portugal (1832-1833), que opôs liberais e absolutistas. Contudo, o conflito entre liberais e absolutistas começou já algum tempo antes.

Com a morte de D. João VI, em 1826, a coroa portuguesa é herdada por D. Pedro IV, que na altura era já Imperador do Brasil, consequência da sua independência. Por este motivo, D. Pedro outorga a Carta Constitucional e abdica em favor da filha, D. Maria.

Depois de algumas hesitações iniciais, a Carta foi jurada pela infanta-regente D. Isabel Maria e pelos restantes membros da Regência. Com os absolutistas a levarem a cabo alguns levantamentos militares, que foram sendo controlados.

Para evitar um confronto tornou-se necessária uma solução proposta por D. Pedro. Esta passou por nomear o seu irmão D. Miguel regente do Reino, fazendo-o jurar a Carta, e assumindo o compromisso de casar a sua filha, D. Maria, assim que esta atingisse a idade. A proposta foi aceite e, em 1828, D. Miguel regressa do exílio, onde se encontrava por ter “traído o regime constitucional nos episódios da Vilafrancada (1823) e da Abrilada (1824)”¹⁹¹, jura a Carta e aceita as condições propostas pelo seu irmão.

Neste mesmo ano de 1828 começam as perseguições aos liberais. As tentativas de resistência liberal falharam e os liberais começam a abandonar, em grande número, o país. Ao mesmo tempo, D. Miguel reforça o seu regime absolutista, estabelecendo um “clima de intolerância extrema relativamente a todos os suspeitos de simpatia pela causa constitucional”¹⁹².

Em 22 de junho de 1828 na ilha Terceira dá-se uma revolta liberal que faz renascer nos liberais exilados a esperança na recuperação do regime liberal. Depois desta revolta muitos vão regressando, reunindo-se na Terceira para prepararem uma nova revolta. Após o desembarque falhado das tropas miguelistas na Terceira, os liberais foram tomando outras ilhas do Arquipélago ao longo de 1829.

A conjuntura internacional favorável, especialmente por parte de Inglaterra e França, leva a que as condições para a causa liberal sejam reforçadas. A juntar-se a isto, no Brasil, D. Pedro vive períodos de dificuldade no seu governo. Em 1831 abdica em favor do seu filho D. Pedro II, retomando para si o título de Duque de Bragança e Regente do Reino de Portugal. Posto isto, regressa à Europa e mobiliza liberais exilados para retomar o poder e devolver o direito ao

¹⁹¹ ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 27.

¹⁹² MARTELO, David – *O Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p. 13.

Trono Português à sua filha D. Maria. Em França, organiza a expedição que desembarcaria na Terceira, em 1832, onde se juntaria à resistência liberal. Aqui prepara a entrada dos liberais em Portugal continental, numa “posição de tudo ou nada”¹⁹³.

A 7 de julho de 1832 a esquadra das tropas liberais, acompanhadas por D. Pedro, alcançam a costa portuguesa e desembarcam na praia do Pampelido, já na tarde de 8 de julho.

O desembarque sucedeu sem que o exército de D. Miguel lhe fizesse frente. Santa Marta, responsável pela guarda da costa em causa, retira-se em direção ao Porto, abrindo, assim, caminho ao avanço das tropas de D. Pedro. Estas avançam na direção do Porto e lá entram, no dia 9 de julho, sem conflito nem resistência, depois de Santa Marta ter evacuado a cidade, concentrando as tropas na margem sul do rio Douro e destruindo a Ponte das Barcas.

Os liberais ocupam, assim, a cidade do Porto, onde se deparam com a “frieza e indiferença da população”¹⁹⁴ portuense. Os liberais logo percebem que deveriam atacar o quanto antes as tropas miguelistas que se concentravam na outra margem do rio, de maneira a não permitirem a concentração de mais efetivos no exército miguelista.

No dia seguinte à chegada ao Porto, o Exército Libertador, como ficou conhecido, ataca a margem sul do Douro conquistando um importante local a nível estratégico, a Serra do Pilar, ao mesmo tempo que se começam a instalar as tropas e fortificar os terrenos ocupados, preparando a defesa da cidade.

Reconhecendo a inferioridade do exército liberal, 9 mil homens, em relação ao exército absolutista, 35 mil homens, e consequente moral das tropas em baixo, o exército liberal leva a cabo uma série de movimentações com a finalidade de se impor ao exército de D. Miguel, conseguindo algumas vitórias.

Com a ocupação do Porto consumada, começam a ser tomadas medidas administrativas, como novas nomeações para cargos públicos e até religiosos. Foi concedida amnistia a todos os liberais presos, começou-se a publicar a *Crónica Constitucional do Porto* e começava-se a aplicar a legislação liberal, muita dela já pensada nos Açores.

A partir de outubro de 1832 o cerco ao Porto acentua-se, motivado pela crescente concentração de tropas junto à cidade, seguindo-se fortes bombardeamentos e fortes ofensivas absolutistas, com o objetivo de entrarem na cidade, como é o exemplo a do dia de São Miguel.

¹⁹³ ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 37.

¹⁹⁴ PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – O Porto Oitocentista in *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 469.

Os liberais conseguiam resistir às ofensivas miguelistas e os recursos conseguiam entrar no Porto pelo mar, única forma de se abastecerem.

À medida que o cerco aos liberais apertava, as dificuldades eram cada vez maiores. A capitulação começava a ser no que muitos acreditavam.

Com a já referida concentração das tropas absolutistas a norte, com vista a pôr um fim no Cerco e na resistência liberal, o sul ficava desguarnecido de tropas. É face a este cenário que os liberais decidem enviar uma frota para sul, sem avisar o destino e fazendo crer, junto de alguns absolutistas, que seria uma fuga para a Terceira.

A frota liberal dirige-se ao Algarve. Face ao desguarnecimento militar do sul, todo o Algarve foi ocupado em seis dias, recuperando vários recursos militares.

Numa tentativa de travar o avanço liberal a sul, sai de Lisboa uma frota de nove embarcações que, no combate com as tropas liberais, sai derrotada e com embarcações aprisionadas, aumentando a frota liberal. Esta derrota abre caminho para a capital, dando de novo esperança aos liberais.

Enquanto, a norte, se preparava a derradeira ofensiva à cidade do Porto, com reforços no exército absolutista, a sul, as conquistas de cidades por liberais eram constantes, acompanhadas por deserções absolutistas. Quando Almada se rende aos liberais, as tropas absolutistas presentes em Lisboa retiram em direção a Coimbra, deixando Lisboa livre à ocupação.

Os habitantes liberais de Lisboa logo aclamaram D. Maria e a Carta Constitucional. As tropas liberais entram, assim, em Lisboa.

A 25 de julho dá-se o último grande confronto no Porto, não conseguindo, novamente, os miguelistas, entrar no Porto. Entretanto, a 26 de julho, chega a notícia de que Lisboa fora tomada pelos liberais. D. Pedro decide embarcar rumo a Lisboa, mas não termina o cerco à cidade. Em Lisboa é aclamado, juntamente com a filha e a Carta, à chegada.

As tropas absolutistas junto ao Porto começam a retirar em direção a Coimbra, para que lá todas se concentrassem e se reorganizassem. Tentaram primeiro vender o vinho do Porto presente nas caves da margem sul do Douro mas, sem sucesso na venda, resolveram incendiar as caves, provocando descontentamento na população.

No dia 20 de agosto de 1833, os absolutistas abandonam, definitivamente, as suas posições junto à cidade e termina, assim, o Cerco à cidade do Porto.

Roteiro/exposição D. Pedro IV e o Cerco do Porto – 1ª fase

Com o objetivo de assinalar os 180 anos da chegada do coração à cidade do Porto, surge roteiro/exposição “D. Pedro IV e o Cerco do Porto”.

Passados estes anos, recordamos a figura do Rei Soldado e as circunstâncias que levaram a esta especial ligação à cidade. Para isso escolhemos quatro locais que simbolizam o seu quotidiano e o referido episódio militar: o Mosteiro da Serra do Pilar, local de aquartelamento das tropas de D. Pedro e único reduto a sul do rio Douro, o Museu Militar do Porto, junto ao local da importante batalha de 29 de setembro de 1832, o Palácio dos Morais e Castro (atual Museu Nacional de Soares dos Reis), onde habitou algum tempo, e a Igreja da Lapa, que frequentava e onde se encontra depositado o seu coração.

Cada espaço foi, deste modo, convidado a assinalar esta data com a exposição de um pequeno conjunto de peças referentes ao monarca ou ao episódio militar em questão, assim como à entrega do coração à cidade, formando quatro diferentes núcleos que se complementam.

Surge, assim, esta exposição que pretende não só dar a conhecer as peças acerca do tema que os vários espaços possuem mas, também, convidar os visitantes a ir aos próprios espaços, de importante significado tanto no que diz respeito a D. Pedro como no que diz respeito ao Cerco do Porto, atribuindo um significado aos diferentes espaços até agora desconhecidos de grande parte dos visitantes. Propõe-se uma visita aos diferentes espaços no seu conjunto.

Partindo do Mosteiro da Serra do Pilar os visitantes são, assim, convidados a fazerem um pequeno roteiro que os remeterão para a figura de D. Pedro IV e para o Cerco do Porto.

Património a Norte – Mosteiro da Serra do Pilar*

Este mosteiro, fundado em 1537, pela sua localização, num ponto elevado junto à cidade do Porto, é ocupado pelas tropas liberais de D. Pedro, no contexto da Guerra Civil portuguesa e do Cerco do Porto, para aquartelamento de tropas e defesa da cidade. Já alguns anos antes, em 1809, o mosteiro foi ocupado pelas tropas de Wellington, com o objetivo de atacar a cidade do Porto, então ocupada pelas tropas de Napoleão.

No dia seguinte à sua chegada à cidade do Porto, o exército liberal ataca a margem sul do Douro e conquista a Serra do Pilar, aquartelando no mosteiro tropas, por se considerar ser um

local estratégico, ao nível militar, de relevante importância¹⁹⁵, deixando a ala sul do mosteiro em ruínas.

O mosteiro ficou, desde cedo, ocupado para fins militares, logo em 1834 a Serra do Pilar é tornada, por decreto da rainha D. Maria II, fortaleza e, em 1835, praça de guerra de 1ª classe, igualmente por decreto, sendo a partir daqui utilizada como Unidade Militar. Atualmente o mosteiro adquire, ainda, uma função militar, funcionando nele o Quartel da Serra do Pilar.

É a vertente militar que aqui se pretende realçar, desde o tipo de armamento utilizado então ao significado do edifício em si, utilizado então para fins militares, assim como a sua envolvente.

1. Carta Topográfica das Linhas do Porto / Carte Topographique des lignes d' Oporto

1832-1833

Comando do Pessoal do Exército

2. Planta, e perfiz das fortificações, e do edeficio da Serra do Pilar

1832-1833

Comando do Pessoal do Exército

3. Pistola de pederneira

Séc. XIX (?) do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

4. Carabina de pederneira

Séc. XIX (?) do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

5. Esmerilhão de pederneira

Séc. XIX (?) do tipo usado durante o Cerco do Porto

Comando do Pessoal do Exército

6. Baionetas (2)

Séc. XIX (?) do tipo usado durante o Cerco do Porto

¹⁹⁵ MARTELO, David – *O Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio, 2001, p.14.

Comando do Pessoal do Exército

7. Mosteiro da Serra do Pilar

Foto

Séc. XX

Comando do Pessoal do Exército

Obs: Evidencia alguns dos danos resultantes dos combates aqui travados, que destruíram partes do edifício.

*As peças expostas são propriedade do Comando do Pessoal do Exército, Quartel da Serra do Pilar, sendo cedidas ao espaço exclusivamente para o projeto. Não possuem número de inventário nem datação específica.

Museu Militar do Porto*

Junto ao local onde hoje se situa o Museu Militar do Porto ocorreu, a 29 de setembro de 1832, uma das mais importantes batalhas ocorridas no período do Cerco do Porto.

O exército de D. Miguel preparou para este dia uma grande ofensiva, simbolicamente programada para o dia do Arcanjo S. Miguel, com o objetivo de pôr termo, em definitivo, à resistência liberal. Uma vitória decisiva tardava da parte absolutista, assim como, do mesmo modo, os liberais precisavam de dar esperança às suas tropas, que muitos acreditavam não ter saída.

Os ataques do exército absolutista iniciaram-se entre as 6h e as 7h da manhã do dia 29 de setembro, embora os preparativos dos mesmos fossem perceptíveis durante a noite. Com os primeiros ataques as tropas absolutistas conseguem penetrar as linhas do Porto, avançando no espaço compreendido entre Campanhã e o Prado do Repouso, de onde acabam por ser expulsos pelos contra-ataques das reservas liberais.

É junto ao local onde hoje se localiza o M.M.P que se deram os principais e mais violentos confrontos, e são os atos heroicos, observados de ambos os lados do conflito, que acabam por dar nome à rua onde se situa o Museu, a rua do Heroísmo.

A juntar aos contra-ataques liberais alguma desorientação no lado absolutista, motivado pelas semelhanças nas barretinas de batalhões de ambos os lados, levou a que a vitória nesta batalha fosse liberal e que, após horas de violentos confrontos, os absolutistas recuassem e, por

volta das 17h, já todos os batalhões absolutistas haviam regressado às suas posições nas linhas absolutistas.

Neste Museu alia-se, deste modo, o significado do local ao espólio militar do século XIX, no que ao Cerco do Porto diz respeito, oferecendo-nos também um interessante contexto militar do século XIX.

1. Pistola de pederneira de Cavalaria

1817

Armeiro anónimo – Braga

Calibre 17mm

Museu Militar do Porto

2. Pistola de pederneira de cavalaria

1817

Armeiro anónimo – Porto

Calibre 17mm

Museu Militar do Porto

3. Par de tinteiros de viagem com areeiro e porta pena

Século XIX (?)

Chifre

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 29 e 30)

4. Par de Dragonas de Oficial do Exército

1806-1834

Metal, galões de metal, couro e tecido

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 95/a)

5. Sá da Bandeira

Reprodução fotográfica de litografia

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 200)

6. Perspectiva do Convento da Serra do Pilar no dia 14 de Outubro de 1832

Reprodução fotográfica de litografia

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 118)

7. Duque da Terceira

Reprodução fotográfica de litografia

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 195)

8. Batalhão do Pataco

1832

Desenho em papel. Esboço a lápis

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 198)

9. Chapa de Barretina de Caçadores

Séc. XIX

Metal dourado

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 11)

10. Carabina de pederneira de Cavalaria Ligeira

Séc. XIX (?)

Calibre 17mm

Museu Militar do Porto

11. D. João VI, D. Carlota Joaquina e D. Pedro IV

1802

Autor desconhecido

Baixo-relevo policromado, cerâmica

Nº inv. MMP00903

12. Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa

1826

Impressão Régia: 20 de abril de 1826

Documento gráfico: papel impresso

Nº inv. MMP00605

13. Hino Imperial Constitucional

1826

D. Pedro IV

Documento gráfico: papel impresso

Nº inv. MMP00885

14. Medalha de D. Miguel I

1829

Efígie de d. Miguel , D. M. I.

Prata dourada

Nº inv. MMP00605

15. Proclamação Quartel-General Imperial do Porto

26 de julho de 1833

D. Pedro, Duque de Bragança

Documento gráfico: papel impresso

Nº inv. MMP00891

16. Hino Constitucional Portuense

1833

João Nepomuceno Medina Paiva

Documento gráfico: papel impresso

Nº inv. MMP00885

Obs.: “para ser cantado no Theatro de S. João no anniversario da gloriosa acção das linhas da cidade do Porto, no dia 29 de Setembro de 1832.”

17. Medalha das Campanhas da Liberdade nº2

1861

Efigies de D. Pedro e de D. Maria II

Cobre

Nº inv. MMP00946

18. D. Carlota Joaquina

Reprodução fotográfica de aguada

Atribuída a João Batista Ribeiro

Museu Militar do Porto

19. D. Miguel I

1845

Reprodução fotográfica de litografia

Insc.: S. M. Fidellissima D. Miguel I

Museu Militar do Porto

20. D. Pedro IV

1852

Reprodução fotográfica de litografia

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 256)

21. Proclamação “Amigos Portuenses”

1833

Reprodução fotográfica de Impresso em papel

Coleção Joaquim Vitorino Ribeiro – Museu Militar do Porto (nº inv. 237)

*Algumas peças não possuem número de inventário. O Museu encontra-se atualmente em processo de inventariação.

Museu Nacional de Soares dos Reis

O Palácio dos Morais e Castro ou Palácio dos Carrancas, atual Museu Nacional de Soares dos Reis, foi o “pouso inicial”¹⁹⁶ de D. Pedro na cidade, que depois acaba por se mudar para a rua de Cedofeita, de modo a ficar mais protegido dos ataques do exército absolutista.

D. Pedro está, também, associado ao núcleo inicial deste Museu, inicialmente Museu Portuense de Pinturas e Estampas, fundado em 1833, com o objetivo inicial de acolher o vasto espólio confiscado dos vários mosteiros e conventos abandonados e nacionalizados.

¹⁹⁶ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 81.

Ao núcleo inicial deste Museu foram doadas por D. Amélia, entre outras, as peças da farda de Coronel de Caçadores V, utilizada por D. Pedro durante o Cerco do Porto.

O significado do edifício neste período, o significado de D. Pedro na sua fundação, assim como o espólio que possui no que respeita ao Cerco do Porto e, especificamente, a D. Pedro, torna-o núcleo essencial nesta exposição.

1. Porto e Arrabaldes

Linhas de D. Pedro e Posições do Exército de D. Miguel

1832 / 1835 (?)

Litografia

Inv. : 93 Lit CMP/MNSR

Posições militares durante o Cerco do Porto (linhas ponteadas). Localização de baterias e fortes.

Datas dos confrontos.

A legenda inferior remete para a localização das baterias de ambos os exércitos, a residência de D. Pedro – atual Museu Soares dos Reis – e alguns edifícios e ruas.

2. Vista da Cidade do Porto / View of the City of Oporto

1833

Carlos Van Zeller, desenhador / Robert. Havell, gravador

Gravura

Inv. : 170 Grav MNSR

Tirada durante o Cerco do Porto é uma das poucas representações da cidade durante este período.

Obs.: Em primeiro plano foram registadas as personagens militares em paralelo com as figuras populares: um aguadeiro, mulheres com canastras na cabeça, um camponês envergando um capote de palha, dois prisioneiros de guerra acorrentados. Do lado de Vila Nova de Gaia são ainda representados os longos telhados, correspondendo aos armazéns de vinho do Porto.

Legenda: "Esta vista da Cidade do Porto foi tomada do Convento da Serra durante as ocorrências / de 1833 - dedicada a S.M.I. o Senhor D. Pedro Duque de Bragança e mandada publicar / por ordem do mesmo Augusto Senhor"/; em baixo: "Carlos Van Zeller/ Capitão da Brigada Ingleza ao Serviço da Rainha de Portugal a Senhora D. Maria II a fez".

3. Retrato de D. Maria II

Paris, séc. XIX

Achille Jacques Jean Marie Deveria

Litografia

Inv. : 126 Lit CMP/MNSR

4. Retrato de D. Miguel

Paris, séc. XIX

Gravura

Inv. : 186 Grav CMP

5. Gravura Satírica

Paris, séc. XIX

Litografia

Inv. : 212 Grav MNSR

Obs.: Legado Visconde da Trindade

Duas litografias acopladas, uma representando o retrato de D. Miguel e a outra uma cabeça de burro, visíveis sob ângulos diferentes.

6. Peças da farda de Coronel de Caçadores V, utilizada por D. Pedro durante o Cerco do Porto

1820 – 1832 (?)

Inv. : 27.1; 27.2; 27.3 Obj Hist CMP/MNSR; 10.2 Div MNSR.

Obs.: Os complementos da farda foram doados pela Imperatriz D. Amélia ao *Museu Portuense*, fazendo assim parte do núcleo inicial do Museu Nacional de Soares dos Reis.

7. Retrato de D. Pedro IV

Jonh Simpson (1782 – 1847)

Óleo s/tela

Inv. : 594 A Pin MNSR

8. Retrato da Imperatriz do Brasil, Amélia Augusta Eugénia Napoleão de Beauharnais

séc. XIX

Friedrich Durck (at)

Óleo s/ tela

Inv. 770 Pin CMP / MNSR

Obs.: 2ª mulher de D. Pedro, era neta de Josefina de Beauharnais, mulher de Napoleão Bonaparte

Igreja da Lapa

Num mausoléu construído, propositadamente, no interior desta igreja encontra-se, até aos nossos dias, depositado o coração de D. Pedro IV.

Esta era a igreja que D. Pedro, durante o período em que esteve cercado na cidade do Porto, frequentava, muito devido à sua proximidade ao local onde habitou grande parte do tempo em que habitou a cidade, na rua de Cedofeita. Nela D. Pedro assistia à “missa militar semanal”¹⁹⁷, tendo também em vida doado espólio proveniente de mosteiros abandonados da cidade do Porto. São estes os motivos que levam D. Maria II, filha de D. Pedro, a escolher este local para depositar o coração de seu pai, que o doara à cidade do Porto sem especificar um local para a permanência do mesmo.

Dois anos depois da sua chegada, em 1837, e depois de umas longas negociações entre a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa e a Câmara Municipal do Porto, é inaugurado o mausoléu no interior da igreja onde permanece até hoje o coração de D. Pedro.

1. Estojo que guardava o escrínio de prata dourada com o coração de D. Pedro IV

1835

Madeira forrada a veludo

Coleção D. Pedro IV, Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

2. Bandeira da Monarquia Constitucional Portuguesa

1835

Seda bordada

¹⁹⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional. Porto, Palácio da Bolsa, 12 a 14 de Novembro de 1998*. Lisboa: Universidade do Porto. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.256.

Coleção D. Pedro IV, Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

Obs.: Bandeira que envolvia o escrínio com o coração de D. Pedro IV aquando a sua entrega à cidade do Porto.

3. Livro de Atas N.1 (1796-1854) - Termo de Receção do Imperial Coração

1835

Encadernação em tecido e pele

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

4. Livro de Atas N.1 (1796-1854) – Termo de Remoção do Imperial Coração

1837

Encadernação em tecido e pele

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

5. Cenotáfio de D. Pedro IV

1838

J. Villa Nova

Litografia

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

Obs.: Litografia do cenotáfio desenhado por Joaquim da Costa Lima Jr., destinado a guardar o coração de D. Pedro IV, capela-mor da Igreja da Lapa.

6. Conta da Receita e Despesa do Fundo applicado para as Exequias anniversarias da infausta morte de S. M. I. o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança

1845

Impressão em seda

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

Obs.: Balanço de contas do Fundo criado a 18 de junho de 1839, por iniciativa do Definidor da Irmandade da Lapa João da Silva Ribeiro, com o fim de garantir perpetuamente a celebração das exéquias pelo eterno descanso de sua alma, D. Pedro IV.

7. Auto de Exame

1858

Manuscrito

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

Obs.: Cópia autenticada, enviada pela Câmara Municipal do Porto à Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, do Auto de Exame efectuado ao coração de D. Pedro IV a 24 de julho de 1858.

8. Convite

1850

Impressão em papel

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

Obs.: Modelo de convite para exéquias anuais dedicadas a D. Pedro IV.

9. Cartas

séc. XIX

Arquivo Histórico da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

Obs.: Cartas relativas à iniciativa de João da Silva Ribeiro em promover subscrições públicas capazes de custear as exéquias por alma de D. Pedro IV.

10. Oração e elogio fúnebre das exéquias de D. Pedro IV.

séc. XIX

Coleção particular do Mesário Pedro António Esteves da Fonseca de Araújo

Roteiro/exposição D. Pedro IV e o Cerco do Porto – 2ª fase

Nesta segunda fase do roteiro/exposição assinalam-se, mais uma vez, os 180 anos da entrega do coração de D. Pedro IV à cidade do Porto, recordando, uma vez mais, a figura do Rei Soldado e as circunstâncias que levaram a esta especial ligação à cidade.

Os locais escolhidos foram o Mosteiro da Serra do Pilar, o Arquivo Histórico Municipal do Porto/ Casa do Infante, o Gabinete de Numismática e o Museu Romântico.

Partindo, mais uma vez, do Mosteiro da Serra do Pilar, importante local de aquartelamento das tropas liberais de D. Pedro, inicia-se um pequeno roteiro pelos referidos espaços onde podemos encontrar algumas das peças mais importantes no que respeita a D. Pedro IV e ao Cerco do Porto, patentes nos espaços da Câmara Municipal do Porto, onde está, até aos nossos dias, guardada a chave do caixão onde permanece o coração de D. Pedro.

Numa cidade tão fortemente marcada pela presença de D. Pedro e pela implantação do liberalismo e Guerra Civil é natural a abundância de peças e documentos que nos remetem para esta figura e respetivos acontecimentos e conjuntura da época, ainda mais em espaços da Câmara Municipal do Porto, até hoje guardiã da chave do caixão que encerra o coração de D. Pedro.

Nesta fase da exposição, embora seguindo o modelo da anterior, não importa já o significado que os próprios edifícios e locais tiveram no que respeita ao Cerco do Porto ou à figura de D. Pedro, mas o significado da instituição à qual pertencem, a Câmara Municipal do Porto.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

A entrega do coração de D. Pedro à cidade do Porto, a 7 de fevereiro de 1835, ficou devidamente documentada, quer no Livro de Respeito quer em pergaminho. O Auto de Entrega do coração de D. Pedro é um dos muitos documentos que o Arquivo Histórico Municipal do Porto guarda.

Num percurso documental pela vida de D. Pedro e pelo Cerco do Porto, assim como pela entrega do coração de D. Pedro, a documentação exposta remete-nos para as várias vertentes desta iniciativa, desde a pessoal, de D. Pedro, à militar e ainda no que respeita à ligação à cidade, com a entrega do coração.

1. D. Pedro: Duque de Bragança

Reprodução de gravura

AHMP: - Arquivo da Foto Guedes

Cota: F-NV/FG-M/7/142

2. Alegoria Alusiva a D. Pedro IV e D. Maria II

Reprodução de gravura

AHMP: - Arquivo da Foto Guedes

Cota: F-NV/FG-M/7/90

3. D. Pedro IV enfermo abraçando um soldado

Reprodução de gravura

AHMP: - Arquivo da Foto Guedes

Cota: F-NV/FG-M/7/85

4. Monumento que encerra o coração de D. Pedro IV

Reprodução de uma gravura

AHMP: - Arquivo da Foto Guedes

Cota: F-NV/FG-M/7/233

5. Livro de Respeito – Autos de entrega do coração

1834 – 1863

Livro manuscrito

AHMP

Cota: A-PUB/3241

6. Auto da entrega do coração de Dom Pedro IV à cidade do Porto

1835

Pergaminho

AHMP

Cota: PERG-809

7. Atlas das fortificações do exército libertador

1833

Álbum de desenhos

AHMP

Cota: D-PRI/1AH(1)

8. Coleção de plantas e perfis das fortificações, referidas à carta geral das linhas dos exércitos libertador e rebelde, no sítio do Porto.

1834

Álbum de litografias

AHMP

Cota: D-ALB/GRA-21

9. BASTO, José Joaquim Pereira de Carvalho – *Hymno patriotico dedicado a S.M.I. e R. o Snr.*

D. Pedro IV para ser cantado no Real Theatro de S. João da cidade do Porto, no anniversario do nascimento do mesmo Augusto Senhor. Porto: Imprensa do Gandra, 1826.

Folha impressa

AHMP

Cota: RES-4(160)

- 10. PORTO, Câmara Municipal; Arquivo Histórico – *O Cerco do Porto: exposição comemorativa do 150º aniversário.*** Porto: CMP – Arquivo Histórico, 1982.

Catálogo

AHMP

Cota: P94”1832/1833”/AHMP

- 11. PORTO, Câmara Municipal; Arquivo Histórico – *O Cerco do Porto: exposição comemorativa do 150º aniversário.***

1982

Cartaz

AHMP

Cota: D-CTZ/A2-9

- 12. Hymno dos emigrados portugueses/ Hymno Amélia.** In NEVES, Cesar das; CAMPOS, Gualdino de – *Cancioneiro de Musicas Populares.* Porto: Typographia Occidental, 1896.

AHMP

Cota: A-PRI/3 CN-4

Gabinete de Numismática*

Como acontece com qualquer Família Real ou grande episódio militar a medalhística e numismática assumem grande importância, ficando nelas registadas as figuras protagonistas e os grandes feitos ou episódios militares e políticos. O mesmo acontece com D. Pedro, D. Maria II e D. Miguel ou com o Cerco do Porto e a Carta Constitucional.

Neste espaço podemos percorrer um pouco deste universo onde este período e os seus protagonistas ficaram eternizados.

1. Moedas de D. PEDRO IV

1-Peça

Ouro

1826

79.A.1264

2- Meia peça

Ouro

1827

79.A.1271

3- Cruzado novo

Prata

1826

79.A.1265

4- Seis vinténs

Prata

79.A.1273

5- Pataco

Bronze

1826

79.A.1274

2. Moedas de D. MIGUEL I**1 – Peça**

Ouro

1830

80.A.1294

2 – Meia peça

Ouro

1828

80.A.1296

3 – Cruzado novo

Prata

1828

80.A.1297

4 – Cruzado novo

Prata

1832

80.A.1299

5 – Doze vinténs

Prata

1829

80.A.1301

6 – Doze vinténs

Prata

1830

80.A.1281

7 – Seis vinténs

Prata

80.A.1282

8 – Tostão

Prata

80.A.1307

9 – Três vinténs

Prata

80.A.1305

10 – Meio tostão

Prata

80.A.1309

11 – Pataco

Bronze

1828

80.A.1311

12 – Dez réis

Cobre

1831

80.A.1292

13 – Cinco réis

Cobre

1829

80.A.1293

3. Moedas de D. MARIA II

1 – Peça

Ouro

1833

80.A.1397

2 – Peça

Ouro

1834

80.A.1336

3 – Cruzado novo

Prata

1833

80.A.1338

4 – Pataco

Bronze

1834

80.A.1344

5 – Dez réis

Cobre

1830

80.A.1330

6 – Cinco réis

Cobre

1830

80.A.1332

4. Medalhas

1 – Insígnia da Torre e Espada. Comemorativa da outorga da Carta Constitucional

1826

Prata

GNUM.1989.MP.0089

2 – Medalha comemorativa da promulgação da Carta Constitucional

1826

Bronze

GNUM.1989.MP.0092

3 – Insígnia dos partidários de D. Miguel

1828

Prata dourada

GNUM.1989.MP.0094

4 – Insígnia dos partidários de D. Miguel

1828

No anverso, aberta a buril, a legenda “R. “19”

Prata dourada

GNUM.1989.MP.0095

5 – Insígnia dos partidários de D. Miguel

1828

Latão dourado

GNUM.1989.MP.0096

6 – Insígnia dos partidários de D. Miguel

1828

Prata

GNUM.1989.MP.0099

7 – Insígnia dos partidários de D. Miguel

1828

Ouro

GNUM.1989.MP.0105

8 – Medalha dedicada a D. Miguel I pela Academia Real das Ciências de Lisboa

1829

Cobre

GNUM.1989.MP.0106

9 – Medalha dedicada a D. Maria II

1833

Latão

GNUM.1989.MP.0112

10 – Medalha dedicada a D. Maria II

1833

Cobre

GNUM.1989.MP.0111

11 – Galardão por serviços militares

1833

Estanho

GNUM.1989.MP.0113

12 – Galardão por serviços militares prestados durante as lutas liberais (1826 – 1834)

1861

Cobre

GNUM.1989.MP.0159

13 – Medalha comemorativa da inauguração do monumento a D. Pedro IV, no Porto

1866

Cobre

GNUM.1989.MP.0213

14 – Medalha consagrada a D. Pedro IV pela cidade do Porto

1867

Estanho

GNUM.1989.MP.0216

*Aqui apenas são referidas diferentes origens de objetos, na exposição foram repetidos objetos iguais, em especial pelo facto de se pretender apresentar o reverso e anteverso, no caso das moedas.

Museu Romântico da Quinta da Macieirinha

Todo o ambiente artístico e cultural característico deste período, e do século XIX em geral, pode ser entendido neste espaço. É neste ambiente romântico que se integram objetos que nos remetem para D. Pedro e para o Cerco do Porto.

Importa, para completar este recuperar da memória de D. Pedro e do contexto que fez com que permanecesse na cidade, que se compreenda o ambiente romântico da altura, mesmo tendo em conta o contexto particular de guerra vivido.

1. Morte de D. Pedro

Litografia

Inv. nº MRQM.71.93.11

2. Modelo de fardamentos militares. Batalhão de voluntários criados por D. Pedro, Duque de Bragança

1831

Pintura a óleo sobre madeira

Inv. nº MRQM.71.31.34

3. Leque

Varas de prata com filigrana e esmalte.

Inv. nº MRQM.71.86.29

Obs.: Papel com a dedicatória “Viva D. Pedro I, o Imperador...”

4. Caixa de mogno com câmara clara

Madeira

Inv. nº MRQM.71.68.04

Obs.: Com a inscrição “D. Pedro, Duque de Bragança...”

5. D. Pedro IV

Estatueta de marfim

Inv. nº MRQM.71.71.05

6. Pulseira

Missangas

Inv. nº MRQM.76.47.02

Obs.: Com a inscrição “Viva a Carta Constitucional”.

7. Pulseira

Missangas

Inv. nº MRQM.76.47.03

Obs.: Com a inscrição “Viva a Senhora D. Maria II”

Bibliografia

ABREU, Susana – *Mosteiro da Serra do Pilar*. Direção Regional de Cultura do Norte, 2014.

ALVES, Jorge Fernandes – A cidade Liberal: da revolução à estabilização do regime in *História do Porto* n. 10. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MARTELO, David – *Cerco do Porto. A Cidade Invicta*. Lisboa: Prefácio. 2001.

MEDINA, João (dir.) – *Portugal Liberal*. História de Portugal I, vol X, Lisboa: Edita Ediclube Lda., 2004.

PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – *O Porto Oitocentista* in “História do Porto”. Porto: Porto Editora, 1994.

RAMOS, Luís A. de Oliveira - *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

SANTOS, Eugénio dos – *D. Pedro IV: liberdade, paixões, honra*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2008.

SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal. Vol. IX. Lisboa: Presença, 2001.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da Cidade do Porto*. In *D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional. Porto, Palácio da Bolsa, 12 a 14 de Novembro de 1998*. Lisboa: Universidade do Porto. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo* in MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

VIEIRA, Maria de Fátima S. B.; REBELO, Maria Manuela Maia O. – *Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa*. Porto: Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 2001.